

**Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde**

ROBERTA DOS SANTOS DE ALMEIDA

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO SUSTENTÁVEL
DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Um Estudo sobre o Plano de Requalificação do
Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM/Fiocruz)**

**Rio de Janeiro
2021**

ROBERTA DOS SANTOS DE ALMEIDA

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO SUSTENTÁVEL
DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Um Estudo sobre o Plano De Requalificação do
Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM/Fiocruz)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientador:

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro

2021

ROBERTA DOS SANTOS DE ALMEIDA

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO SUSTENTÁVEL
DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Um Estudo sobre o Plano De Requalificação do
Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM/Fiocruz)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro
Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz - Orientador

Prof. Dr. Renato Gama-Rosa Costa
Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz

Prof. Dr. Leonardo Marques Mesentier
Universidade Federal Fluminense - UFF

Suplentes:

Prof. Dra. Carla Maria Teixeira Coelho
Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz

Prof. Dra. Andrea da Rosa Sampaio
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

A447p Almeida, Roberta dos Santos de.

A participação social na gestão sustentável do patrimônio cultural : um estudo sobre o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM/Fiocruz) / Roberta dos Santos de Almeida. – Rio de Janeiro : s.n, 2021.
152 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 133-140.

1. Participação Social. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Conservação. 4. Pesquisa Social. 5. Patrimônio Cultural.

CDD 302.14

Catálogo na fonte – Aline Gonçalves da Silva – CRB/7-5549

À minha base
À Claudia, Maria e Wantuir

AGRADECIMENTOS

O despertar em cada amanhecer se tornou mais intenso desde março de 2020. O vírus da Covid-19 tem afetado toda e cada parte do mundo, acometendo milhares de vidas e, desde então, nos encontramos na luta contra o invisível, onde se afastar de todos é uma questão de sobrevivência nossa e daqueles que amamos. Mas como se afastar quando mais precisamos de ajuda? Como nos isolarmos quando mais precisamos do outro? Esse tempo deixou exposta a nossa fragilidade e tem nos lançado o desafio da (r)existência, da persistência e da paciência diária. Esse tempo que extrapola a nossa individualidade, tem nos reafirmado que só somos indivíduos porque somos coletividade. Por isso, eu não poderia deixar de reconhecer, ainda que brevemente, o importante papel que muitas pessoas representam no percurso para construir e desenvolver esse trabalho.

Primeiro, devo agradecer à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela sua luta e resistência para promover saúde, educação, cultura e qualidade de vida à população brasileira e que tem atuado com especial afinco no combate ao vírus da Covid-19, nos proporcionando um alento, sem deixar esvaír a esperança por dias melhores;

À Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), pelo fomento que me foi fundamental e que possibilitou a dedicação necessária à pesquisa;

Ao meu orientador Marcos José de A. Pinheiro, por acreditar no meu trabalho, pelo incentivo e pela parceria ao longo desse período;

Aos professores do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz, pelos ensinamentos e experiências trocadas no decorrer das aulas;

Aos meus colegas do curso, especialmente à Juliana, Carla e Jeferson, pelas conversas animadoras e pelos momentos (mesmo de desespero) compartilhados;

Aos profissionais da Secretaria Acadêmica da COC, em especial à Valéria Souza, sempre em prontidão, pela grande ajuda ao longo do curso;

Aos professores da Banca de Qualificação e de Defesa, pela confiança, por cada sugestão, argumento e comentário que ajudou a moldar esse trabalho;

Aos entrevistados e à todos aqueles que dedicaram um pouco do seu tempo para participar da pesquisa, em especial aos profissionais Diego Bevilaqua, Alessandro Batista, Maria Cristina Coelho e Nezi Heverton de Oliveira, pela colaboração e pela troca de experiências que foi fundamental no processo desse trabalho;

E por fim, mas imprescindíveis, à minha mãe Claudia Mara e aos meus avós Maria e Wantuir, pelos ensinamentos de vida, pelo apoio e torcida constante, e pelo amor que nutre e alimenta a minha batalha diária;

E aos meus amigos e irmãos, Bruna Quintan, Ricardo Ortiz Guerra e Patrícia Adorno, e ao meu companheiro Luiz Maurício Jr., pelo suporte emocional (e às vezes técnico também.rs) e, principalmente, por compartilharem comigo essa caminhada da vida;

Muito obrigada à todes!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), em fase de implementação pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) campus Manguinhos, Rio de Janeiro. Adota como base a concepção do espaço construído como elemento estruturador de relações, agregando ideia de lugar de vivências e memórias para promover sua múltipla apropriação e, conseqüentemente, a preservação e valorização deste patrimônio cultural. Sua metodologia foi sistematizada com base no manual do Rehabimed, uma rede interdisciplinar do Mediterrâneo que opera a partir dos conceitos da sustentabilidade, e incluiu, além de etapas de levantamento bibliográfico, a elaboração de um diagnóstico para compreender o cenário da participação social no contexto deste Plano. Foram realizadas entrevistas com diferentes integrantes dos grupos de trabalho do NAHM e houve a aplicação de questionários online direcionados aos grupos que fazem parte do território, compreendendo-os enquanto comunidade interna da Fiocruz, incluindo os diversos trabalhadores e estudantes da instituição, e grupo externo à Fiocruz, composto por moradores do território com recorte dos bairros de Manguinhos, Maré, Benfica, Bonsucesso, Jacaré, Jacarezinho e Higienópolis. Busca, a partir dos seus resultados, refletir sobre a relação que esses grupos estabelecem com os espaços culturais da Fiocruz e do NAHM e contribuir para ampliar a sua participação no processo de requalificação, reiterando a importância da participação social enquanto exercício de direitos culturais e como forma de implementar a requalificação sustentável deste sítio histórico.

Palavras-chave: participação social, sustentabilidade, conservação integrada, pesquisa social, patrimônio cultural.

ABSTRACT

The object of the present study is the Requalification Plan of Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), under implementation by Casa de Oswaldo Cruz (COC), technical scientific unit of Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), and located in Manguinhos campus, Rio de Janeiro. It is based on the conception that built spaces are structural elements of relationships, considering the ideas of living and memory places in way to promote it's multiple appropriation and the consequent cultural heritage preservation and appreciation. It's methodology is based on Rehabimed Method manual, a Mediterrane interdisciplinary network wich operates using sustainable concepts. Besides the bibliographic surveys, the present study included one diagnosis step to comprehend the social participation scenario in this Requalification Plan context. Interviews were conducted with differents workers engaged in this plan and surveys were applied for two territory groups divided into Fiocruz intern community, including workers and student from many institucional technical scientific units, and Fiocruz outside community, composed of neighbors residents from Manguinhos, Maré, Benfica, Bonsucesso, Jacaré, Jacarezinho and Higienópolis. It aims to understand those groups relationship between the Fiocruz cultural spaces and the cultural heritage NAHM and to contribute to their participation in the requalification process, reinforcing the importance of social participation as cultural rights and as a necessary path to implementing a sustainable requalification.

Keywords: social participation, sustainability, conservation, social research, cultural heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da região da cidade e Fiocruz campus Manguinhos (marcada em vermelho).....	20
Figura 2: Alguns dos edifícios que fazem parte do NAHM.....	21
Figura 3: Espaços que compõem o Plano de Requalificação do NAHM, 2014.....	22
Figura 4: Comunidades do complexo Manguinhos e Fiocruz, 2005.....	32
Figura 5: Imagem aérea da Fiocruz e entorno geográfico, 2014.....	36
Figura 6: Foto histórica do NAHM (sem data).	37
Figura 7: Objetos pessoais e de trabalho de Oswaldo Cruz - acervo museológico da COC.	44
Figura 8: Estante de livros localizada na biblioteca do setor de Obras Raras A. Overmeer, campus Manguinhos – acervo bibliográfico do Icict.....	44
Figura 9: Estudos e análise de pesquisa laboratorial em entomologia –	44
Figura 10: Apresentação esquemática dos documentos de referência vinculados ao Preservo.	46
Figura 11: Mapa das áreas de estudo do POAP.....	49
Figura 12: Edificações do NAHM e macroáreas.....	52
Figura 13: Mapa dos espaços do Museu da Vida distribuídos pelo campus-sede da Fiocruz (delimitado pela linha laranja). A cor verde simboliza a área de preservação histórica do campus.	59
Figura 14: Tapume informativo entorno do edifício da Cavalaria.	66
Figura 15: Nuvem de palavras sobre a compreensão do Plano de Requalificação do NAHM	85
Figura 16: Zoneamento proposto para o campus Manguinhos e Expansão.	87
Figura 17: Nuvem de palavras sobre a sugestão de melhorias – comunidade interna da Fiocruz.....	100
Figura 18: Mapa de delimitação da área de estudo (Fiocruz marcada com estrela vermelha).....	102
Figura 19: Nuvem de palavras sobre a sugestão de melhorias – moradores do território.	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Vínculo com a Fiocruz.	74
Gráfico 2: Faixa etária dos participantes da comunidade interna.....	74
Gráfico 3: Escolaridade dos participantes da comunidade interna.....	75
Gráfico 4: De que maneira os espaços do NAHM se inserem no seu dia-a-dia? (É possível marcar mais de uma opção)	77
Gráfico 5: Você já ouviu falar do Plano de Requalificação do NAHM?	78
Gráfico 6: Correlação entre a relação com o NAHM e o conhecimento do seu Plano.	81
Gráfico 7: Como você conheceu o Plano de Requalificação do NAHM?.....	82
Gráfico 8: Vinculados à COC em relação ao conhecimento sobre o Plano de Requalificação do NAHM.	83
Gráfico 9: De que maneira você acredita que a requalificação do NAHM pode melhorar a sua rotina e vivência no campus em relação às seguintes intervenções?	86
Gráfico 10: Correlação entre o contato com o NAHM e o zoneamento do campus.	88
Gráfico 11: Correlação entre o conhecimento do Plano de Requalificação do NAHM e o zoneamento do campus.....	89
Gráfico 12: Correlação entre o grau de conhecimento do Plano de Requalificação do NAHM e o zoneamento do campus.....	89
Gráfico 13: O Plano de Requalificação do NAHM prevê o envolvimento da comunidade interna na construção de novas propostas para estes espaços. Você teria interesse em participar desse processo coletivo?	91
Gráfico 14: Correlação entre contato com o NAHM e o interesse em participar do seu Plano de Requalificação.....	91
Gráfico 15: Por que você nunca visitou? (É possível marcar mais de uma opção).....	93
Gráfico 16: Os espaços históricos do Núcleo Arquitetônico NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. O quanto essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.....	93

Gráfico 17: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar os prédios históricos e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade / 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.	94
Gráfico 18: Quantas vezes, no total, você já visitou esses espaços?.....	95
Gráfico 19: Quais espaços você conheceu durante a(s) sua(s) visita(s) ao Museu da Vida? (É possível marcar mais de uma opção).....	96
Gráfico 20: Que temas de exposição você teria interesse em ver nos espaços culturais de Manguinhos (É possível marcar mais de uma resposta).....	98
Gráfico 21: Quais destas atividades você costuma utilizar no campus Manguinhos? (É possível marcar mais de uma resposta).....	99
Gráfico 22: Bairro de origem dos participantes moradores do território.	104
Gráfico 23: Faixa etária dos participantes moradores do território.	104
Gráfico 24: Escolaridade dos participantes moradores do território.	105
Gráfico 25: Qual o seu vínculo com a instituição? (É possível marcar mais de uma resposta)	105
Gráfico 26: Com qual frequência você vai à Fiocruz?	106
Gráfico 27: Você sabia que o campus Manguinhos tem prédios de grande valor histórico e arquitetônico?.....	107
Gráfico 28: Participação em projetos pelos moradores do território.....	107
Gráfico 29: De que maneira os espaços do NAHM estão inseridos no seu dia-a-dia? (É possível marcar mais de uma opção).....	108
Gráfico 30: Você sabia que a Fiocruz está realizando um projeto para melhorar e ampliar o acesso público aos seus espaços culturais, chamado Plano de Requalificação do NAHM?	110
Gráfico 31: Como você conheceu o Plano de Requalificação do NAHM?.....	110
Gráfico 32: O Plano de Requalificação do NAHM prevê a participação das pessoas para construir um ambiente plural e de amplo acesso. Você teria o interesse em participar dessa construção coletiva?	113
Gráfico 33: Por que você nunca visitou? (É possível marcar mais de uma opção).....	115

Gráfico 34: Os espaços históricos do NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. Essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.....	116
Gráfico 35: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar o NAHM e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade e 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.	116
Gráfico 36: Os espaços históricos do NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. Essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.....	117
Gráfico 37: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar o NAHM e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade e 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.	117
Gráfico 38: Quantas vezes, no total, você já visitou esses espaços?.....	118
Gráfico 39: Quais espaços você conheceu durante a(s) sua(s) visita(s) ao Museu da Vida? (É possível marcar mais de uma opção).....	119
Gráfico 40: Que temas de exposição você teria interesse em ver nos espaços culturais de Manguinhos? (É possível marcar mais de uma resposta)	120
Gráfico 41: Quais destas atividades você costuma utilizar na Fiocruz campus Manguinhos? (É possível marcar mais de uma resposta).....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos participantes nas categorias de relação com o NAHM e de conhecimento do seu Plano de Requalificação – grupo de internos da Fiocruz.	80
Tabela 2: Distribuição dos participantes nas categorias de relação com o NAHM e de interesse em participar do seu plano – grupo de moradores do território.	114
Tabela 3: Potencialidades e fraquezas do Plano de Requalificação do NAHM no que tange à iniciativas de participação social.	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ascom	Assistência Técnica de Comunicação
ASFOC	Associação dos Servidores da Fiocruz
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAEE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CCDC	Centro Comunitário de Defesa da Cidadania
CCS	Coordenação de Comunicação Social
CDHS	Centro de Documentação de História da Saúde
Cemasi	Centro Municipal de Atendimento Social Integrado
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Ciep	Centro Integrado de Educação Pública
COC	Casa de Oswaldo Cruz
Coep	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
COGIC	Coordenação-Geral de Infraestrutura do Campi
COVID-19	Coronavirus Disease 19, provocada pelo Sars-CoV-2
CPDACS	Complexo de Preservação e Difusão dos Acervos Científicos da Saúde
DAD	Departamento de Arquivo e Documentação
DEPEM	Departamento de Engenharia e Manutenção
Depes	Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde
DIRAC	Diretoria de Administração do Campus
DPH	Departamento de Patrimônio Histórico
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EFA 2030	Estratégia Fiocruz para Agenda 2030
Embratel	Empresa de Telecomunicações
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GT	Grupo de Trabalho
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS	Índices de Desenvolvimento Social
IFF	Instituto Fernandes Figueira
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
Inepac	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IP	Internet Protocol
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
NAHM	Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos
NEPAN	Núcleo de Estudos de Público e Avaliação em Museus
NEPHU	Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OEM	Oficina-Escola de Manguinhos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PITISS	Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POAP	Plano de Ocupação da Área Preservada
RA	Região Administrativa

RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
Rehabimed	Reabilitação da Arquitetura Tradicional Mediterrânea
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
RIDE	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RJ	Rio de Janeiro
RM	Regiões Metropolitanas
SEP	Serviço de Educação Patrimonial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano
UF	Unidades de Federação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Escolha Metodológica do Trabalho.....	24
Estrutura da Dissertação	27
CAPÍTULO 1: O TERRITÓRIO, A FIOCRUZ E O NAHM.....	29
1.1. O Território e a Fiocruz Campus Manguinhos	29
1.2. O Contexto Normativo do NAHM.....	41
1.2.1. A política de preservação patrimonial da Fiocruz.....	43
1.2.2. O acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico da COC.....	47
1.3. O Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM)	50
CAPÍTULO 2: O CENÁRIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO NAHM.....	55
2.1. Iniciativas da COC	55
2.2. As Estruturas de Trabalho do Plano de Requalificação do NAHM	59
2.3. Método da Pesquisa Social.....	69
2.4. A Participação da Comunidade Interna da Fiocruz.....	72
2.5. A Participação dos Moradores do Território	101
CAPÍTULO 3: PENSANDO UMA REQUALIFICAÇÃO PARTICIPATIVA.....	123
3.1. O Que Algumas Experiências Nos Apontam	123
3.2. Reflexões Sobre a Participação Social no Plano do NAHM	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
APÊNDICES.....	147
Apêndice 1: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) fornecido à comunidade interna da Fiocruz.....	147
Apêndice 2: RCLE fornecido ao grupo de moradores do território	149
Apêndice 3: Roteiro para realização das entrevistas	151
Apêndice 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fornecido aos participantes das entrevistas.....	151
Apêndice 5: Material de divulgação da pesquisa	155
ANEXOS	157
Anexo 1: Mapa do campus	157
Anexo 2: Tabela do Coeficiente Q de Yule.....	158

INTRODUÇÃO

Desde o século passado, o mundo tem lidado com diversos eventos e dinâmicas políticas, econômicas e sociais que resultaram em profundas mudanças nos estudos dos conceitos da área do patrimônio. A integração de diferentes disciplinas nessa temática, como a antropologia, a sociologia e a geografia, tem colaborado para a ampla compreensão da cultura para além das artes e das letras antes socialmente valorizados. Logo, estudos sobre memória, identidade e atribuição de valores¹, dentre outros, se tornaram importantes para compreender a diversidade humana e a relação do homem com o ambiente que o cerca.

A partir de meados do séc. XX, o processo de globalização e o avanço da tecnologia também passaram a ter grande efeito sobre a sociedade, possibilitando conectar pessoas em todo o mundo, transformando a noção de tempo e espaço vividos. Este cenário não só influenciou na forma como nós entendemos o próprio patrimônio, compreendendo-o além da sua materialidade, mas possibilitou a difusão de culturas diversas², tornando ainda mais complexas as relações construídas entre uma pessoa e o ambiente, considerando os efeitos que cada parte incide sobre a outra, de maneira recíproca.

Atualmente, a noção de patrimônio compreende o homem e a sociedade como peça central desta inter-relação com o meio e com as coisas³ que o conformam, de maneira que “O patrimônio é mosaico formado pelo conjunto de bens e manifestações capazes de atuar como objetos de referências de identidades coletivas e suportes de memórias coletivas relevantes para determinada formação sócio territorial” (MESENTIER, 2012, p. 07 apud MESENTIER, 2019, p.68).

Segundo Oliveira (2010, p.251), o conceito de cultura se revela enquanto processo construído socialmente através da atribuição de significados por diferentes grupos. Tal compreensão associa-se ao significado do termo ‘patrimônio cultural’, no qual o bem pode ser representado em sua relação cotidiana, através do processo de criação, transmissão e reformulação do seu ambiente (BATISTA; MACEDO, 2008, p.238). Considerando a linha de

¹ Ver HALBSWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, 2003. RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo, 2014. Entre outros.

² A palavra “cultura” se difunde a partir dos anos 1960, o que impulsiona a criação de um ministério próprio para tratar assuntos culturais e contribui para a diversificação da cultura na França. Esse modelo sem tardar estende-se pela Europa e a outros países não europeus, incluindo o Brasil a partir de 1985. No caso brasileiro, a história vem registrando avanços e recuos, caracterizando-se por inconstância e rupturas nas políticas públicas na área da cultura. (CHOAY, 2017, p.210)

³ A ideia de “coisa” compreende as múltiplas dimensões da vida humana, considerando os diversos objetos que integram o cotidiano. Para mais ver MILLER, 2013.

pensamento destes diferentes autores, pode-se afirmar, então, que o patrimônio cultural é uma memória de um tempo passado que está submetido à dinâmica do tempo atual, inserido no cotidiano, sendo uma das peças que conformam a identidade de um território e, por outro lado, sendo dependente da sua inter-relação com a sociedade presente.

O reconhecimento do acesso à cultura como um direito do homem foi reconhecido, primeiramente, em contexto internacional na Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, em 1948, a partir da compreensão da educação como bem necessário a todos. Hoje, os chamados direitos culturais são compreendidos enquanto exercício de cidadania e são defendidos como parte dos direitos humanos.

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indissociáveis e interdependentes. - Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Unesco, Artigo 5º, 2002.

Desta maneira, a demanda da participação social começou a se consolidar nas áreas da cultura e do patrimônio, e, a partir de 1975, com a Declaração de Amsterdã, o processo de valorização e preservação do patrimônio começou compor o conceito de conservação integrada e passou a considerar os diversos sujeitos como parte importante do processo, entendendo que “uma política de conservação implica também a integração do patrimônio na vida social” (Declaração de Amsterdã, 1975, p.06).

Em contexto brasileiro, destaca-se a influência da década de 1980, período de redemocratização do país, para o aumento da demanda da participação social nas pautas culturais e a sua reivindicação por diversos grupos, o que resultou no seu entendimento enquanto cidadania e enquanto pauta política. Neste período, o surgimento de movimentos e grupos organizados da sociedade levantando discussões e reivindicações por direitos diversos, dentre eles o da cultura, passaram a constituir a denominada sociedade civil, com atuação afastada de partidos, sindicatos ou associações de bairros (OLIVEIRA, 2010).

Este é o cenário que vai difundir a importância da participação social e da democratização das dimensões da cultural, conduzindo para a sua consolidação na Constituição Brasileira de 1988 (art.15). Neste caminho, além de considerar as políticas culturais como “processo pelo qual o cultural se torna político” (ibid., p.255), vale ressaltar o papel das políticas de preservação, que passam a representar um instrumento para a efetividade de cidadania onde, além do seu papel de instituir e modelar as práticas de salvaguarda do patrimônio, elas organizam a relação entre a sociedade e o bem, podendo contribuir para que este processo ocorra de maneira participativa.

Por outro lado, neste mesmo período iniciou-se uma discussão global sobre a interferência da atividade humana no meio ambiente, uma questão que, mais tarde, também passou a permear a temática do patrimônio.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo (1972), houve um primeiro esforço de alguns países organizados para implementar práticas de desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que esta conferência deu início a uma série de eventos e documentos publicados pela ONU que procuraram abordar sobre o conceito de sustentabilidade, orientado pela necessidade de preservar e melhorar o ambiente em que vivemos.

A partir de 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a se consolidar e integrar o discurso público com a publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, resultado da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Conhecido como relatório Brundtland, esta publicação apresenta a definição de desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações em atenderem às suas próprias” (ONU, 1987, p. 54, tradução da autora)⁴.

Existem, ainda, outros eventos e marcos que contribuíram para a difusão e ampliação da discussão sobre sustentabilidade, que passaram a incluir cada vez mais países e estabelecer metas e objetivos a serem alcançados. A conferência realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, também organizada pela ONU, se tornou um marco para o reconhecimento do desenvolvimento sustentável como pauta política global. Neste evento foram delineadas múltiplas ações entre os países participantes a fim de “afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem”⁵, integralizando a Agenda 21.

Mais tarde, a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2000, estabeleceu oito objetivos para orientar as ações dos governos nos 15 anos subsequentes. Hoje, a base das ações para a comunidade internacional parte da Agenda 2030, desenvolvida em 2015 para os 15 anos seguintes, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) formulados neste documento, que integram, de acordo com a ONU (2020), as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

⁴ Texto original: “Sustainable development is development that meets the needs of the presente without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”

⁵ Fonte: ONU, A ONU e o meio ambiente. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 15 junho 2020.

Considerando as diversas discussões sobre o tema, a sustentabilidade pode ser compreendida enquanto constante construção social, fruto de diversos debates ao longo do tempo que foram consolidando princípios e boas práticas a fim de atender às necessidades e aspirações humanas, das gerações presentes e futuras. O seu sentido se apoia, ainda, em outros conceitos, como o da eficiência, ética e o da escala, e vem sendo incorporado amplamente nas agendas políticas internacionais e nos mais diversos projetos (Acsegrad, 1999). É importante destacar o conceito de responsabilidade compartilhada ao qual a sustentabilidade também se apoia, onde os cidadãos e a sociedade civil organizada são partes atuantes do processo.

Quando associado ao patrimônio, o desenvolvimento sustentável pode referir-se aos valores e à identidade construídos ao longo do tempo (ibid.). Ainda, de acordo com o ODS 11, praticar a proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural influencia diretamente na qualidade de vida das pessoas, sendo um dos passos para “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”⁶.

Este amplo entendimento nos permite refletir sobre a gestão sustentável do patrimônio, na qual os valores atribuídos ao bem pelos diversos grupos da sociedade e ao longo do tempo podem constituir um ponto central para esta abordagem. Ou seja, a sustentabilidade do patrimônio reside na sua própria (inter-)relação com os diversos sujeitos. Neste sentido, observa-se a convergência dos conceitos de patrimônio, cultura e sustentabilidade: a participação social.

Partindo desta breve conceituação, o presente trabalho adota como pano de fundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição pública vinculada ao Ministério da Saúde de grande relevância na área das ciências e da saúde reconhecida mundialmente, e seu campus localizado no bairro de Manguinhos, cidade do Rio de Janeiro (figura 1). A inserção da instituição em um território caracterizado por um elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica coloca em disputa o seu papel central de atuar na diminuição das desigualdades e iniquidades sociais em saúde, compreendendo o conceito de saúde de maneira ampliada a partir dos seus determinantes sociais diversos, como a moradia, educação, cultura, transporte, lazer, alimentação, renda, entre outros⁷.

⁶ Fonte: NAÇÕES UNIDADES BRASIL, ODS 11. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em 15 junho 2020.

⁷ A respeito dos determinantes sociais em saúde, ver BUSS; PELLEGRINI, 2007.

Figura 1: Mapa da região da cidade e Fiocruz campus Manguinhos (marcada em vermelho).



Fonte: Adaptado pela autora, 2020. Base: Google Earth.

No que concerne ao objeto deste estudo, faz-se um recorte para analisar mais especificamente o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, conhecido como NAHM, um conjunto de construções de interesse cultural composto originalmente por edificações em estilo eclético, projetadas por Luiz Moraes Jr. entre 1904 e 1922, e que a ele foram acrescentadas outras edificações, incluindo de arquitetura moderna, construídas entre as décadas de 1940 e 1950. Fazem parte do conjunto eclético: o Pavilhão Mourisco (1905-1918), o Pavilhão da Peste (1904-1905), a Cavalariça (1904), o Pavilhão Figueiredo Vasconcelos, também conhecido como Quinino (1919-1921), a Casa de Chá (c. 1905) e o seu anexo (c. 1920), o Pombal (1904), assim como as áreas verdes e jardins da Praça Pasteur e do Caminho Oswaldo Cruz (figura 2).

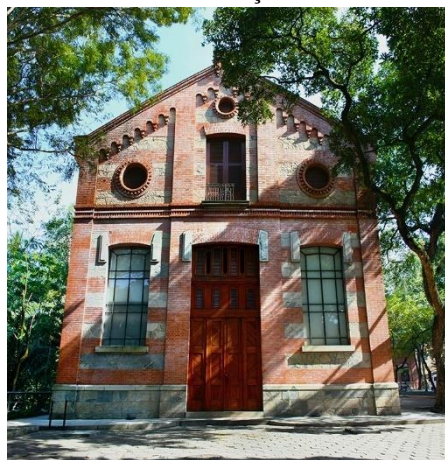
Este complexo conforma uma área de intervenção e se consolidou como patrimônio cultural principalmente devido à sua riqueza arquitetônica e histórica, com valores reconhecidos por atores da sociedade civil e do Estado e proteção tutelada por órgãos estadual e nacional. Atualmente, além de abrigar o uso administrativo e laboratorial, parte deste conjunto está integrado ao circuito de visitação do Museu da Vida e abriga espaços expositivos abertos ao público. Por conta desta diversidade de uso e acesso, o NAHM acaba acumulando uma série de representações simbólicas.

Figura 2: Alguns dos edifícios que fazem parte do NAHM

Castelo Mourisco.



Cavaliária.



Pombal.



Quinino.



Fonte: Acervo DPH/COC.

Assume-se como ponto de partida o Plano de Requalificação do NAHM (2014), elaborado pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), órgão específico singular da Fiocruz, atualmente em fase de implementação, que possui como objetivo “por meio de intervenções e novos usos de suas áreas urbanas e edificações históricas, preservar e valorizar esse patrimônio cultural, ampliar a interlocução com o entorno da Fiocruz e com a cidade do Rio de Janeiro, atender às demandas institucionais, e gerar maior oferta de atividades socioculturais, de divulgação científica e de educação em ciências, tecnologia, saúde e de cultura aos trabalhadores da instituição e à sociedade” (FIOCRUZ/COC, 2014), e levanta-se questionamentos a partir de seus princípios sobre a participação social na gestão sustentável desse patrimônio.

Figura 3: Espaços que compõem o Plano de Requalificação do NAHM, 2014.



Fonte: FIOCRUZ/COC, 2014.

O interesse pelo presente tema se deu a partir da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense (UFF), quando houve a oportunidade de participar de alguns projetos sociais e de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). A união entre a importância da ampla participação social na construção da cidade e a discussão de uma gestão participativa de espaços patrimonializados de grande importância cultural é a origem desta pesquisa.

Ao mesmo tempo em que o núcleo arquitetônico NAHM pode ser analisado enquanto patrimônio cultural, podemos ressignificá-lo e pensar no seu aspecto geográfico, enquanto um espaço multicomplexo, e compreender esse espaço enquanto um sistema que une objetos, ações, técnicas e tempo (SANTOS, 2017).

À medida que conhecemos melhor esse espaço e o dotamos de valor⁸, observando a atribuição de valores cognitivos, afetivos e estéticos, nos aproximamos do conceito de lugar. De maneira breve e sem limitar ou esgotar a discussão acerca deste conceito, pode-se dizer que neste ponto são estabelecidas relações de interação com o sujeito e com a sociedade que subjetivam esse espaço e o transforma a partir do seu cotidiano, enfatizando, aqui, a relação

⁸ Yi-Fu Tuan (1983, p.12) descreve a relação entre espaço e lugar: “Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos e o dotamos de valor.”

humana com o meio geográfico a partir da experiência vivida, da atribuição de valores, sentimento e aspectos variados que incidem na sua formação sociocultural.

Ainda, apoiado no conceito de espaço e lugar está o de território, que também pode ser absorvido neste trabalho a fim de compreender o NAHM dentro de uma dinâmica sociopolítica que ultrapassa os limites da instituição e o aproxima, principalmente, do seu entorno geográfico.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2008, p. 96)

É importante destacar que o presente trabalho está delineado pelas políticas institucionais de preservação do patrimônio cultural (FIOCRUZ, 2018 e FIOCRUZ/COC, 2013) e está em acordo com o Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) (FIOCRUZ, 2019). O PITSS está associado à Estratégia Fiocruz para Agenda 2030 (EFA 2030), dialoga com os ODS e se apoia em diversas políticas públicas. Se trata de um instrumento com olhar ampliado no que se refere à saúde e que pode ser utilizado como referência por atores internos institucionais e por outras instituições e governos.

Para o propósito deste documento, o PITSS é compreendido como uma iniciativa institucional de articulação de saberes e práticas sobre a determinação socioambiental da saúde, considerando a integralidade aspiracional da agenda 2030, visando assegurar qualidade de vida e sustentabilidade nos territórios. – FIOCRUZ, 2019, p.08.

Neste caminho, a instituição busca articular as metas desenvolvidas pela ONU na Agenda 2030 à sua atuação institucional de médio e longo prazos, com foco nos eixos de saúde, ambiente e sustentabilidade, com o intuito de potencializar a sua contribuição como Instituição Estratégica de Estado (FIOCRUZ, 2019, p.05).

Compreender e integrar a Fiocruz ao território de Manguinhos é, portanto, afirmá-la como parte da dinâmica local, como parte singular e necessária ao desenvolvimento social local. A escolha deste território para o presente trabalho, além de se apoiar nos conceitos desenvolvidos, também considerou a sua relação político-social com a instituição, o que será evidenciado em capítulo adiante, guiada pela viabilidade do estudo dentro do período do curso.

Todo o trabalho precisou ser reavaliado e adaptado de muitas formas diante do cenário provocado pelo vírus da Covid-19 que irrompeu o mundo e impediu a realização de pesquisas

e dinâmicas em campo ou presenciais. Em momento oportuno, caberá esclarecer esse processo de adaptação.

Visto que o Plano adota princípios que consideram importante a participação da sociedade na construção e apropriação deste patrimônio, o problema para a presente pesquisa se desenvolve a partir dos seguintes questionamentos: “Como os integrantes do território se relacionam com os espaços do Núcleo Arquitetônico Histórico inseridos na Fiocruz (considerando a comunidade interna e os moradores do território)?”, “Como a Fiocruz interfere nessa relação?”, “Como as políticas e normas da Fiocruz/COC organizam essa relação?”, “Quais medidas podem ser adotadas para aproximar esses sujeitos ao NAHM?”, “A educação patrimonial pode ser uma ponte para melhorar essa relação?”, “A COC, como responsável pela gestão do núcleo, incorpora iniciativas de educação patrimonial direcionadas para estes grupos?”.

Escolha Metodológica do Trabalho

O processo de elaboração da presente pesquisa foi construído com o intuito de identificar e analisar os problemas e as potencialidades do espaço em que o Núcleo está inserido, permitindo atualizar e aprofundar as informações presentes no Plano de Requalificação do NAHM, apontando para soluções que colaborem para uma requalificação sustentável e o uso desses espaços pela sociedade de forma mais ampla.

Seguindo o conceito de sustentabilidade que é defendido aqui, em termos metodológicos destaca-se o RehabiMed (CASANOVAS, 2008). Trata-se de uma rede interdisciplinar que opera na região do Mediterrâneo utilizando uma metodologia que busca auxiliar e facilitar a promoção, o planejamento e a implementação da reabilitação urbana e patrimonial como fator importante no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental).

O RehabiMed possui dentre diversas publicações em acesso aberto, um manual que ordena e sistematiza os estágios do processo de reabilitação, auxiliando na identificação de ferramentas e instrumentos necessários para a intervenção (nos aspectos técnicos, administrativos e jurídicos), capazes de otimizar o gerenciamento e o desenvolvimento desse processo, e de definir critérios que permitam reflexões sobre os problemas e estratégias necessárias para garantir o seu sucesso. Devido aos seus objetivos e à sua didática, este manual

foi utilizado como referência para a construção da metodologia do presente trabalho. Além disso, por também ter sido adotado para a elaboração do Plano de Requalificação do NAHM, a sua adoção, aqui, pode ser ainda mais interessante e contribuir para a análise que este trabalho propõe.

O manual tem como base as recomendações da Carta Internacional para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas (Carta de Washington, 1987) e da Carta do Patrimônio Vernacular Construído (México, 1999) que, além de fornecerem critérios de intervenção, enfatizam a necessidade de ações de longo prazo sob a forma de medidas de educação e sensibilização, envolvendo a promoção de programas de treinamento e especialização em áreas de preservação da arquitetura tradicional. Desta forma, é proposta uma série de medidas para incentivar a reabilitação da arquitetura mediterrânea voltadas para profissionais técnicos e políticos, que devem liderar políticas para a avaliação e reabilitação desse patrimônio buscando a cumplicidade da população, que deve ser protagonista ativa e participante desse legado compartilhado (CASANOVAS, 2008, p.12).

A reabilitação da arquitetura tradicional requer uma reabilitação e regeneração do território onde está inserida, sendo rural ou urbano. Deve ser entendida como uma intervenção tanto no ambiente físico quanto na população local, e na série de atividades culturais, sociais e econômicas que definem o 'ambiente social', tendo como objetivo principal melhorar as condições de vida dessa população bem como a qualidade da área e do ambiente 'construído', mantendo e promovendo seus valores culturais e patrimoniais e, ao mesmo tempo, garantindo sua adaptação coerente às necessidades da vida contemporânea.

O método, destinado a todos os agentes envolvidos na reabilitação processo, visa contribuir para a construção de uma boa estrutura para a reabilitação sustentável do patrimônio a partir da definição de diretrizes gerais de ação coerentes com as especificidades de cada local, indo além das intervenções isoladas usuais. Trata-se, portanto, de um método que considera a sua aplicação a partir da realidade de cada território, no qual as condições socioculturais, legais, ambientais e políticas, integrando, ainda, a participação da sociedade e de agentes públicos ao longo do processo, irão influenciar as condições de cada etapa e promover diferentes resultados.

De acordo com Casanovas (2008), a metodologia RehabiMed é dividida em cinco (5) fases de ação, onde pode-se identificar 8 etapas ou momentos chaves do processo. São eles:

1. **Apoio político** - O processo começa com a vontade política de agir (etapa 1), que inclui a elaboração de decisões preliminares (etapa 2) necessárias para organizar e gerenciar adequadamente o processo de reabilitação: delimitação da área de intervenção, decisões

quanto à natureza das ações a serem executadas e a definição do cenário de governabilidade - isto é, a organização da intervenção dos vários agentes envolvidos na reabilitação e a participação dos habitantes.

2. **Diagnóstico** - Antes de decidir sobre as estratégias de intervenção, é necessário reconhecer as condições legais e estabelecer a área de ação a partir da análise do território (etapa 3), com um programa de estudos multidisciplinares que esteja em conformidade com o local, com a orientação política adotada e com o reconhecimento das necessidades e expectativas dos habitantes. A análise do território é utilizada para dar base ao diagnóstico integrado (etapa 4), um relatório sobre o estado atual da área, acordado por consenso social e com o respaldo político correspondente, com um detalhamento sobre seus potenciais e disfunções.
3. **Estratégias** - Considerando as análises do diagnóstico integrado deve-se realizar uma reflexão das estratégias (etapa 5), partindo das premissas de sustentabilidade e da elaboração de hipóteses de ações que podem garantir a sua viabilidade no processo. Esse processo de reflexão pode revelar a falta de informações e a necessidade de retornar à fase de diagnóstico. Uma vez que o cenário de reflexão esteja completo, deve ser elaborado o plano de ação (etapa 6), com uma lista de ações para alcançar o cenário desejado. Este plano deve ser aprovado em consenso social e político para que, posteriormente, seja implementado junto com projetos e políticas.
4. **Ação** - Esta fase inclui executar as ações (etapa 7) previstas no plano de ação, tanto em termos urbanos quanto arquitetônicos, além de medidas complementares de natureza social, econômica e ambiental.
5. **Monitoramento** - A fase de avaliação contínua (etapa 8) das ações começará juntamente com as ações executadas, mas também continuarão após a conclusão, e deve monitorar o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos na fase de reflexão. Nesta etapa pode ser verificada a necessidade de retornar a alguma fase anterior a fim de melhorar as condições dos resultados.

A partir do entendimento desta metodologia e das fases propostas, adotando o manual do RehabiMed como um guia e adaptando-o para o cenário do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, este trabalho seguiu as seguintes etapas:

Fase 1: Base

- a. Identificação do problema (revisão bibliográfica);
- b. Decisão sobre a necessidade de agir (justificativa);
- c. Delimitação da área de intervenção;
- d. Identificação dos grupos de interesse/que devem participar do processo;
- e. Pré-reflexão dos problemas identificados até então;

Fase 2: Diagnóstico

- f. Elaboração do escopo do diagnóstico;
- g. Análise das políticas vigentes;
- h. Levantamento de informações sobre o território;
- i. Coleta de dados com grupos de interesse;
- j. Identificação das expectativas e necessidades dos grupos;
- k. Análise dos dados e consolidação do diagnóstico;

Fase 3: Conclusão

- l. Reflexões a partir do diagnóstico seguindo as premissas de sustentabilidade;

Estrutura da Dissertação

A estrutura do presente trabalho está dividida em três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo, busca explorar o contexto do objeto principal da pesquisa, o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), a partir da dimensão do território, evidenciando o bairro de Manguinhos, da instituição, observando algumas experiências que consolidaram a sua atuação no eixo social e em articulação com esse território, e das normas institucionais, trazendo um breve histórico das políticas implementadas anteriormente pela COC/Fiocruz para a gestão dos acervos sob sua responsabilidade e que deram base para a elaboração do Plano de Requalificação do NAHM. Em seguida, são analisadas as especificidades desse plano, principalmente no que diz respeito aos princípios e diretrizes que abarcam a questão da gestão participativa e da participação social.

O segundo capítulo é dedicado à compreensão da ótica da participação social e sua efetivação no âmbito do NAHM e de seu plano de requalificação. Para tanto, inclui um levantamento de informações sobre as iniciativas promovidas pela COC, que incentivam uma relação entre o público e o núcleo, sobre a estrutura de trabalho desenvolvida para a

implementação de seu Plano de Requalificação, que permite o desenho de estratégias específicas e articuladas com os princípios e diretrizes presentes no documento de referência do plano, e integra, ainda, um diagnóstico composto a partir da realização de pesquisa qualitativa com os grupos de interesse deste trabalho. Esta etapa da pesquisa visou identificar as percepções, opiniões e experiências dos grupos nos espaços do NAHM.

O terceiro capítulo discute o processo de requalificação enquanto instrumento para promover a conservação integrada e o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural do NAHM, observando exemplos em diferentes escalas de intervenção. Ademais, busca aprofundar algumas reflexões sobre o panorama da participação social no âmbito do Plano de Requalificação do NAHM, identificado na etapa de diagnóstico.

Por fim, as considerações finais buscam refletir sobre o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos enquanto espaço polivalente, resgatando a sua abordagem no campo da cultura, do museu, do patrimônio e do lugar, e aponta para a importância de aprofundar as ações entorno de seu plano de requalificação para consolidar a colaboração e a construção de propostas partindo do coletivo, quesito fundamental para promover a gestão sustentável deste núcleo.

Esta dissertação traz, ainda, os documentos elaborados pela autora relacionados ao processo de pesquisa social como apêndices, incluindo os modelos de Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), parte do material criado para divulgação e comunicação da pesquisa encaminhado aos participantes e informações sobre as fontes orais da pesquisa, além de anexos com materiais de referência, a fim de trazer clareza ao leitor sobre o processo de trabalho.

CAPÍTULO 1: O TERRITÓRIO, A FIOCRUZ E O NAHM

Este capítulo pretende avançar na compreensão do patrimônio cultural do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM) partindo de sua inserção no território, no qual é parte indissociável, de maneira a esclarecer não só o seu contexto político-social, mas o seu imbricamento ao panorama histórico institucional. Desta forma, será possível seguir na abordagem a respeito do papel da Fiocruz e de seus órgãos específicos singulares na regulamentação da relação entre o seu patrimônio e a sociedade. Este conteúdo dará base para a abordagem específica a respeito do Plano de Requalificação do NAHM, analisando, neste primeiro momento, a sua dimensão enquanto documento de referência e balizador das ações de participação social que são almejadas.

1.1. O Território e a Fiocruz Campus Manguinhos

O conceito de território se apoia em outros como paisagem, lugar, região, espaço e técnica e é utilizado por diversas disciplinas, que passam a ressignifica-lo a partir do seu olhar científico. Os estudos de Milton Santos revelam as principais referências deste conceito para as ciências sociais, compreendendo o território como o somatório de formas, objetos e ações humanas em uma rede articulada multicomplexa. Esta noção está ligada, ainda, ao exercício de poder sobre determinada área. Ou seja, para termos um território é necessário ter um espaço polissêmico, ter um ator (individual, social ou coletivo) e ter um poder sendo exercido por este ator no espaço dado (SANTOS, 2017).

Considerar, então, a inserção da Fiocruz no território de Manguinhos e, portanto, o próprio patrimônio do NAHM, é destacar o contexto desse bairro para além da sua representação geográfica ou político-administrativa. É latente a necessidade de utilizar uma abordagem que revela o conjunto de relações e sistemas de poder que estão articulados com a sua própria história e que, neste caso, estão imbricados às disparidades socioeconômicas entre as partes que costuram o tecido urbano local.

Por definição legislativa, o termo *favela* representa uma “área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo

com os padrões legais vigentes”⁹. Esta, entretanto, é uma definição técnica que está em desacordo com realidade e, ainda, oculta toda a trajetória de luta e reivindicações por melhores condições de vida levantadas por grupos e moradores dessas áreas. O uso do termo favela neste trabalho está aliado ao seu entendimento enquanto parte heterogênea integrante da cidade, não limitando a sua conformação enquanto um lugar de precariedades e negligências políticas, mas ampliando a sua representação enquanto um lugar de direitos.

Historicamente, a região na qual o bairro de Manguinhos se insere era formada por praias, ilhas e manguezais, configuração que está relacionada com o seu próprio nome. Até o final do século XIX, a presença de grandes propriedades rurais deu o tom da dinâmica social local, que começou a se transformar a partir da implementação de um sistema de transporte para conectar esta região ao centro da cidade, que incluiu a construção de uma estrada de ferro inaugurada como Parada do Amorim em 1886. Neste momento, iniciou-se um processo de mudanças nas atividades e na configuração territorial local, alavancando a expansão da malha urbana e a ocupação dessas áreas, dando origem aos bairros do subúrbio carioca (VIEIRA et al., 2020, p.21).

Em 1900, foi criado o Instituto Soroterápico Federal, a atual Fiocruz, que ocupou um terreno de fazenda com o intuito de produzir soros e vacinas para tratar as doenças da cidade industrial que se formava. A partir da demanda para a sua construção, surgiram as primeiras instalações populares localizadas em Manguinhos ocupadas, principalmente, por trabalhadores da construção civil, compondo a favela denominada hoje como Parque Oswaldo Cruz, conhecida também como Amorim (1901).

Observa-se que a implantação do Instituto pode ser reconhecida não só como um grande fator para a origem da ocupação do Amorim, mas também de forte influência na vida de seus moradores. De acordo com uma pesquisa realizada por Tânia Maria Fernandes e Renato Gama-Rosa Costa, pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, que deu origem à obra intitulada “História de pessoas e lugares: Memórias das comunidades de Manguinhos” (2009), além daqueles que trabalhavam na instituição, os moradores desse local também utilizavam o seu terreno e instalações para diversas atividades, como para passagem até o, então próximo, litoral, para coleta de água para consumo e até para lazer de crianças e adultos. Além do Amorim, a presença do Instituto colaborou, ainda, para o desenvolvimento da infraestrutura da região e para o crescimento dos bairros vizinhos, onde os diversos funcionários fixaram suas moradias.

⁹Esta definição do termo favela corresponde ao artigo 234 da lei complementar nº 111 de 01/02/2011.

O cenário político-econômico do Rio de Janeiro também foi determinante para a ocupação de Manguinhos e de bairros vizinhos à instituição. A trajetória da urbanização da cidade é marcada por processos de remoção das habitações populares que obedeceram às estratégias de governo articuladas ao interesse do mercado imobiliário. Iniciativas deste tipo podem ser observadas desde o início do século XX, com a reforma urbana de Pereira Passos, até a década de 1970, durante o regime militar, e buscavam promover a grande retirada de moradores pobres das áreas nobres e centrais, muitas vezes expulsos de maneira truculenta, com destino a áreas mais afastadas, localizadas nas periferias da cidade.

No que tange à urbanização local, poucos projetos foram realizados, mas estes foram determinantes para permitir e intensificar a ocupação dessa região alagadiça. Vale destacar os trabalhos de aterramento, de canalização dos rios e de abertura de importantes vias de acesso, como a já citada via férrea, a Avenida Brasil (1940) e as ruas Leopoldo Bulhões e Doze de Outubro, atualmente denominada como Avenida Dom Helder Câmara. Esta configuração, somando-se aos muitos terrenos vazios e à proximidade com o centro e com o cais do Porto, integrou um conjunto de vantagens para receber não só pessoas pobres removidas de diversas áreas da cidade, mas principalmente diversas instalações fabris, impulsionado pelo Plano Agache (1920)¹⁰.

Logo foi possível observar uma concentração de fábricas em diversos bairros do subúrbio. Diante dessa nova configuração, Manguinhos passou a se caracterizar como uma região industrial, o que contribuiu para a intensificar a sua ocupação de maneira heterogênea. Surgiram, assim, habitações provisórias e definitivas, sendo conjuntos projetados ou não, ocupadas regular ou irregularmente por trabalhadores diversos.

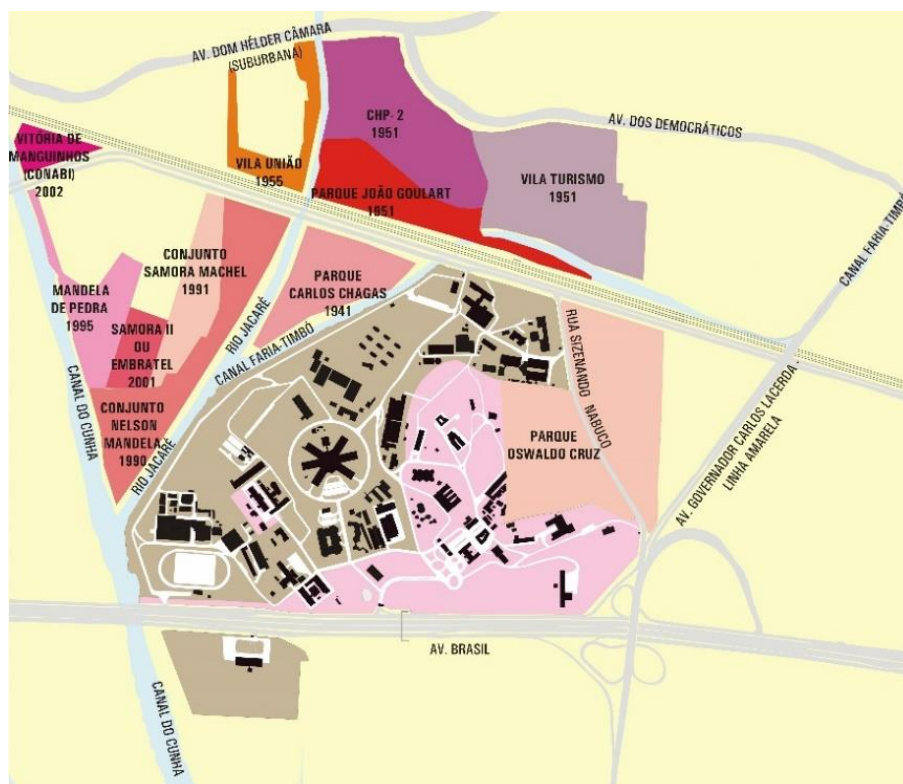
Entretanto, até a década de 1980 ainda sobressaía a falta de serviços públicos e infraestrutura básica, principalmente nas áreas residenciais, fator que reforçou a exclusão social e o estigma das favelas locais como áreas negativas e lócus das doenças da cidade. A mudança desse cenário somente começou a partir do período de redemocratização do país, com o retorno do direito ao voto e o peso das classes populares nas eleições políticas, no qual os locais de favela passaram a receber atenção com promessas de projetos de infraestrutura urbana, de regularização fundiária, dentre outros, em troca de votos para cargos políticos (FERNANDES; COSTA, 2009, p.62-63).

¹⁰ FERNANDES; COSTA, 2013, p.88-89.

Destaca-se o período do governo Brizola (1983-1987 e 1991-1994), no qual foram implementadas algumas mudanças estruturais importantes em algumas favelas de Manguinhos, incluindo a abertura e pavimentação de ruas internas, a construção e obras de pontos de lazer e, ainda, a instalação de equipamentos sociais, como o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep), o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC) e o Centro Municipal de Atendimento Social Integrado (Cemasi) (ibid., p.113-114).

De maneira geral, essa região passou por muitas mudanças ao longo do seu processo de ocupação, integrando diferentes usos do espaço, propostas governamentais e diversas demandas que provocaram o adensamento populacional e resultaram na consolidação de cada favela de maneiras e em tempos diversos (figura 3). A abordagem sobre a origem de suas ocupações e a sua consolidação ao longo do tempo, compreendendo as onze favelas do bairro (denominadas como Complexo de Manguinhos), incide, ainda, na compreensão de um outro momento: a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Favelas), projeto iniciado no ano de 2007 que provocou profundas mudanças territoriais e socioeconômicas.

Figura 4: Comunidades do complexo Manguinhos e Fiocruz, 2005.



Fonte: [Figura gentilmente cedida por Renato Gama-Rosa Costa, 2020.](#)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado como uma proposta de retomada do planejamento e de investimentos nos setores de infraestrutura urbana, social,

logística e energética, e nas áreas de favelas o investimento era destinado, principalmente, para obras de urbanização. Em Manguinhos, o programa foi anunciado no início de 2007 como uma das grandes áreas beneficiadas do Rio de Janeiro, juntamente com o Complexo do Alemão e a Favela da Rocinha¹¹. Suas obras foram executadas pelo governo estadual e municipal e resultaram em mudanças no acesso à infraestrutura, nas condições de habitabilidade e na reorganização do território.

Dentre as intervenções gerais realizadas nesse território, pode-se destacar: a elevação da via férrea, a construção da estação de Manguinhos, obras de infraestrutura urbana, dentre elas de iluminação pública, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, obras de urbanização e a construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), escolas, Biblioteca Parque e de centros habitacionais para reassentamento das famílias removidas das áreas de risco. Vale ressaltar, contudo, a dificuldade e as contradições que se manifestaram ao longo do processo de implementação do programa, que contou com problemas, principalmente, relativos à elaboração de projetos, ao planejamento adequado e à demanda da participação social, o que gerou diversas modificações ao longo do tempo e, ainda, a não efetividade de algumas propostas, conforme exposto no trabalho de Trindade (2012).

De acordo com o último censo demográfico (IBGE), o bairro de Manguinhos possuía, em 2010, uma população de 36.160 habitantes distribuídos em mais de 10 mil domicílios. Suas áreas de favelas integravam quase 77% dessa população e cerca de 12% dos domicílios estavam abaixo da linha da pobreza. Dentre os 126 bairros da cidade que integraram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2000, Manguinhos chegou a representar um dos piores números, ocupando a 122ª posição, com índice de 0,726 (IBGE, 2000).

Atualmente, com o desenvolvimento de uma nova metodologia elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi formulado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹², que trata do IDH Municipal (IDHM). Neste atlas, que integra de maneira ampla os indicadores de longevidade, educação e renda, observa-se um aumento do IDHM calculado para Manguinhos entre os anos de 2000 e 2010, passando de 0,698

¹¹ A escolha da região de Manguinhos para ser contemplada pelo PAC perpassa diferentes justificativas, considerando a luta dos seus moradores para melhorar a qualidade de vida local, a indignação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as condições de precariedade da região, e, ainda, pela facilidade de já possuir um Plano de Desenvolvimento Urbanístico, que contava com diagnóstico que poderia ser atualizado e adaptado para o novo programa (TRINDADE, 2012, p.87-88).

¹² O Atlas, criado em 2013, é uma plataforma de consulta ao IDHM, dentre outros dados retirados dos Censos Demográficos dos anos 1991, 2000 e 2010, que integra os municípios brasileiros, as Unidades de Federação (UF), Regiões Metropolitanas (RM), Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Mais informações ver portal <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 26 março 2020.

para 0,792, estando, neste último, dentro da faixa de alto desenvolvimento. Ou seja, através dos dados do IDHM, pode-se avaliar que houve melhora das condições de saúde, do acesso ao conhecimento e um aumento da renda local após a implementação do PAC na região, questão que nos aponta para o equívoco na representação unificada das áreas de favela como lócus de pobreza.

Por outro lado, de acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP)¹³, o bairro representou, no ano de 2010, um dos oito menores Índices de Desenvolvimento Social (IDS) do município e o pior de sua Região Administrativa (X-RA Ramos). Este índice, por sua vez, além de considerar algumas variáveis sociais, incorpora dados sobre o aspecto urbano relativos ao acesso à rede de água, esgoto e coleta de lixo adequados, dentre outros¹⁴. Isto indica que, apesar de ter havido um aumento do IDS entre os anos 2000 e 2010, passando de 0,473 para 0,518 (CAVALLIERI; LOPES, 2008, p.10), as melhorias em infraestrutura promovidas pelo PAC Favelas ainda não foram suficientes para tornar alguns serviços adequados.

O Parque Carlos Chagas, por exemplo, foi a favela que apresentou o pior IDS do complexo (0,449), com grande deficiência nos serviços de esgotamento sanitário (aproximadamente 54% dos domicílios possuíam acesso inadequado) e de coleta de lixo (27% dos domicílios com serviço inadequado). Ainda assim, estas não foram as piores taxas que se expressaram em Manguinhos, que, na verdade, corresponderam à Vila União (com esgotamento inadequado em aprox. 85% dos domicílios) e à Vila Turismo (cerca de 30% dos domicílios com coleta de lixo inadequada)¹⁵. Observa-se, neste sentido, a coexistência de favelas que se diferem pelos níveis de urbanização e, inclusive, pelas suas condições de precariedade, principalmente no que concerne à adequação dos serviços de saneamento básico, que inclui sistemas integrados para esgotamento sanitário, escoamento das águas de chuva (drenagem), água para consumo e descarte de lixo¹⁶.

¹³ Dados presentes no aplicativo “Bairros Cariocas”, desenvolvido pelo IPP e divulgado na página do Data Rio. Disponível em <<http://www.data.rio/>>. Acesso em 18 março 2020.

¹⁴ De acordo com CAVALLIERI; LOPES, 2008, p.01: “O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD) para inúmeros países do mundo que, por sua vez tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza.”

¹⁵ Fonte de dados IBGE, Censo 2010 – divulgados por IPP.

¹⁶ Sobre o sistema de drenagem urbana e saneamento básico no PAC Favelas e, especificamente, em Manguinhos ver SOARES, José Stelberto Porto. Saneamento básico: incompletudes como norma. In: PIVETTA, Fatima et all (Org.). *Leituras sobre políticas públicas: o PAC Favelas como mirante de observação*. Rio de Janeiro. ENSP/Fiocruz, 2018, pp. 95-104.

É necessário pontuar, aqui, a dificuldade de considerar estas informações do IBGE (Censo, 2010) para caracterizar o bairro de Manguinhos e as suas favelas, já que se trata de um período bastante distante cronologicamente e que pode não representar as condições estruturais, sociais e ambientais da atualidade. Entretanto, a presente pesquisa se vale destes dados como tentativa de compreender o cenário em que o objeto de estudo se insere, apontando para a necessidade de atualizações futuras.

Em relação às atividades de esporte e lazer no bairro, verifica-se que não há equipamentos listados pela prefeitura do Rio¹⁷. No que concerne à cultura, essa lista conta somente com os bens tombados e preservados que existem no bairro e se referem ao patrimônio histórico-cultural da Fiocruz e à Igreja São Daniel Profeta. É notável que este portal da prefeitura não contempla as variadas expressões culturais que estão presentes no território de Manguinhos e, portanto, é um equívoco reduzir as atividades de lazer e cultura locais a essas informações.

De maneira complementar, é possível mirar o Guia Cultural de Favelas¹⁸, que se configura como um mapa colaborativo que busca promover a identificação e visualização das manifestações culturais em territórios de favelas da cidade. Observa-se que Manguinhos e os demais bairros da sua vizinhança, apesar de manifestarem uma riqueza cultural, conformam uma região que carece de equipamentos e infraestrutura adequados.

O somatório desta característica aos contrastes socioeconômicos que se expressam nesses territórios tem movido um grande esforço da Fiocruz em promover a saúde no seu entendimento ampliado e em reduzir as iniquidades sociais.

A Fiocruz é uma instituição pública brasileira vinculada ao Ministério da Saúde que desenvolve pesquisas e trabalhos na área das ciências, tecnologia e saúde, com grande destaque na América Latina e no mundo. Além do seu papel junto à população brasileira, há um esforço da instituição em integrar os moradores do entorno do campus em programas e políticas sociais, de maneira a diminuir as desigualdades existentes e promover o acesso amplo e democrático à saúde, à educação, à cultura, dentre outras práticas importantes para o exercício da cidadania. Possui como missão¹⁹:

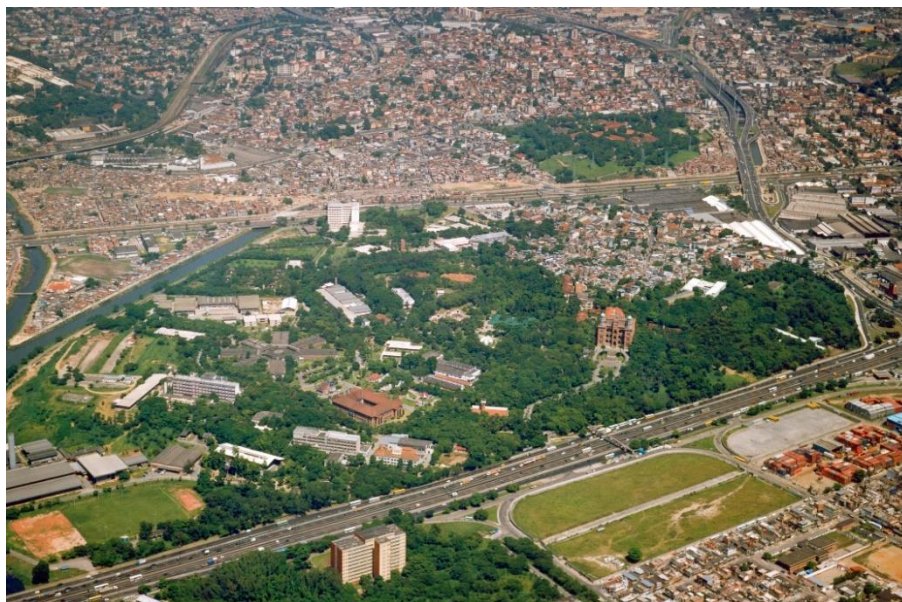
¹⁷ Dados presentes no aplicativo “Bairros Cariocas”, desenvolvido pelo IPP e divulgado na página do Data Rio. Disponível em <<http://www.data.rio/>>. Acesso em 18 março 2020.

¹⁸ O Guia Cultural de Favelas é desenvolvido pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e pode ser acessado através do endereço: <http://guiaculturaldefavelas.org.br>

¹⁹ A sua missão foi aprovada no VI Congresso Interno. Fonte: FIOCRUZ. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/perfil-institucional>>. Acesso em fev 2020.

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais – FIOCRUZ, 2013.

Figura 5: Imagem aérea da Fiocruz e entorno geográfico, 2014.



Fonte: Acervo Fiocruz Imagens.

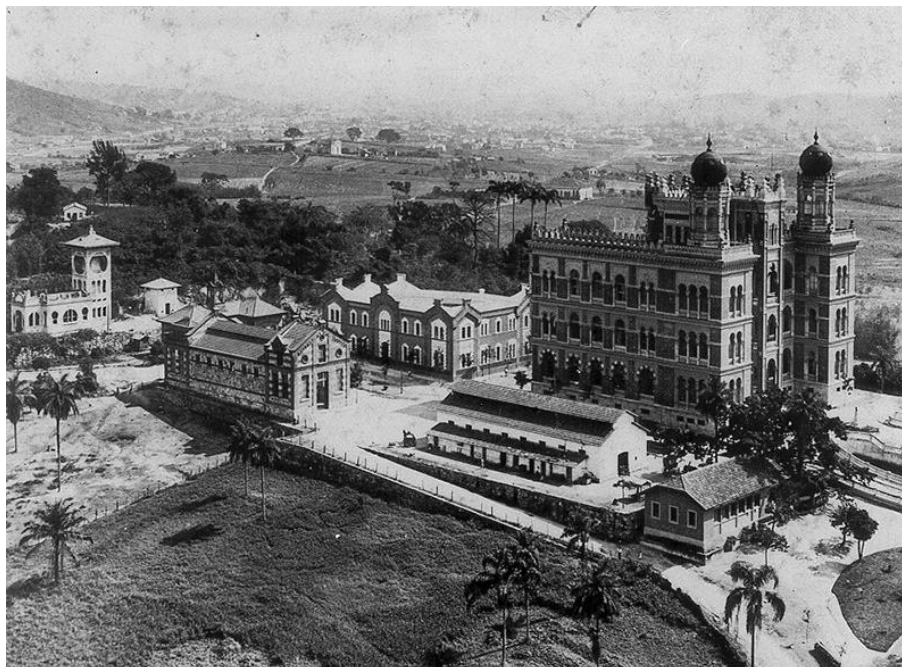
Historicamente, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal, a partir de uma demanda para a produção de soros e vacinas contra a peste bubônica. Nos seus primeiros anos, sob a direção geral do cientista Oswaldo Cruz e diante da necessidade de promover a reforma sanitária na capital da República, a instituição buscou desenvolver pesquisas e campanhas, principalmente, no combate à febre amarela, peste bubônica e varíola, rapidamente se tornando uma referência em saúde pública, ainda que algumas medidas tenham sido duramente criticadas, culminando, inclusive, na Revolta da Vacina em 1904²⁰.

Ainda nesta década, começou a ser construído o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM) para abrigar as atividades desenvolvidas, integrando um conjunto de edificações ornamentadas que correspondem à arquitetura neo-mourisca, projetadas pelo arquiteto português Luiz Moraes Jr (figura 6). Atualmente, este núcleo é considerado

²⁰ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/historia>>. Acesso em 31 março 2020.

patrimônio cultural por representar não só a história e a memória da Fiocruz, mas das ciências e da saúde no Brasil.

Figura 6: Foto histórica do NAHM (sem data).



Fonte: Acervo COC.

Ao longo do período em que esteve à frente da instituição, Oswaldo Cruz se dedicou a ampliar o seu escopo de atuação, expandindo os estudos e a fabricação de produtos biológicos, a fim de garantir uma autonomia financeira e política. Por conta dos avanços e da grande repercussão alcançada por Oswaldo durante a sua trajetória junto à instituição, articulando ciência, desenvolvimento tecnológico e as necessidades do país, esta passou a se chamar Instituto Oswaldo Cruz em 1908, denominação que se manteve até a década de 1970.

A trajetória da instituição é marcada por diferentes contextos políticos que impactaram diretamente as atividades do Instituto. O período conhecido como Revolta de 1930 e o movimento ditatorial que ocorreu na década de 1960 provocaram não só a falta de investimentos na instituição, mas também uma perda de sua autonomia administrativa e, até mesmo, a cassação de pesquisadores que se opunham ao governo²¹.

Em 1970, a instituição foi rebatizada como Fundação Instituto Oswaldo Cruz²² e passou a englobar diversos institutos da área da saúde pública, entre eles a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o Instituto Nacional de Endemias Rurais, o

²¹ Sobre o período da ditadura militar e as suas consequências para a Fiocruz Manguinhos ver LENT, Herman. *O Massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro, Edições Livres, 2019.

²² A Fundação Instituto Oswaldo Cruz foi criada pelo Decreto n° 66.624, de 22 de maio de 1970.

Serviço de Produtos Profiláticos, o Instituto Fernandes Figueira (IFF), o Instituto Evandro Chagas e o Instituto de Leprologia (PONTE, 2015, p.07). Ainda nesta década, a instituição passou a se chamar Fundação Oswaldo Cruz, denominação que se mantém até os dias de hoje.

Observa-se, em especial, a importância dos anos 1980 para a construção de uma gestão participativa e mais transparente, possibilitada pelo processo de redemocratização que ocorria no país e concretizada pela gestão do sanitarista Sergio Arouca, presidente da Fiocruz entre 1985 e 1989. Com o alargamento do campo da saúde e a integração das discussões de bem-estar social e de acesso à cidadania (PINHEIRO, V., 2017, p.11), Arouca instituiu uma série de mecanismos²³ para ampliar a participação da comunidade institucional na tomada de decisões, aproximando as unidades que formavam a fundação e até mesmo favorecendo a criação de novas²⁴. Destaca-se, na sua gestão, o início de um modelo de governança democrático e participativo, com a criação do Congresso Interno da Fiocruz e do Conselho Deliberativo, ambos considerados órgãos de representação institucional que deliberam sobre assuntos estratégicos²⁵ (PONTE, 2015, p.15).

Desde os anos 1960, a instituição tem implementado programas e projetos sociais no entorno do seu campus Manguinhos, de maneira a diminuir os acirramentos sociais no território e a contribuir para a sua aproximação com a população local, papel que se intensificou durante a década de 1990²⁶.

Como exemplo, observa-se a participação da instituição na Ação pela Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida e sua integração junto ao Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (Coep), que articulou, principalmente, instituições públicas em uma campanha contra a miséria e as desigualdades sociais no país. Esta campanha colaborou para a elaboração de ações sociais voltadas para os bairros vizinhos, cabendo citar aqui a criação de uma cooperativa popular, em 1993, que buscou vincular o combate à miséria com a geração de empregos através de estratégias da economia solidária, voltada aos moradores do território de

²³ Durante a gestão de Arouca (1985-1989) destaca-se a constituição de comissões específicas, com representantes de várias unidades da Fiocruz, de órgãos colegiados, como o Conselho Comunitário, que representa os servidores junto à Presidência, a atuação sindical da ASFOC (Associação dos Servidores da Fiocruz), órgão de representação dos trabalhadores da instituição, entre outros. Para mais ver PONTE, 2015, p.12-18.

²⁴ Neste período foram criados a Casa de Oswaldo Cruz (COC), a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o Centro de Informação Científica e Tecnológica (ICICT) e o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP.

²⁵ O Congresso Interno é o órgão máximo de representação da comunidade interna e acontece a cada quatro anos, no início de cada gestão da Presidência da Fundação. Já o Conselho Deliberativo é o “órgão superior de formulação e condução da política de desenvolvimento institucional”. FIOCRUZ. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/gestao-participativa>>. Acesso em 05 abril 2020.

²⁶ Ver PINHEIRO, V. 2017, p.17-20.

Manguinhos. Desde 2009, a instituição ocupa a presidência do Conselho Deliberativo desse Comitê no Rio de Janeiro (Coep/RJ)²⁷.

Em 1994, houve, ainda, o lançamento do evento “Fiocruz pra Você”, que agregou uma agenda de atividades culturais à campanha de vacinação infantil, envolvendo pessoas de todas as faixas etárias na divulgação científica e na promoção à saúde. Este evento, organizado pela Presidência da Fiocruz, também colabora para o fortalecimento da cidadania através da integração dos seus funcionários com os moradores do território e, até os dias de hoje, representa um importante meio de comunicação e de aproximação entre a instituição e a vizinhança na qual está inserida²⁸.

De maneira geral, o que se observa ao longo da trajetória e das diversas iniciativas implementadas pela Fiocruz é o seu alinhamento no que diz respeito ao alargamento da noção de saúde e do direito à cidadania. Neste sentido, a própria estrutura organizacional da instituição colabora para que haja uma atuação ampliada para promover a melhoria da qualidade de vida da população, em especial dos moradores de seu território. Atualmente, essa estrutura se divide entre Presidência, órgãos diretos e vinculados à esta, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares (denominados também como unidades técnico-científicas), unidade descentralizada e órgãos colegiados. Todos são orientados para as finalidades da instituição, mas possuem atribuições gerais específicas e autonomia para desenvolver políticas, atividades e programas próprios.

Como forma de institucionalizar o compromisso social da instituição, foi criada, em 2003, a Coordenação de Cooperação Social. Se trata de um órgão vinculado à Presidência da Fiocruz que se articula em rede com os órgãos específicos singulares, com atores sociais do território, com instituições públicas e com organismos internacionais visando o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento e redução das desigualdades e iniquidades sociais em saúde. Suas ações buscam a ampliação da conscientização, mobilização e proposição de políticas públicas voltadas a territórios socio-ambientalmente vulnerabilizados utilizando metodologias participativas no campo da pesquisa e da educação.²⁹

É possível depreender da trajetória institucional que os diversos contexto políticos nacionais tiveram grande influência na sua condução e no desenho de estratégias para o

²⁷ EUGÊNIO; SANTOS; HENRIQUES. 2019, p.13.

²⁸ O evento “Fiocruz pra Você” ocorre anualmente. Entretanto, por conta das condições impostas pela pandemia do Corona Vírus, esse evento não ocorreu no ano de 2020 e ainda não há previsão para a sua organização no ano vigente (2021). Para mais, ver FIOCRUZ. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-pra-voce>>. Acesso em 05 abril 2020.

²⁹ Para mais ver: EUGÊNIO; SANTOS; HENRIQUES. 2019.

desenvolvimento de suas atividades, para a organização de sua própria estrutura e para a construção de seus valores. Como resultado de suas experiências, foi possível construir mecanismos para a adoção de uma gestão democrática e participativa, articulando órgãos colegiados para deliberação, assessoria e acompanhamento de seus planos e integrando a participação de seus órgãos específicos singulares na elaboração de políticas e estratégias institucionais³⁰.

No que concerne à dimensão social, além do seu compromisso com a população brasileira e do seu papel nas áreas da saúde, ciências, tecnologia e inovação, em âmbito nacional e internacional, a Fiocruz buscou promover e incentivar iniciativas para a redução das desigualdades sociais, expandindo a sua atuação no campo da educação, cultura, trabalho, território e ambiente. Com este intuito, a fundação vem consolidando estruturas de comunicação e apoio ao desenvolvimento saudável e sustentável de territórios socio-ambientalmente vulnerabilizados, com forte atuação em Manguinhos, Maré e Jacarézinho, visto a sua aproximação geográfica.

O apoio à implementação de metodologias participativas em seus programas sociais colabora para a compreensão do território para além de um laboratório vivo, mas que compartilha a bagagem de aprendizado entre os moradores locais, pesquisadores e estudantes da Fiocruz. Se trata de uma relação de via dupla, na qual cada um dos sujeitos contribui para a construção de um território mais saudável e democrático.

Assim como os diferentes órgãos específicos singulares da Fiocruz que desenvolvem pesquisas e trabalhos direcionados para a população local, além dos já destacados, este também é o caso da Casa de Oswaldo Cruz (COC). A COC, em específico, é um órgão dedicado à produção do conhecimento sobre a história da instituição e das ciências e da saúde, à preservação e valorização do patrimônio cultural e à memória da instituição, e inclui no seu escopo atividades de divulgação científica, pesquisa, ensino e documentação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil.

Sua estrutura organizacional subdivide-se em departamentos, orientados para cuidar de cada acervo e atividade que envolvam esse tema. São eles: acervo museológico (Museu da Vida), acervo arquivístico (Departamento de Arquivo e Documentação, DAD), acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico (Departamento de Patrimônio Histórico, DPH),

³⁰ A estrutura de governança da instituição inclui: Congresso Interno, Conselho Superior, Conselho Deliberativo, Câmaras e Fóruns Técnicos e órgãos de autocontrole, entre outros. FIOCRUZ. Disponível em < <https://portal.fiocruz.br/gestao-participativa>>. Acesso 05 abril 2020.

acervo bibliográfico (Biblioteca de História das Ciências e da Saúde; Biblioteca de Educação e Divulgação Científica; e Museu da Vida), atividades de pesquisa em história das ciências e da saúde (Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, Depes) (COC, 2013).

No que tange ao objeto específico deste trabalho – o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM) – há uma interseção entre a atuação de cada departamento da Casa. Ao mesmo tempo em que é integrado ao acervo arquitetônico de responsabilidade direta do DPH, o núcleo também permeia as ações do departamento do Museu da Vida, já que alguns de seus ambientes estão inseridos no circuito de visitação pública do museu. Essa dinâmica entre o trabalho dos departamentos da COC e a sua influência direta na gestão do NAHM será abordada posteriormente no capítulo 2. Por agora é necessário compreender a conjuntura política em que esse patrimônio cultural está inserido e, principalmente, o seu plano de requalificação.

1.2. O Contexto Normativo do NAHM

Ao longo dos anos, o campo do patrimônio tem sofrido grande alargamento e incorporando diferentes noções e conceitos. A partir do século XX, considerando os diversos eventos mundiais e a internacionalização da preocupação com os bens culturais (BATISTA; MACEDO, 2008), as práticas de preservação começaram a ser pauta de discussões por organizações internacionais e resultaram na elaboração de documentos que dispõem sobre diretrizes e recomendações para proteção e salvaguarda desses bens, denominadas cartas patrimoniais. Observa-se que, inicialmente, o patrimônio era compreendido enquanto monumento, com seus valores reconhecidos pela elite e, em geral, ligados à estética, ao embelezamento das cidades, e à rememoração de acontecimentos, pessoas importantes ou crenças de uma comunidade³¹. Hoje entende-se o patrimônio como cultural e são incluídos não só as obras arquitetônicas e monumentais, mas objetos, festas e manifestações que representam a cultura e identidade de grupos diversos.

O aprofundamento dos estudos do patrimônio e suas dimensões recebem colaboração, principalmente, de conceitos antropológicos, conforme a discussão desenvolvida na parte introdutória do presente trabalho. Neste ponto, contudo, cabe retomar dois pontos importantes. Tratando da categoria de cultura, Lucia Oliveira (2010, p.252) destaca a sua dimensão enquanto um “processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social

³¹ Ver CHOAY, 2017 [1925].

e configura as relações sociais”. Tal compreensão associa-se ao significado do termo ‘patrimônio cultural’, no qual o bem pode ser representado em sua dimensão cotidiana, através do processo de criação, transmissão e reformulação do seu ambiente (BATISTA; MACEDO, 2008, p.238).

Pode-se considerar, ainda, a ideia de propriedade que se desenvolve nos estudos de Batista e Macedo (2008), compreendendo que os objetos materiais estão submetidos à essa lógica humana, na qual individual ou coletivamente tomamos um objeto como propriedade e pertencimento. Essa construção se dá a partir da atribuição de valores, construídos socialmente, e do estabelecimento de normas para organização dessa relação entre as pessoas e o objeto, conjunto que conforma uma rede de relações (ibid., p.239).

Seja através do conceito da cultura ou da apropriação, é importante destacar o papel de reconhecimento e de participação do homem no processo de consolidação e preservação do patrimônio. No caso brasileiro, esse papel é evidenciado a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, onde os movimentos e os grupos organizados da sociedade criaram o espaço da *sociedade civil*, levantando pautas e reivindicações por direitos diversos, dentre eles o da cultura (OLIVEIRA, 2010). Este cenário de anseio e luta pela participação e democratização das dimensões da cultural influencia a própria noção de cidadania e passa a representar uma demanda política, resultando na integração do direito à cultura à Constituição Brasileira de 1988 e na consolidação desta pauta enquanto política cultural, “processo pelo qual o cultural se torna político” (ibid., p.255).

Neste contexto, as políticas de preservação passam a representar um instrumento para a efetividade de cidadania onde, além do seu papel de instituir e modelar as práticas de salvaguarda do patrimônio, elas organizam a relação entre a sociedade e o bem, podendo contribuir para que este processo ocorra de maneira participativa.

A prática de salvaguarda dos acervos da Fiocruz já existe há algum tempo e está diretamente relacionada a atuação de alguns de seus órgãos específicos singulares, mas a formulação de um documento para unificar e estabelecer princípios gerais integrados somente ocorreu em 2018, através da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz. Neste caminho, outros instrumentos foram elaborados e resultaram em experiências importantes para o amadurecimento desta pauta a nível institucional, o que poderá ser observado a seguir. No que concerne ao acervo arquitetônico e urbanístico da Fiocruz e, especificamente, ao NAHM, pretende-se realizar uma análise ampla do seu Plano de

Requalificação, considerando documentos anteriores que também foram aplicados para este sítio.

1.2.1. A política de preservação patrimonial da Fiocruz

Desde sua origem, a Fiocruz “constituiu e preserva edificações, arquivos históricos, bibliotecas, coleções biológicas, coleções iconográficas, instrumentos, e equipamentos, que hoje se configuram em expressivos acervos culturais e científicos das ciências e da saúde” (FIOCRUZ, 2018, p.06). Esses diferentes tipos de acervo, ao longo do tempo, foram organizados, preservados e difundidos por cada órgão de maneira separada e a partir de culturas próprias. Desta forma, se consolidou não só uma tradição institucional para a salvaguarda de seus acervos, mas uma autonomia de seus órgãos, que passaram a desenvolver atividades e formular políticas de maneira independente e obedecendo as necessidades de cada tipologia sob sua responsabilidade.

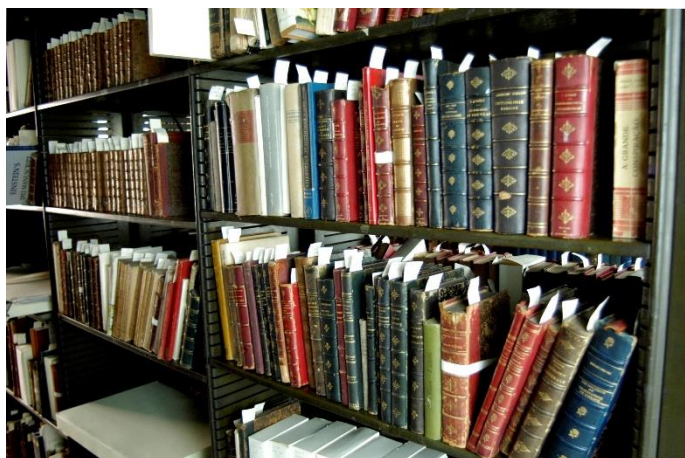
Para compreender a trajetória da instituição no contexto da preservação patrimonial, é necessário observar a criação de três órgãos específicos singulares, em especial, que preconizaram em iniciativas e atribuições voltadas para determinadas tipologias de acervo, sendo eles: o Instituto Oswaldo Cruz – IOC (1900), responsável pelos acervos biológicos, que incluem as coleções entomológica, microbiológica, zoológica e patológica, para a realização de atividades de produção, pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico (FIOCRUZ/IOC, 2013); a Casa de Oswaldo Cruz - COC (1985), responsável pelos acervos arquitetônico, urbanístico, arqueológico, arquivístico, bibliográfico e museológico no campo da história das ciências e da saúde (FIOCRUZ/COC, 2013); e o Instituto de Comunicação e Informação Tecnológica em Saúde – ICICT (1986), que inclui na sua missão a formulação de políticas de constituição, preservação e disseminação de acervo bibliográfico e audiovisual no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde (FIOCRUZ/ICICT, 2013).

Figura 7: Objetos pessoais e de trabalho de Oswaldo Cruz - acervo museológico da COC.



Fonte: Acervo COC.

Figura 8: Estante de livros localizada na biblioteca do setor de Obras Raras A. Overmeer, campus Manguinhos – acervo bibliográfico do Icict.



Fonte: Fiocruz Imagens - Acervo Fundação Fiocruz.

Figura 9: Estudos e análise de pesquisa laboratorial em entomologia – acervo entomológico do IOC.



Fonte: Acervo Fundação Oswaldo Cruz.

A partir da vasta experiência desses órgãos na área da preservação de acervos e diante de uma demanda de organização e integração do patrimônio científico e cultural da instituição, foi lançado, em 2008, o projeto Complexo de Preservação e Difusão dos Acervos Científicos da Saúde (CPDACS) que, em 2014, passou a se chamar Preservo – Complexo de Acervos da Fiocruz.

O Preservo constitui-se como uma rede interinstitucional para formulação, orientação e consulta entre os órgãos que detêm acervos na Fiocruz, e possui como objetivos: “estabelecer infraestrutura adequada à preservação do patrimônio científico e cultural da instituição; desenvolver metodologias, tecnologias e políticas; e tornar acessível ao público o conhecimento

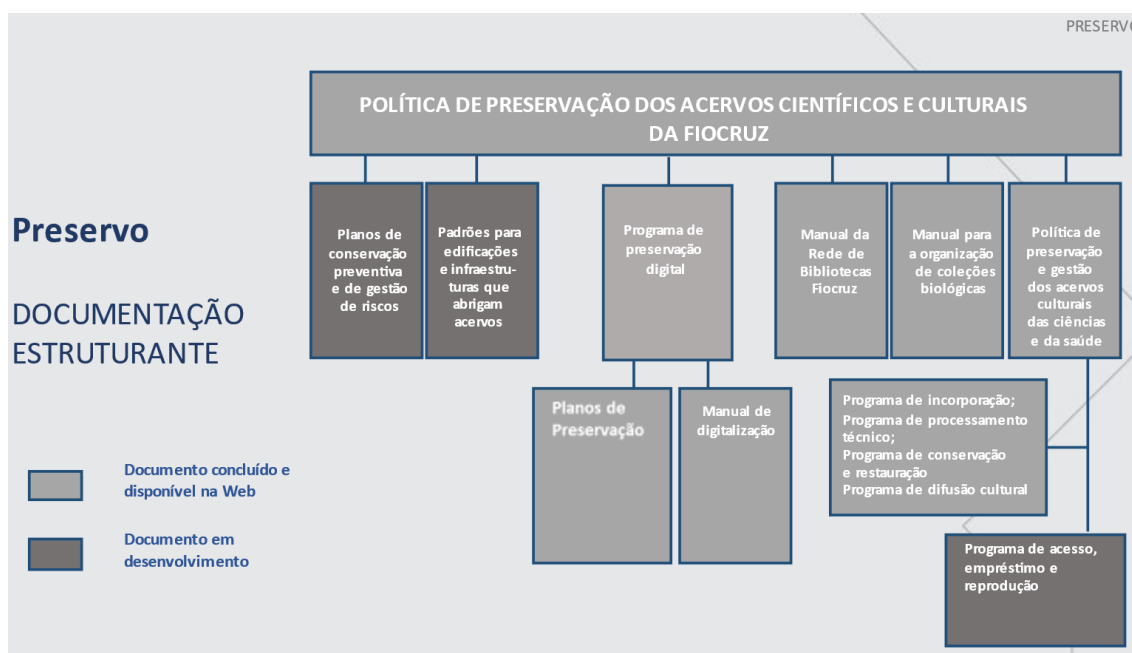
produzido sobre e a partir desses acervos a partir da digitalização e da interoperabilidade de sistemas de informação” (PINHEIRO; COELHO, 2015, p.284).

A fim de alcançar esses objetivos, foram estruturadas, de acordo com Pinheiro e Coelho (2015; 2017), quatro dimensões de trabalho: a dimensão conceitual, que trata dos princípios e teorias para orientar as ações de preservação, como a de conservação integrada e de sustentabilidade; documentação de normas e referências, que diz respeito à produção de documentos; a dimensão de preservação e acesso físico, direcionada para assegurar a integridade dos acervos e as condições ambientais adequadas de seus locais de guarda; e preservação e acesso digital, que está ligada à organização e disponibilização dos acervos da instituição via *web*, através de um sistema de informação integrado.

No que concerne à implementação do Preservo, algumas ações já foram implementadas, como a construção do Centro de Documentação de História e Saúde – CDHS, equipamento relacionado à infraestrutura de guarda de acervos da COC, referente à dimensão de preservação e acesso físico, e outras estão em desenvolvimento, como a implantação de plataformas de digitalização dos acervos, que visa possibilitar a sua integração e divulgação online, referente à preservação e acesso digital.

Em relação à dimensão normativa, destaca-se a elaboração da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz (FIOCRUZ, 2018), que constitui formalmente o Preservo e, ao mesmo tempo, desempenha o papel de integrar os diversos acervos, atividades e programas da instituição, buscando estabelecer “os princípios gerais, diretrizes e objetivos que orientam as atividades de constituição, preservação, gestão integrada e acesso aos acervos científicos e culturais sob a guarda da Fiocruz” (ibid., p.13). Esta documentação está organizada em uma estrutura hierárquica (ver figura 10), compreendendo manuais, planos e políticas que devem ser ancoradas ao documento institucional para possibilitar o seu desdobramento e o aprofundamento das ações necessárias.

Figura 10: Apresentação esquemática dos documentos de referência vinculados ao Preservo.



Fonte: PINHEIRO; COELHO, atualização 2021.

A política de preservação da Fiocruz (FIOCRUZ, 2018), que atualmente conta com uma versão atualizada, reflete a missão e os objetivos já consolidados nos diversos documentos institucionais, principalmente em relação ao objetivo estratégico de “promover a excelência da gestão do patrimônio” (FIOCRUZ, 2011, p.32), presente no Plano Quadrienal elaborado para 2011-2014. Foi elaborada, ainda, com base na metodologia da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde (COC, 2013), criada anteriormente para os acervos sob a guarda da COC.

Sendo assim, observa-se que os conceitos, práticas e métodos adotados pela política da instituição (FIOCRUZ, 2018) estão articulados aos expressos na política de preservação da COC (2013) e representam os diferentes campos da preservação. Para isso, é considerada a ampla noção de patrimônio cultural, adotando o que é expresso na Constituição Federal de 1988 e que contempla a diversidade tipológica dos seus acervos, além de princípios e diretrizes norteadores que integram medidas para a conservação preventiva, o gerenciamento de riscos, a conservação integrada e a preservação sustentável, estando de acordo, também, com documentos e referências internacionais.

Sua elaboração ocorreu através de um processo coletivo e participativo, que integrou um Grupo de Trabalho (GT) com representantes das diversas áreas da preservação. A responsabilidade de cada tipo de acervo que integra esta política (FIOCRUZ, 2018) é imputada aos órgãos específicos singulares e seus núcleos operacionais, que funcionam como

departamentos. São eles: acervo museológico (Museu da Vida/COC), acervo arquivístico (Departamento de Arquivo e Documentação, DAD/COC), acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico (Departamento de Patrimônio Histórico, DPH/COC), acervo bibliográfico (Rede de Bibliotecas/ ICICT), e Coleções Biológicas (vários órgãos), dentre outros.

A experiência que alguns órgãos específicos singulares foram consolidando desde a sua criação, principalmente com a elaboração da Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde (COC, 2013) e do projeto Preservo (2014), possibilitou a criação de uma política para unificar a gestão e salvaguarda do vasto acervo da instituição. Esse processo, construído de forma conjunta e colaborativa, resultou na criação da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz, em 2018, que, mesmo estabelecendo diretrizes e objetivos que devem ser comuns a todas os órgãos, preserva a autonomia de cada um. Desta forma, cada órgão lida com os seus conceitos e princípios e os aplica de maneira diferente, desenvolvendo atividades e programas próprios, direcionados ao tipo de acervo sob sua responsabilidade.

A partir deste contexto, pode-se observar o acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico sob responsabilidade da COC, contemplado pela sua política de preservação (COC, 2013), mas que também integra uma área de preservação com planejamento e demandas próprias.

1.2.2. O acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico da COC

O campus Fiocruz Manguinhos abriga edificações testemunhas de sua história desde que a instituição foi criada por Oswaldo Cruz e as iniciativas para reconhecê-las como patrimônio da sociedade estão presentes desde 1976 (FIOCRUZ/COC, 2014, p.06). Contudo, foi somente em 1981 que este esforço se tornou efetivo, através do tombamento em escala federal de três edificações pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo eles: o Pavilhão Mourisco, construído entre 1903 e 1918; a Cavalariça, construída em 1905; e o Pavilhão do Relógio, datada de 1904-1905. Estas edificações, em estilo eclético, projetadas pelo arquiteto português Luiz Moraes Jr., representam o núcleo inicial do acervo arquitetônico.

A partir deste tombamento e do início das ações da COC (1985) para a preservação dos acervos sob sua guarda, foi criado, em 1989, o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH),

que se tornou responsável pelos bens edificados da instituição. Neste momento, o núcleo inicial passou a integrar uma poligonal de proteção, considerando o entorno das edificações, denominada como área de preservação, e se tornou referência para a elaboração do Plano Diretor do Campus (1988) e para os planos subsequentes (PINHEIRO ET AL., 2019, p.76).

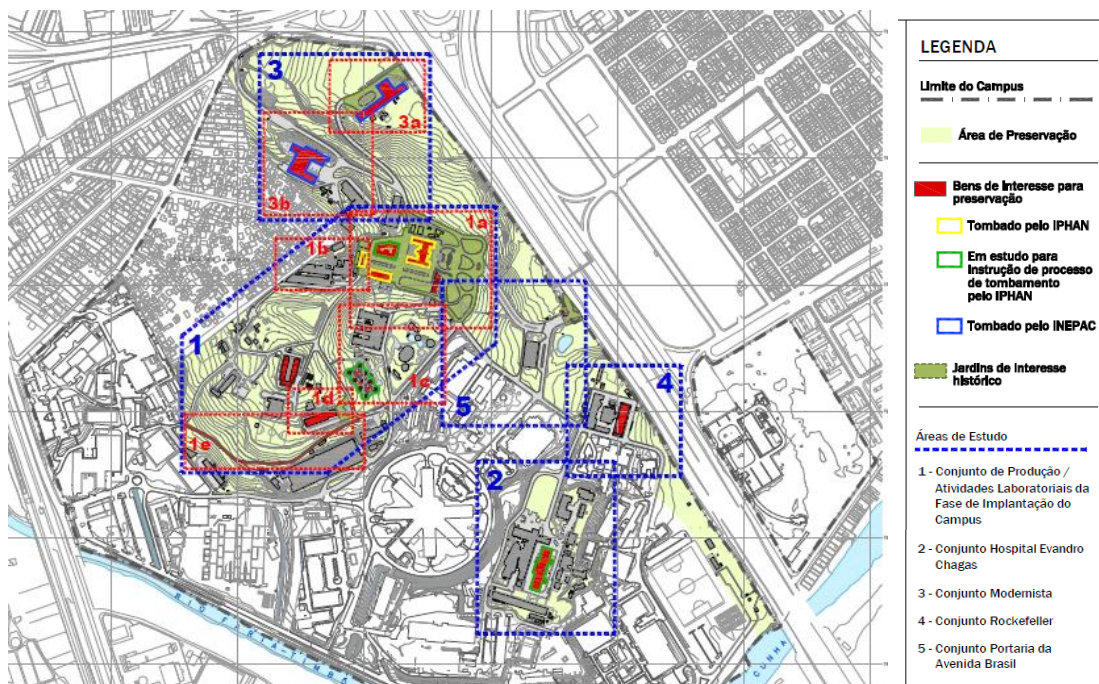
Posteriormente, o desenvolvimento de pesquisas e estudos históricos pelo DPH resultou na integração de outras construções e áreas ao seu acervo, incluindo duas edificações que representam a arquitetura moderna brasileira, tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) em 2001.

Atualmente, o acervo arquitetônico, urbanístico e arqueológico da COC se distribui entre dois campi da instituição, o campus Fiocruz Manguinhos e o campus Fiocruz Mata Atlântica, ambos na cidade do Rio de Janeiro, e integra, ainda, o antigo Complexo Sanatorial de Curicica e o conjunto edificado do Palácio Itaboraí, na cidade de Petrópolis. Está orientado pela Política de Preservação da Fiocruz (FIOCRUZ, 2018), que estabelece diretrizes para promover sua preservação e gestão a fim de garantir a transmissão e apropriação de seus valores específicos (histórico, artístico, paisagístico e/ou etnológico).

Vale ressaltar que, antes dessas políticas de preservação, houve a elaboração de um plano específico de ocupação para a área de preservação, denominado Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos – POAP (FIOCRUZ/COC/IBAM, 2011). Este plano foi elaborado pelo DPH juntamente com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para orientar estratégias de manutenção, conservação preventiva, usos e ocupações, levando em consideração as necessidades da instituição e as características dos bens preservados.

O POAP abrangeu não só os bens que integravam a área de preservação até então, mas incluiu, também, outras edificações e áreas indicadas pelo DPH consideradas de interesse, sendo um “instrumento básico de orientação da gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico de relevância histórica e cultural do Campus Fiocruz Manguinhos” (ibid., p.11). Na figura a seguir, pode-se observar as áreas de estudo deste plano, que compreenderam diferentes exemplares arquitetônicos, como as edificações ecléticas, projetadas por Luiz Moraes Jr entre 1903 e 1922, e as edificações de estilo moderno, construídas entre 1940 e 1950, além de outras edificações, anexos e jardins considerados de grande valor histórico e cultural (idem, p.17-19).

Figura 11: Mapa das áreas de estudo do POAP.



Fonte: FIOCRUZ/COC/IBAM, 2011. Anexo 3, Mapa 1 – Áreas de Estudo.

Inserido no Macroprojeto “FioCruz Saudável”, que integra o Plano Quadrienal 2011-2014, o POAP foi implementado como uma etapa preliminar para o desenvolvimento do Plano Diretor FioCruz Campus Manguinhos Saudável (FIOCRUZ/DIRAC, 2016), um instrumento para o ordenamento territorial e apoio à gestão do espaço físico de todo o campus, iniciado em 2013 pela Presidência e pela Diretoria de Administração do Campus (DIRAC).

De acordo com o seu documento (FIOCRUZ/COC/IBAM, 2011) e conforme exposto neste trabalho até o momento, observa-se que o POAP não inaugurou as práticas de preservação do patrimônio cultural da FioCruz, contudo, no que concerne à documentação, o Plano de Ocupação é considerado pioneiro dentre as políticas institucionais voltadas para este tema. Concluído em 2013, o plano abarcou diretrizes e princípios de aspectos sociais e sustentáveis e foi construído de maneira colaborativa e multidisciplinar, incluindo profissionais de diversos departamentos da FioCruz, além do acompanhamento do IPHAN e do Inepac.

Destaca-se, em sua metodologia, a divisão da área de preservação em conjuntos e a elaboração de propostas para cada um destes considerando dois cenários possíveis, um de viabilidade mais simples e outro mais complexo, o que facilitou o planejamento e a implementação das ações desenhadas. Foram adotados, ainda, quatro temas transversais: áreas

verdes e espaços livres; mobilidade; usos e atividades; e infraestrutura, a partir dos quais foram consideradas as demandas, necessidades e expectativas para cada conjunto³².

Como resultado dos desdobramentos do POAP, foi desenvolvido o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), que “tem como intuito orientar futuras intervenções e prioridades de ações nas áreas de mobilidade, acessibilidade, meio ambiente, paisagismo, infraestrutura e gestão de patrimônio” (FIOCRUZ/COC, 2014, p.03). Este Plano, em consonância com a Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde (COC, 2013) e, por conseguinte, com a Política de Preservação da Fiocruz (FIOCRUZ, 2018), foi desenvolvido como proposta para articular novos usos e ocupações em espaços específicos inseridos na área de preservação do POAP, correspondentes à sua “Área de Estudo 1: Conjunto de Produção / Atividades Laboratoriais da Fase de Implantação do Campus”, conforme mapa da figura anterior.

1.3. O Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM)

Seguindo a Carta de Lisboa (1995), podemos considerar a requalificação como uma estratégia de gestão que visa retomar alguma atividade, adaptada ao local e de acordo com o contexto atual em que o objeto se encontra, devendo prever a participação social, integrando todos os interessados, que, por sua vez, devem conhecer o bem e o processo. Pode ser entendida, ainda, como uma estratégia de valorização do patrimônio, onde é preciso fazer reconhecer os seus valores (CHOAY, 2017[1925], p.212), ou seja, fazê-los ter ressonância na sociedade.

Todos esses pressupostos apontados encontram-se presentes no Plano de Requalificação do NAHM, cujo documento de referência foi publicado em 2014, que busca, por meio de intervenções e novas propostas de usos para a sua área delimitada, “implantar um ambiente saudável, seguro, confortável e culturalmente enriquecedor para funcionários e visitantes” (FIOCRUZ/COC, 2014, p.04). Este plano é pautado por princípios da sustentabilidade e abarca as esferas cultural, social, ética e científica. Foi desenvolvido em conformidade com o POAP, principalmente no que concerne à qualificação ambiental e urbanística do campus e à proteção e controle sobre o patrimônio histórico e cultural, porém com abrangência e metas específicas.

³² Para mais ver FIOCRUZ/COC/IBAM, 2011.

O núcleo arquitetônico NAHM se configura como uma área contínua de intervenção que integra um conjunto de construções de interesse cultural e alguns espaços agregados inseridos na área de preservação do campus Fiocruz Manguinhos. Fazem parte deste conjunto: o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão do Relógio (antigo Pavilhão da Peste), a Cavalariça, o Pavilhão Figueiredo de Vasconcelos (Quinino), a Casa de Chá, o Pavilhão Henrique Aragão, o Pombal (antigo biotério para pequenos animais) e o Antigo Almoxarifado, além da Praça Pasteur e do Caminho Oswaldo Cruz³³. Atualmente, essas edificações agregam atividades diversas, dentre usos administrativos com o acesso restrito de funcionários e estudantes da instituição, e de divulgação/educação científica, abertas à população.

Pautado pelos valores e pela missão da Fiocruz, observa-se que o plano de requalificação, assim como as diversas políticas e programas da instituição, foi elaborado através de uma metodologia participativa, contando com a criação de um grupo de trabalho (GT Executivo do NAHM) que inclui profissionais de diferentes disciplinas e áreas da COC. Houve uma fase inicial de diálogo entre o GT Executivo do NAHM e especialistas externos com experiências nos campos de museologia, cultura, patrimônio, memória, história, dentre outros, a fim de buscar reflexões para a elaboração do documento de referência, e incluiu também uma etapa de consultoria na parte de análise de públicos do museu. Os nomes desses convidados estão presentes no documento de referência do plano. Ademais, foi realizada uma enquete por meio da *web* direcionada aos trabalhadores e estudantes da instituição que viabilizou o entendimento sobre o interesse em visitar esses espaços e o levantamento dos temas preferidos para futuras exposições.

As intervenções propostas são norteadas por princípios ligados, sobretudo, ao conceito de sustentabilidade, o que contribui para a implementação de boas práticas para melhorar o ambiente social, econômico e cultural no qual o objeto está inserido, considerando os diversos sujeitos e usuários, pertencentes ou não à instituição³⁴. Ainda, tem como base o método Rehabimed (CASANOVAS, 2008), metodologia igualmente empregada no presente trabalho e analisada em item anterior.

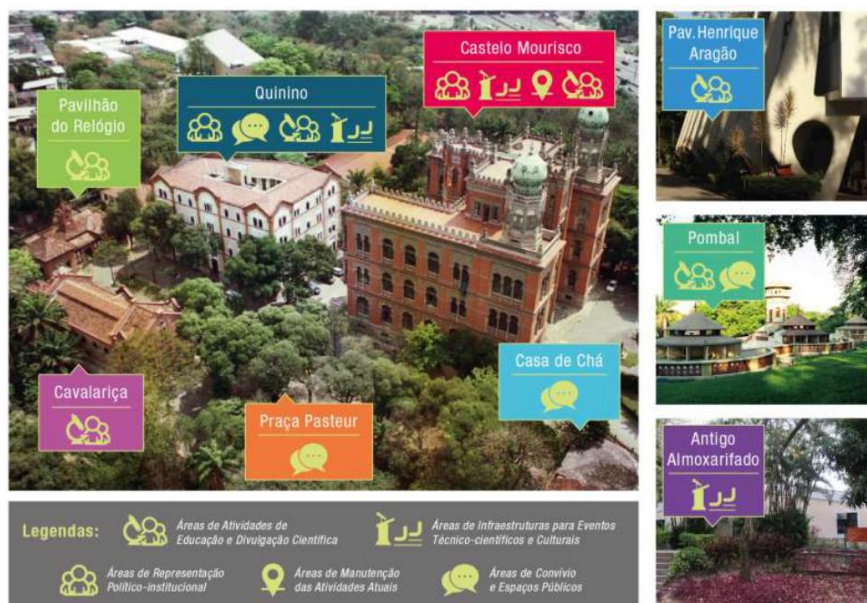
De acordo com o seu documento de referência, para cada um dos edifícios são articuladas macroáreas com referência de uso e ocupação. Essas macroáreas contemplam não só as diversas atividades essenciais para o desenvolvimento de ciência, saúde e tecnologia

³³ Sobre a caracterização das edificações que integram o NAHM e de seu entorno ver Anexo A, FIOCRUZ/COC, 2014, p. 27-33.

³⁴ Os princípios norteadores do plano encontram-se listados no seu documento de referência: FIOCRUZ/COC, 2014, p.08.

realizadas pela instituição, caracterizadas como áreas de representação político-institucional e de manutenção das atividades atuais, mas também orienta o desenvolvimento das áreas de acesso público, voltadas para atividades educativas, culturais e de divulgação científica³⁵ (figura 12).

Figura 12: Edificações do NAHM e macroáreas.



Fonte: FIOCRUZ/COC, 2014, p.15.

Para viabilizar a implantação dessas atividades em cada edifício, foi desenvolvido um esquema de logística, prevendo o uso de novos edifícios para atender à necessidade de desocupação e/ou remanejamento da área de preservação, assim como a elaboração de um cronograma para planejar a execução dessas ações. Ainda em fase de implementação, o Plano de Requalificação do NAHM integra, atualmente, os projetos museológicos destinados para os espaços da Cavalaria e do Pombal, que pertencem ao seu primeiro ciclo de implantação, tendo já concluído a intervenção prevista para o Caminho de Oswaldo Cruz (PINHEIRO ET AL, 2019, p.90).

Essas propostas, assim como nas demais áreas previstas para convívio/espços públicos e para educação/divulgação científica, correspondem à previsão para ampliação das áreas expositivas e da capacidade de atendimento ao público e buscam, através da requalificação sustentável, promover a “oferta de lugares de diálogo e a ampliação de fruição do NAHM por parte da comunidade da instituição e de seus visitantes” (ibid., 2019, p.84).

³⁵ Para mais ver PINHEIRO ET AL, 2019, p. 82-84.

Neste sentido, vale destacar a justificativa para a implementação do plano, pautada não só na importância do acervo da instituição, na missão da Fiocruz e na sua responsabilidade na preservação e valorização deste patrimônio (papel compartilhado pela COC), mas também na condição de vulnerabilidade socioeconômica da região na qual o campus está inserido e sua contribuição para o acesso à ampla cidadania por esta população.

A localização da Fiocruz campus Manguinhos, apesar de ter apresentado no passado condições favoráveis para a realização de pesquisas na área da saúde pública e para a produção de insumos para o combate a doenças, atualmente expõe os acirramentos socioespaciais amplamente replicados na cidade do Rio de Janeiro entre assentamentos precários³⁶, ocupados por uma população de baixa renda e negligenciados pelo poder público, e núcleos urbanos servidos de infraestrutura e de recursos financeiros. Conforme esclarecido anteriormente, a Fundação é margeada pela Avenida Brasil e circundada pelos bairros Caju, Benfica, Bonsucesso e pelos Complexos de Manguinhos, da Maré e do Alemão, caracterizando uma região com alto grau de vulnerabilidade socioeconômica.

Neste cenário, que traz, dentre as inúmeras consequências, a fragmentação social entre as áreas de favela e seu entorno, estudiosos e profissionais da área apontam para a necessidade e urgência de integração desses espaços ao bairro e, principalmente, à cidade. A professora da FAUUSP Raquel Rolnik, autora de diversas publicações sobre essa questão, evidencia a necessidade e urgência em eliminar definitivamente a fronteira entre favela e bairro³⁷, o que deve ser analisado e integrado ao quadro de propostas para construção de lugar social.

Analisando o documento do plano (FIOCRUZ/COC, 2014), observa-se que os princípios adotados compreendem medidas de inclusão e participação que reforçam a relação de grupos sociais com o patrimônio, capazes de contribuir para uma coesão identitária que influenciará na forma como esses sujeitos irão integrar e cuidar do bem. Esse trabalho de reconhecimento e valorização do patrimônio junto à sociedade faz parte de estratégias para a requalificação sustentável do NAHM e é importante para promover o seu acesso universal e democrático. Neste caso, percebe-se a herança deixada pelas políticas desenvolvidas

³⁶ Segundo o Ministério das Cidades, os assentamentos precários podem ser tidos como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados, etc. Fonte: Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros; Editores: Maria da Piedade Morais, Cleandro Krause, Vicente Correa Lima Neto; Ipea, 2016; Brasília, Brasil.

³⁷ Fonte: “A integração da favela é desejada pela cidade? E algum dia vai ser possível? É suficiente urbanizar favelas?” Revista aU; Edição 187, Out 2009; Brasil. Disponível em <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/187/artigo153300-1.aspx>>. Acessado em 30 Out 2018.

anteriormente, pautadas nos princípios da sustentabilidade e da conservação integrada, conforme explorado ao longo deste capítulo.

Diante dessa reflexão, permanecem os seguintes questionamentos: “Quais são as iniciativas promovidas pela COC, órgão responsável por este patrimônio, para promover a aproximação e participação destes grupos?”, “Essas medidas são efetivas?”, “Como os integrantes do território se relacionam com os espaços do Núcleo Arquitetônico Histórico inserido na Fiocruz (considerando a comunidade interna e os moradores do território)?”, “Qual o conhecimento e opinião da comunidade interna sobre o Plano de Requalificação do Nahm?”, “E dos moradores da região?”. Estas são algumas das questões que impulsionam e conduzem o próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: O CENÁRIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO NAHM

Em políticas patrimoniais tem se afirmado, cada vez mais, a importância de processos participativos, compreendendo o patrimônio cultural como parte fundamental da vida social. Neste sentido, há uma série de ferramentas e estratégias que auxiliam no desenvolvimento desses trabalhos e que operam a participação social em dois sentidos: na própria construção desse processo e na apropriação desse patrimônio.

No que concerne a participação social no processo de construção coletiva, se faz necessário criar mecanismos de escuta e diálogo com a sociedade de maneira ampliada, onde esse espaço recebe contribuições a partir da experiência de cada indivíduo se tornando múltiplo e complexo em sua subjetividade. Por outro lado, são outras inúmeras estratégias para promover a aproximação e a vivência das pessoas nesses espaços, de tal maneira que se criam vínculos e se atribuem valores que se expressam na sua relação cotidiana e na sua apropriação. Esses dois vieses da participação social se entrelaçam e incidem um sobre o outro, estabelecendo uma relação profunda entre o indivíduo e o patrimônio. Este é o resultado de maior interesse e desejo para a conservação integrada e para a sustentabilidade.

O agenciamento dos espaços do NAHM para o público externo se realiza através, principalmente, do Museu da Vida, que organiza e opera as visitas públicas ao circuito de atividades culturais oferecidas no campus Manguinhos. Além do museu, outros departamentos da Casa de Oswaldo Cruz adotam mecanismos de trabalho a fim de aproximar a sociedade desse patrimônio cultural. Por isso, antes de dar início à investigação das percepções que os grupos aqui interessados manifestam sobre o patrimônio do NAHM, se faz necessário compreender o conjunto de iniciativas realizadas pela Casa que interfere diretamente nessas relações e que buscam promover a participação social de algumas formas. Além destas iniciativas, caberá analisar, ainda, a estrutura de trabalho que está sendo criada dentro do próprio escopo do Plano de Requalificação do NAHM.

2.1. Iniciativas da COC

O Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), departamento que compõe a COC, é dividido em três setores: Serviço de Conservação e Restauração, Núcleo de Estudos de

Urbanismo e Arquitetura em Saúde e o Serviço de Educação Patrimonial (SEP), e cada um deles atua de diferentes formas na proteção, preservação e valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e arqueológico sob responsabilidade da Casa.

No que concerne ao NAHM, vale destacar, aqui, o papel específico do SEP que atua através de dois braços: ações de valorização do patrimônio e ações de educação patrimonial. As ações de valorização do patrimônio são direcionadas aos trabalhadores da Fiocruz, especialmente àqueles ligados ao contexto de obras e intervenções promovidas pelo DPH, e incluem visitas guiadas, oferta de cursos, qualificação profissional, eventos e palestras, dentre outras estratégias.

As ações de educação patrimonial se desenvolvem a partir da Oficina-Escola de Manguinhos (OEM), que se trata de um espaço que funciona desde 2007 e oferece aulas, cursos e possui uma infraestrutura para promover a capacitação profissional aberta para a sociedade. Possui o objetivo “de qualificar recursos humanos para os procedimentos técnico-operacionais básicos relacionados à preservação do patrimônio arquitetônico”³⁸. Alguns desses cursos oferecidos são preferenciais para moradores do território e outros são destinados aos profissionais que atuam diretamente na conservação e restauração do NAHM.

Esse rol de iniciativas promovidas pelo SEP acabam sendo muito importantes no contexto do presente estudo, pois promovem a visibilidade e o conhecimento dos vários espaços que compõem o núcleo arquitetônico NAHM, e algumas vezes até são direcionados para o tratamento específico desse conjunto, e, por isso, podem ser determinantes para o estabelecimento de uma relação entre os grupos de interesse da pesquisa e esse patrimônio cultural. O acolhimento dos moradores do território para compor tanto o quadro de alunos quanto o de profissionais e o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial para estes e para os demais trabalhadores da Fiocruz colabora para que haja um acesso ampliado a esses espaços e, ademais, para a divulgação do próprio Plano de Requalificação do NAHM.

Assim como o DPH, o Museu da Vida, inaugurado em 1999, é um departamento ligado à COC. Ele é responsável por um rico acervo museológico e realiza, através dos conceitos da Nova Museologia, a organização e divulgação de exposições e de atividades culturais e educativas diversas oferecidas para o público em geral. Possui, dentro do seu escopo de atuação, o objetivo estratégico de:

³⁸ Fonte: COC, 2021. < <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/educacao/formacao-profissional>> Acesso em 15 março 2021.

Fortalecer e inovar sua atuação na área de mediação entre a cultura científica, o patrimônio e o público, mantendo uma política permanente de atualização de seus espaços, exposições, produtos e acervos, integrando ciência, tecnologia e saúde, para contribuir com o compromisso social da Fiocruz. – COC, 2017, p.23.

Apesar de estar fechado ao público por conta das implicações da Covid-19 desde 2020, a pesquisa irá considerar como atual as atividades que até então estavam sendo realizadas pelo museu e que continuam a orientar o escopo do seu trabalho. Assim, pode-se dizer que atualmente, o Museu da Vida desenvolve as suas atividades e promove a visitação à diferentes espaços do campus Manguinhos, dentre atividades extramuros e visitação virtual, sendo eles: Castelo Mourisco, Borboletário, Tenda da Ciência, Parque da Ciência, Centro de Recepção (também denominado Trenzinho), Salão de Exposições Temporárias e um auditório.

Neste ponto, há uma interseção que interessa ao presente estudo: entre o Plano de Requalificação do NAHM e o seu impacto nas ações do Museu da Vida. Isso acontece porque, além de já incluir, hoje, alguns edifícios históricos do NAHM ao seu circuito de visitação, a ampliação dos espaços expositivos e de atividades culturais propostos no plano serão integrados ao museu.

Por conta da ampliação da sua atuação, o Plano Museológico do Museu da Vida (COC, 2017), desenvolvido para o período entre 2017 e 2021, antecipou algumas estratégias e o planejamento de atividades já contando com essas novas demandas a médio e longo prazo. Este tipo de documento é uma ferramenta fundamental para a sistematização das ações desenvolvidas em museus, “capaz de fornecer subsídios conceituais e técnicos para o trabalho a ser desenvolvido pelas instituições museológicas – sejam elas já existentes ou em vias de ser criadas –, de forma a permitir a consolidação de suas proposições institucionais” (ibid., p.12).

De acordo com esse plano museológico, as ações do Museu da Vida estão organizadas através de diferentes programas, que são orientados e se relacionam com as demais políticas da Casa de Oswaldo Cruz e da própria Fiocruz. Cabe citar aqui alguns que, de muitas formas, compartilham os princípios adotados pelo Plano de Requalificação do NAHM:

- Programa educativo, cultural, socioambiental e de acessibilidade, que conta com a realização de eventos diversos, com ações culturais e educativas territorializadas e com a oferta de cursos de especialização e de mestrado com ênfase em divulgação e popularização da ciência;
- Programa de exposições, que configura a sua principal atividade no que concerne à museologia e à comunicação ampla com o público externo;

- Programa de comunicação institucional, que traça estratégias específicas para disseminação e consolidação da missão do Museu da Vida, e busca o engajamento e participação da sociedade dentro das suas pautas;
- Programa arquitetônico e urbanístico, contando com um planejamento estratégico para ocupar as edificações e demais áreas do campus, além da gestão dos espaços patrimonializados incorporados ao circuito de visitação.

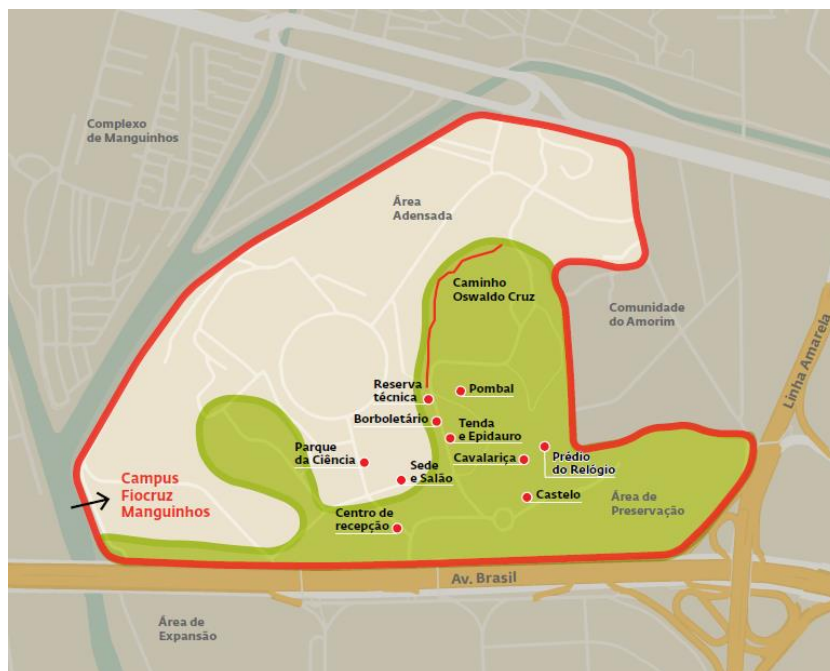
O Museu da Vida também vem realizando estudos de público com a finalidade de compreender sobre o perfil dos visitantes, como tem sido o seu acesso, de que parte da cidade se originam e como tem sido a sua participação nas atividades oferecidas. Esse material, que inclui a publicação dos Cadernos do Museu da Vida³⁹ e de artigos específicos⁴⁰, é importante para dar base e subsidiar não só estratégias de atuação do próprio museu, mas também para o desenvolvimento de outros trabalhos, como é o caso deste que está sendo apresentado.

Na imagem abaixo, pode-se observar como o circuito do Museu da Vida se distribui geograficamente pelo campus Manguinhos e integra o patrimônio cultural do NAHM.

³⁹ Os Cadernos do Museu da Vida compõem uma série com diversos levantamentos e análises referentes ao público visitante do museu realizado pelo Núcleo de Estudos de Público e Avaliação em Museus (NEPAM) e o Museu da Vida. Os Cadernos são divididos em seis (6) volumes, separados por temáticas, e reúnem dados a partir de 1999 até o ano de 2013.

⁴⁰ Destaque para o artigo mais recente intitulado “Museu da Vida e seus públicos: reflexões sobre a zona de influência e o papel social de um museu de ciência” (BEVILAQUA et al., 2020), que, em conjunto com os dados do Caderno do Museu da Vida, orientou a escolha e delimitação do público alvo desta pesquisa.

Figura 13: Mapa dos espaços do Museu da Vida distribuídos pelo campus-sede da Fiocruz (delimitado pela linha laranja). A cor verde simboliza a área de preservação histórica do campus.



Fonte: Plano Museológico. COC, 2017, p. 65.

2.2. As Estruturas de Trabalho do Plano de Requalificação do NAHM

O DPH e o Museu da Vida são, na opinião da autora, os que mais atuam no gerenciamento dos espaços do NAHM e compõem, juntos, as principais iniciativas de preservação, valorização e divulgação desse conjunto. Entretanto, é necessário observar a atual conjuntura do próprio Plano de Requalificação e a sua condução através de diferentes grupos de trabalho, que incluem estes e outros departamentos da Casa.

A organização e a coordenação das atividades gerais do Plano de Requalificação do NAHM ficam à cargo do seu Grupo de Trabalho (GT) Executivo. Este grupo é formado por profissionais dos diferentes setores da COC, com representantes das principais áreas contempladas no plano, incluindo aqueles que coordenam os programas específicos do NAHM. Esses programas foram estruturados a partir das propostas de intervenção e demandas do plano, com o objetivo de dar maior autonomia e agilidade aos processos necessários à sua concretização (PINHEIRO ET AL., 2019, p.79) e são compreendidos, até o momento, a partir de sete grupos: Cooperação Técnica, Exposições, Intervenções e Preservação do Patrimônio, Comunicação, Sustentabilidade, Captação de Recursos e Acolhimento.

Cada programa é conduzido de maneira independente, com responsabilidades, discussões e objetivos próprios e, para possibilitar a compreensão e composição desse arranjo, a presente autora entrevistou alguns gestores e integrantes dos grupos. Esta etapa de entrevistas seguiu os procedimentos éticos em pesquisa e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), obtendo o registro CAAE: 37967120.6.0000.5241. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de maneira individual entre a pesquisadora e cada participante em plataforma online ao longo dos meses de abril e maio de 2021, e incluíram cinco servidores da COC ligados ao Museu da Vida, ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), à Assistência Técnica de Comunicação da COC (Ascom/COC) e à Vice-direção de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica.

O Programa de Cooperação Técnica foi lançado no início da elaboração do Plano de Requalificação e teve o papel de levantar informações sobre as experiências de outros projetos ligados à temática do NAHM, incluindo museus de ciências e outras instituições não só do Brasil, mas localizados em países europeus. De acordo com Diego Bevilaqua (2021, entrevista)⁴¹, a partir de visitas técnicas foram firmadas cooperações diretas com algumas dessas instituições com o objetivo de trocar experiências relativas à grandes renovações de museus e de desenvolver ações de colaboração com a Casa de Oswaldo Cruz.

O Programa de Acolhimento visa olhar a experiência do público de uma forma mais ampla, desde o momento em que chega no campus e como percorre os diferentes espaços. Este programa está em fase de estruturação e inclui, principalmente, a Vice-diretoria da Casa, o DPH e o Museu da Vida, e por conta de alguns desdobramentos e projetos, também acaba sendo compartilhado com outros órgãos da Fiocruz, especialmente com aquelas ligadas à infraestrutura do campus.

Um dos aspectos, por exemplo, que é um desdobramento do Programa de Acolhimento, é repensar exatamente a sinalização urbana para o visitante dentro do campus da Fiocruz. [...] Então isso é algo que envolve a DEPEM, a Presidência, a CCS, o ICICT, vários órgãos, a própria COGIC. Então este é um aspecto específico do Programa de Acolhimento que está envolvendo aí um grupo muito grande, porque não envolve apenas as áreas da COC, mas envolve toda uma interlocução da COC com o campus. Ou seja, não só com a Presidência e os seus órgãos diretos, mas com quase todas as unidades da Fiocruz. (BEVILAQUA, 2021, entrevista)

⁴¹ Entrevista realizada com Diego Vaz Bevilaqua, no mês de abril de 2021, sobre os processos de trabalho e projetos vinculados ao Plano de Requalificação do NAHM. Diego Bevilaqua acumula um histórico de atuação junto ao Museu da Vida e, desde 2017, está vinculado à Vice-diretoria de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC, com extensa participação no desenvolvimento do Plano.

O Programa de Captação de Recursos é bastante específico e inclui somente um grupo de trabalhadores da COC. Como o próprio nome sugere, este programa tem o objetivo de identificar e promover a participação em editais, políticas de financiamento e parcerias capazes de concretizar as propostas do Plano de Requalificação do NAHM.

Por sua vez, o Programa de Sustentabilidade, iniciado nos primeiros meses de 2021, se apropria da própria conceituação do plano e trabalha com as diretrizes da Agenda 2030 partindo de diferentes perspectivas: social, ambiental, econômica, cultural e política. De acordo com Nezi Heverton de Oliveira (2021, entrevista)⁴², este grupo foi desenvolvido a partir das demandas de se pensar a sustentabilidade financeira do projeto e tem se alargado, incorporando diferentes conceitos ligados à museologia, à gestão, à participação social, à economia da cultura, dentre outros temas de grande valia para implementar uma gestão sustentável desse patrimônio, inclusive com ligação com a atuação da Fiocruz como um todo. O grupo está em construção desde a sua origem, incluindo diferentes profissionais da COC vinculados de alguma maneira ao tema da sustentabilidade, principalmente dos departamentos DPH e Museu da Vida. Há também a participação de profissionais externos e Heverton acredita que há um contexto propício e um interesse em trazer pessoas do território futuramente.

Atualmente, os programas que mais têm recebido atenção são o de Exposição, que lida com os projetos expositivos e com as atividades culturais e educativas propostas para os espaços do NAHM; o de Intervenções e Preservação do Patrimônio, que trata do preparo desses espaços e de sua infraestrutura dentro do contexto de preservação e valorização do patrimônio cultural; e o de Comunicação, que atua com a divulgação estratégica das iniciativas do Plano do NAHM, principalmente em relação ao trabalho que permeia esses outros dois programas.

As exposições que estão dentro do escopo do NAHM, de maneira geral, não estão prontas, mas avançam nos processos de planejamento e elaboração de projetos básicos e executivos. Os temas estão sendo pensados a partir de três eixos principais: história da saúde pública no Brasil, a diversidade da vida na perspectiva da saúde e sobre as coleções científicas da Fiocruz. O processo de trabalho para cada ambiente está sendo construído a partir do Programa de Exposições e com base, principalmente, no uso e na temática que será explorada.

⁴² Entrevista realizada com Nezi Heverton de Oliveira, no mês de maio de 2021, sobre os processos de trabalho e projetos vinculados ao Plano de Requalificação do NAHM. Servidor da COC desde 2011, Heverton começou a acompanhar e participar da implementação do plano a partir de 2013/2014, quando passou a ter vínculo com a Vice-diretoria de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC.

Alessandro Batista (2021, entrevista)⁴³, atual chefe do Museu da Vida, destaca que há uma grande preocupação em trazer perspectivas da saúde que abracem as questões sociais, além de temas de grande importância para a história da instituição. Também é uma grande preocupação que essas exposições representem as pesquisas e os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos específicos singulares da Fiocruz e, por isso, tem havido um forte engajamento do grupo em propor alternativas de participação em diferentes etapas dos projetos expográficos.

Além da discussão conceitual do trabalho, do conteúdo das exposições, há uma preocupação que a exposição seja um elemento vivo de interlocução com a instituição, com a Fiocruz, inclusive se retroalimentando de tempos em tempos disso... Veja, é uma ideia de participação da Fiocruz que extrapola a montagem da exposição, a ideia é que a exposição continue parceira da pesquisa, da produção da Fiocruz, depois com as portas inauguradas. (BATISTA, 2021, entrevista)

A união entre o trabalho do NAHM com as experiências e debates do Museu da Vida tem transformado o panorama de participação social que até então era compreendido dentro do Plano. Para Alessandro Batista (2021, entrevista), apesar do plano de requalificação prever a participação social desde a sua origem, essa perspectiva mais ampliada começou a ser incorporada nos debates a partir de 2019/2020, culminando, inclusive, em discussões dentro dos programas de sustentabilidade e de exposições, por exemplo. Para o chefe do Museu da Vida,

Essa é uma perspectiva muito ímpar, muito própria de um museu de ciências, de um museu de maneira geral, que está neste território. Em um território cercado por favelas com índice de desenvolvimento humano bem precário, que tem um histórico de trabalhar com Juventude, com escolas públicas, que desenvolve um trabalho territorializado dentro de favela já há alguns anos e que leva em consideração muito o seu trabalho como um trabalho para transformação dessa realidade, para transformação da sociedade e transformação também da própria ciência que ele divulga. (BATISTA, 2021, entrevista)

O projeto mais avançado e que já possui uma expectativa de inauguração para o ano de 2021 é o da Cavaliariça, apontado pelos entrevistados como a primeira grande entrega do Plano do NAHM. Este projeto foi o primeiro a ser desenvolvido dentro do Plano de Requalificação e tem contado com um grupo bastante dinâmico. Segundo Diego Bevilaqua (2021, entrevista), esse processo de trabalho incluiu profissionais do Museu da Vida, profissionais externos contratados e uma série de entrevistas com especialistas externos, além de estratégias de

⁴³ Entrevista realizada com Alessandro Machado Franco Batista, em maio de 2021, sobre os processos de trabalho e projetos vinculados ao Plano de Requalificação do NAHM.

divulgação junto aos departamentos da COC, à presidência da Fiocruz e aos diferentes órgãos da instituição.

Por um lado, as iniciativas para promover a participação social nas propostas expositivas para o NAHM vem incluindo, principalmente, os diversos setores e profissionais da Fiocruz para além do campus Manguinhos, além de profissionais e técnicos externos dentro das temáticas de interesse. Entretanto, ainda são limitadas em relação à sociedade e aos grupos de moradores do território.

Sobre esse ponto, Alessandro Batista (2021, entrevista), contou um pouco do processo de participação social no projeto de exposição da Cavalaria e expôs que, de fato, não houve medidas para incluir os moradores do território ao longo do seu desenvolvimento. Para compensar, o grupo pensa em um meio de “trazer a voz das pessoas para a exposição” a partir de entrevistas e do uso de seus depoimentos sobre uma determinada questão que fará parte de um módulo dessa exposição.

Hoje, o Programa de Exposições discute as propostas para o espaço do Pombal, os projetos de algumas salas do Castelo Mourisco e do Pavilhão do Relógio. Para muitos desses projetos em andamento, ainda há chance de moldar mecanismos eficientes para ampliar a participação social ao longo do seu processo de elaboração e não somente em resultados posteriores. Alessandro (ibid.) indica que o Museu ainda tem a possibilidade de implementar uma curadoria participativa e pensar dispositivos de participação voltados para os moradores e grupos organizados do território. Para ele, a ideia de Campus Parque também favorece e reforça a importância de dar esse passo, já que o público principal dessa estrutura que se pretende construir é o do território.

Ainda sobre esse público, Alessandro Batista (2021, entrevista) aponta que o Museu da Vida articula ferramentas de inclusão diferentes a depender dos grupos sociais, principalmente no tocante aos territórios vulnerabilizados, que possuem códigos culturais diversificados de outros públicos. São estratégias para modificar a comunicação e a linguagem do museu a fim de popularizar a ciência, estratégias de curadoria participativa a fim de realizar trabalhos colaborativos com essa população, estratégias de formação e absorção de jovens dos bairros vizinhos em atividades do museu, entre outras.

No tocante ao Programa de Intervenções e Preservação do Patrimônio, na verdade, o seu escopo está vinculado ao trabalho do DPH. Por ser responsável pelo patrimônio arquitetônico, urbanístico e arqueológico da Fiocruz, a atuação do departamento é articulada em conjunto com outros órgãos institucionais, mantendo comunicação, principalmente, com a

COGIC (Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi), além de lidar com as unidades e setores que ocupam esses espaços.

Em entrevista, Maria Cristina Coelho (2021, entrevista)⁴⁴, atual chefe do departamento, indicou que, até o momento, a maioria das propostas do Plano de Requalificação do NAHM para novos usos se concentrou em ambientes que já são ocupados de alguma forma por algum departamento da COC, o que tem facilitado o processo de negociação e realocação dessas atividades. Os projetos que têm previsão de utilizar, em especial, algumas das salas do Castelo Mourisco, atualmente estão em fase de articulação com os departamentos que as ocupam. O Pombal, por sua vez, está sem uso algum, o que tem acelerado o seu processo de deterioração e a urgência em requalificar esse espaço.

As ações implementadas pelo DPH para promover a participação social tem a ver com o diálogo direto com a comunidade interna e com os diversos profissionais que atuam com a conservação e restauração do patrimônio. No que tange ao público externo, a sua interação transcorre através do SEP, conforme abordado anteriormente, cabendo citar o desenvolvimento de guias sobre o patrimônio e de cartilha de orientação para os usuários como algumas das iniciativas de valorização que atualmente tem relação direta com os espaços do NAHM. A respeito da ampliação da participação de externos à Fiocruz nas propostas do plano de requalificação, Maria Cristina (2021, entrevista) acredita que as discussões em torno das intervenções arquitetônicas e urbanísticas e de preservação do NAHM acabam restritas àqueles que tem qualificação profissional ou àqueles que possuem envolvimento direto com o núcleo.

Já o Programa de Comunicação do NAHM é vinculado, principalmente, à Assistência Técnica de Comunicação da Casa de Oswaldo Cruz (Ascom/COC). Essa assessoria representa um dos vários núcleos de comunicação da Fiocruz, onde cada um deles é organizado e orientado pela Coordenação de Comunicação Social (CCS/Presidência) e ligado à cada órgão da Fundação.

De maneira geral, a Ascom/COC já vem atuando na divulgação do Plano de Requalificação e de suas propostas, mas ainda não o faz a partir de um programa e sim a partir de planos de comunicação. Os planos de comunicação fazem parte de um planejamento estratégico e são elaborados para atender a objetivos específicos, “contemplando uma série de ações muito práticas de divulgação, com uma série de objetivos a serem alcançados,

⁴⁴ Entrevista realizada com Maria Cristina Coelho Duarte, em abril de 2021, sobre os processos de trabalho e projetos vinculados ao Plano de Requalificação do NAHM.

mensagens-chave a serem trabalhadas e públicos-alvo, que são aqueles que a gente procura atingir”, explicou um dos entrevistados, que preferiu não se identificar.

Atualmente, existem planos de comunicação específicos direcionados para a inauguração da exposição da Cavalariça e para o lançamento da nova marca do museu, que passará a incorporar o nome da instituição se tornando o Museu da Vida Fiocruz. A partir de novas demandas e propostas do Plano de Requalificação do NAHM, novas estratégias de comunicação deverão ser construídas e a ideia, então, é que todos esses planos futuros sejam discutidos no âmbito do Programa de Comunicação do NAHM.

Os departamentos mais envolvidos no desenvolvimento dos planos de comunicação do NAHM são a própria Ascom/COC, o Museu da Vida e o DPH, que incluem diferentes equipes no processo de construção das estratégias de divulgação, além de possuir interlocução com o GT Executivo do NAHM. Essa comunicação, pensada e direcionada para públicos-alvo distintos, inclui a comunidade interna da Fiocruz e diferentes grupos externos, abrangendo a sociedade como um todo.

No que concerne à comunicação interna, são adotados métodos diversificados para alcançar este público. Hoje, o principal é o uso de mailing, que é o conjunto de e-mails institucionais ao qual são encaminhadas as mensagens eletrônicas. Ainda há o uso de monitores de TV (web TV) que transmitem material comunicativo, presentes no edifício do Centro de Documentação em História da Saúde (CDHS), da COC, e o uso de tapumes informativos, que aproveita a disposição desse material nos canteiros de obra como um suporte de comunicação com o público interno, incluindo informações sobre o plano de requalificação, o patrimônio e as intervenções que estão em andamento. Algumas dessas estratégias, entretanto, tem sofrido grande impacto por conta da mudança nas dinâmicas de trabalho provocadas pela pandemia da Covid-19 e não tem alcançado os resultados esperados pela assessoria.

Figura 14: Tapume informativo entorno do edifício da Cavalaria.



Fonte: Fotografia da autora, 2021.

As estratégias de postagens nas redes sociais e na página web da própria unidade, por sua vez, são orientadas para o público externo e tratam dessa divulgação com uma linguagem diferente. Esse material revela informações sobre a atuação da Casa de Oswaldo Cruz, sobre o patrimônio da instituição, e inclui informações mais técnicas voltadas para públicos mais acadêmicos e profissionais do nicho. Observa-se que as plataformas online trazem poucas informações a respeito do plano de requalificação e as intervenções no NAHM desde o seu lançamento.

Nezi Heverton (2021, entrevista), particularmente, tem trabalhado na produção audiovisual para divulgação do projeto do núcleo arquitetônico, que ainda está em desenvolvimento e que será disponibilizado futuramente em uma gama de redes sociais, tanto da COC quanto do Museu da Vida. Esta é uma ação que está sendo planejada para alcançar o público em geral e para potenciais patrocinadores dos projetos, se tratando, portanto, de uma ferramenta para a promoção do plano, mas que também colabora para o seu amplo conhecimento.

O entrevistado também esclareceu que a página web da Casa de Oswaldo Cruz, que atualmente pouco expõe sobre o Plano de Requalificação do NAHM, deverá passar por uma reestruturação. A ideia, que já está sendo discutida pelo grupo, é que o plano seja apresentado de maneira mais clara e concisa neste site e que seja frequentemente atualizado com

informações sobre o seu andamento. De maneira análoga, o site do Museu da Vida também deverá passar por este processo, entretanto deverá adotar uma linguagem diferente, voltada ao perfil de visitantes da página e focada no estabelecimento da nova marca, o Museu da Vida Fiocruz.

Ao conversar com os diferentes entrevistados, verificou-se que há uma grande preocupação com a identidade e com a divulgação dessa marca e com as novas atividades que estão sendo moldadas para os espaços do NAHM. As redes sociais do museu e da COC continuam avançando com estratégias para aproximar o público e convidá-lo a usufruir desses espaços assim que for possível. Por outro lado, não é divulgada nenhuma ferramenta de escuta ou comunicação para promover uma construção coletiva dessas propostas. Esta questão pode ser justificada ao observarmos que a assessoria de comunicação da COC está inerente à atuação dos seus departamentos e, portanto, está vinculado às estratégias atuais dos demais programas do plano.

Em relação a este ponto, Heverton (2021, entrevista) afirma que a partir desse convite para visitação e uso dos espaços do Museu da Vida Fiocruz pela sociedade, pode haver uma aproximação maior com essas pessoas e uma oportunidade de comunicação para a construção de propostas futuras:

Não é que isso foi deixado de lado ou não foi valorizado, ao contrário. Mas pelo que está sendo colocado, ao menos neste plano inicial de comunicação, eu acho que é mais comunicar a requalificação desse espaço e o que ela significa, e convidar as pessoas a conhecê-lo. A partir, inclusive, desta vinda das pessoas, eu acho que aí a gente pode começar a pensar em instituir instrumentos de participação né, e como é que isso pode se dar. Ainda que isso também possa acontecer por outras vias, não necessariamente a pessoa tem que estar ali, tem que acontecer de forma presencial. Eu acho que há maneiras de você estimular essa participação por outras vias e hoje há inúmeros recursos para isso. Mas eu acho que o plano (de comunicação) não está essencialmente focado nisso. (OLIVEIRA, 2021, entrevista)

No contexto dos diferentes programas que integram o Plano de Requalificação do NAHM, é possível identificar múltiplas iniciativas que tem buscado promover a participação da comunidade interna, principalmente pela necessidade de reafirmar a importância desse plano e de articular as suas ações em parceria com outros órgãos da Fiocruz. Há um grande esforço em compartilhar essas experiências e em planejar a reorganização dos espaços de trabalho, assim como, principalmente, em consolidar essa nova identidade museológica e cultural institucional, firmando o pertencimento do Museu da Vida à instituição brasileira que mais está em evidência no mundo nos dias de hoje.

Neste cenário, o que é almejado pelo plano em termos da diretriz de participação social está sendo praticado de maneira positiva em muitos pontos. No tocante à construção coletiva das suas propostas, é possível compreender que a comunidade interna é a que mais tem se beneficiado das ações. Já em relação à ótica da participação social que se manifesta pelo uso e apropriação dos espaços, observa-se que as estratégias de comunicação da Ascom/COC são as mais representativas, contando com diferentes estratégias tanto para o público interno quanto para o externo.

Em outra via, a construção coletiva agregando o público externo é limitada aos especialistas e profissionais que participam através de consultorias ou entrevistas sobre temas específicos, sem haver uma abertura ou uma discussão ampla sobre as propostas do plano. Apesar da preocupação em criar essas ferramentas de aproximação com os moradores do território e com a sociedade, ainda não existem mecanismos de escuta ampliada. A respeito dos programas do NAHM de maneira geral, Bevilaqua (2021, entrevista) evidencia que esse trabalho cotidiano de discussão e elaboração de propostas gerais é bastante intenso e muitas vezes exige uma grande dedicação dos seus participantes. De maneira equivalente, Alessandro Batista (2021, entrevista) pontuou a dificuldade em alinhar as diferentes rotinas e demandas da vida pessoal e profissional dos indivíduos que se desejam incluir neste processo.

[...] eu acho que é esse o grande desafio, como criar uma governança que inclua essas pessoas que eu acho que dificilmente vão conseguir participar no dia-a-dia da confecção desses planos, porque é muito intenso o trabalho e que requer exatamente uma dedicação profissional a eles, e muitas vezes as pessoas, principalmente do território, não tem este tempo disponível. Por isso, é preciso criar esses momentos de articulação. (BEVILAQUA, 2021, entrevista)

A partir desse panorama abrangendo a implementação do Plano de Requalificação do NAHM e algumas iniciativas da Casa de Oswaldo Cruz, o que se percebe é o esforço desta unidade em consolidar a participação social para além das páginas de suas políticas. As atuais estruturas de trabalho apresentam grande potencial para desenvolver mecanismos a fim de promover a participação social e, com efeito, muitas vezes este viés é alcançado. É nítido que as experiências que o Museu da Vida já desenvolve através de curadorias participativas e de interlocução com atores do território podem ser observadas como base para guiar o planejamento dos diferentes programas inseridos no escopo do NAHM.

Foram pequenas e grandes conquistas que foram sendo implementadas de forma estrutural no Museu da Vida que permitem hoje a gente olhar para o

NAHM e dizer: olha, estamos maduros para fazer esse debate a nível da unidade. (BATISTA, 2021, entrevista)

De fato, este debate está posto à mesa e a análise dessas estruturas internas nos leva a questionar: como é a percepção das pessoas sobre os espaços culturais da instituição? A relação que os grupos estabelecem com o patrimônio do NAHM é correspondente às iniciativas desenvolvidas pela COC? As estratégias de divulgação do Plano de Requalificação do NAHM orientadas para a comunidade Fiocruz têm sido eficientes? E os moradores do território, como se relacionam com os espaços histórico-culturais deste núcleo? De que maneira esses diferentes grupos vivenciam e experimentam esse lugar? Estas são algumas das questões que orientam o presente trabalho à próxima etapa.

2.3. Método da Pesquisa Social

Para fins exploratórios, o presente trabalho apresenta uma etapa de coleta de dados, relativa à Fase 2 etapa i, que inclui a realização de pesquisa quali-quantitativa estruturada para compor o diagnóstico. Esta etapa visa o recolhimento de informações de acordo com as experiências de cada grupo de interesse aqui levantado, a partir da viabilidade de custo e tempo.

De acordo com Gil (2008, p.26), pode-se definir pesquisa social “como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Através do método de pesquisa quali-quantitativa é possível identificar a percepção de sentimentos, comportamentos, de opiniões e crenças, e deve ser utilizada no presente trabalho com intuito descritivo, de maneira a compreender a relação atual entre os sujeitos do território em que a Fiocruz está inserida e o patrimônio.

Antes de iniciar a abordagem sobre essa metodologia específica que foi direcionada aos grupos do território, é necessário salientar, de maneira breve, as inúmeras dificuldades que estiveram engendradas a esse processo. Partindo das afirmações do campo, que tratam a pesquisa social condicionada aos fatores socioeconômicos e políticos da época que lhe é própria e observando que o presente trabalho também está inserido em um processo histórico, dentro de um determinado contexto no qual depende para que seja compreendido, se faz necessário resgatar a situação pandêmica em que temos vivido desde março de 2020.

O mundo tem experimentado consequências profundas advindas do espalhamento do vírus da Covid-19. São inúmeros os estudos que tratam dessa temática e sob múltiplas

abordagens, não é o intuito deste trabalho somar-se a esta discussão. O que vale evidenciar, aqui, é o impacto da pandemia no alargamento dos contrastes sociais e econômicos, afetando profundamente as condições de trabalho, de educação, de moradia, de alimentação, de transporte, enfim, uma série de condicionantes sociais relativos a escalas individuais e coletivas que incidem sobre as condições de saúde da sociedade, assim como o próprio vírus que a aflige.

No Brasil, e especialmente na cidade do Rio de Janeiro, esses impactos têm afetado de maneira cruel a população que já vivia em condições de vulnerabilidade socioambiental e, principalmente, os moradores das áreas de favelas. Portanto, é importante observar que os grupos de interesse da presente pesquisa, além de enquadrados neste cenário de formas e intensidades diferentes, são, em parte, aqueles que mais têm sido afetados. E justamente essa parte, que diz respeito aos moradores do território, a que mais se almejava compreender e envolver no processo deste trabalho.

É contraditório pensar que uma pesquisa que adota e reforça a importância da participação social no processo de gestão sustentável do patrimônio, e num panorama alargado no próprio processo de construção da cidade, não tenha efetivado esse viés ao longo do seu desenvolvimento. De fato, as restrições provocadas pela Covid-19 e das consequentes medidas de isolamento social afetaram a implementação de metodologias participativas e de contato físico com os grupos de interesse, já que foram suspensas atividades de aglomeração ao longo dos anos de 2020 e 2021. Como alternativa para viabilizar a realização do diagnóstico e de maneira a tentar compreender o cenário da participação social no contexto do NAHM, foram aplicados questionários via *internet*, conforme será elucidado.

Partindo da definição do questionário enquanto técnica de investigação, o presente trabalho se apropria dos ensinamentos de Gil (2008) e da experiência de alguns trabalhos de pesquisa⁴⁵ para orientar a estrutura e a aplicação deste método. O objetivo específico desta etapa é compreender a relação entre o patrimônio do NAHM e os diversos sujeitos do território no qual está inserido, compondo um diagnóstico que pode servir como base para ações futuras. Por isso, adota como temática os assuntos sobre o conhecimento do núcleo arquitetônico, uso e rotina das pessoas nesses espaços, o conhecimento e entendimento sobre o seu Plano de Requalificação e verificação do interesse em participar do processo de implementação do plano. E ainda, já que alguns dos espaços que compõem o NAHM fazem parte do circuito de visitação

⁴⁵ BEVILAQUA et al, 2020; FALEIROS et al, 2016; RUSSELL et al, 2010.

do Museu da Vida, foi agregado ao tema o conhecimento sobre o Museu e algumas experiências de visitação.

Foram levantadas informações referentes aos grupos de interesse, que se dividem em internos e externos, entendendo a sua importância no processo de participação social do NAHM, para que, posteriormente, viesse a ser viabilizado um contato e envio de questionários para os seus integrantes.

O formato da pesquisa como questionário foi escolhido a partir da possibilidade de aplicação online e revela vantagens como: o baixo custo de implementação, capacidade de atingir um grande número de pessoas em localizações geográficas diferentes, garantia de anonimato das respostas, comodidade aos participantes em responder ao instrumento no momento em que julgarem mais conveniente, controle do número de respostas em tempo real, tabulação de dados facilitada e otimizada por softwares, e a não exposição dos participantes à qualquer influência do entrevistador (GIL, 2008; FALEIROS et al, 2016).

Para a construção do formulário de perguntas, adotou-se como base dois trabalhos realizados anteriormente pela COC. O primeiro foi o questionário aplicado internamente no ano de 2014, que fez parte do processo de elaboração do próprio Plano de Requalificação do NAHM e que buscou identificar os interesses sobre temas de exposições, sugestões para novas atividades, entre outros. O segundo trabalho é relativo ao material divulgado pelo Museu da Vida sobre a análise de público entre os anos 1999 e 2013 (Cadernos Museu da Vida, estudo realizado pelo NEPAM), incluindo também uma recente pesquisa sobre a população da sua zona de influência, publicada neste ano (BEVILAQUA et al, 2020). Estes trabalhos de base possibilitaram a inserção de questões adaptadas e contextualizadas localmente.

A organização das perguntas obedeceu a uma lógica de agrupamento e sequenciamento considerando tópicos comuns e que se relacionam entre si. O formulário incluiu perguntas fechadas, de múltipla escolha e em alguns casos utilizando a escala de Likert, e poucas questões abertas de respostas curtas, elaboradas de maneira clara e concisa para facilitar a leitura e estimular a participação dos grupos.

Foi utilizada a plataforma Google Formulário como instrumento de aplicação, que permite a organização das perguntas e gera um link para divulgação e acesso ao questionário. O Registro de Consentimento Livre Esclarecido (RCLE, em apêndice) compôs a primeira página do questionário, logo após a página de apresentação, e o participante deveria selecionar uma opção para declarar consentimento e concordância com as condições da pesquisa. Não foi

requisitado ou perguntado em momento algum a identidade de qualquer participante, garantindo o seu sigilo e privacidade.

A opção de limitar a resposta por e-mail que é disponibilizada pelo Google Formulário não foi habilitada, pois este recurso poderia intimidar a participação em massa. Também não foi uma opção limitar as respostas por IP (Internet Protocol), já que a situação da Covid-19 tem restringido a rotina de trabalho e estudo ao ambiente residencial e, por isso, o acesso ao questionário por diferentes membros da família poderia ser impossibilitado por estas se conectarem por uma mesma rede. Portanto, para diminuir o risco de duplicidade de respostas foi incluído no texto de apresentação do questionário um trecho para conscientizar sobre a participação única de cada pessoa.

Os riscos que poderiam se desenvolver ao longo desta etapa da pesquisa foram considerados baixos, sendo eles: medo do respondente em ser julgado ou prejudicado de alguma forma por expor uma opinião sobre a instituição na qual trabalha – este risco foi reduzido pelo anonimato garantido na pesquisa; constrangimento com alguma pergunta – para minimizar este risco, as perguntas foram elaboradas de maneira clara e ética e, assim como na etapa de entrevistas, esta pesquisa passou por processo de aprovação pelo CEP (CAAE 37967120.6.0000.5241).

2.4. A Participação da Comunidade Interna da Fiocruz

A população que corresponde ao grupo interno incluiu servidores e terceirizados da Fiocruz considerando os diferentes campus na cidade do Rio de Janeiro e as unidades regionais do país, tomando como base o documento “Boletim estatístico de pessoal” com os dados do último ano (FIOCRUZ, 2020), além de estudantes e bolsistas.

O questionário foi aplicado via web, com divulgação através da rede institucional da Fiocruz utilizando a lista de mailing da Ascom/COC (Apêndice 4), além do envio de mensagens específicas por e-mail para as coordenações de cursos oferecidos pelas diferentes unidades da Fiocruz e por WhatsApp para variados grupos de trabalhadores. Essas estratégias de divulgação permitiram a participação de trabalhadores de diferentes unidades dentro do campus Manguinhos assim como de outras unidades fora campus, incluindo outros bairros da cidade do Rio de Janeiro e unidades regionais de outros estados.

O processo de coleta das respostas foi realizado entre novembro de 2020 e março de 2021 e buscou a adesão de um número mínimo de participantes, de acordo com o cálculo estatístico de amostragem. Este cálculo foi feito de maneira a trabalhar com uma parte representativa da população a que se deseja compreender e adotou a fórmula para populações finitas divulgada na obra de Gil (2008, p.97):

$$n = \frac{\alpha^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N-1) + \alpha^2 \cdot p \cdot q}$$

onde: **n** é o tamanho da amostra

α é o nível de confiança escolhido

p é a porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (distribuição da população)

q é a porcentagem complementar

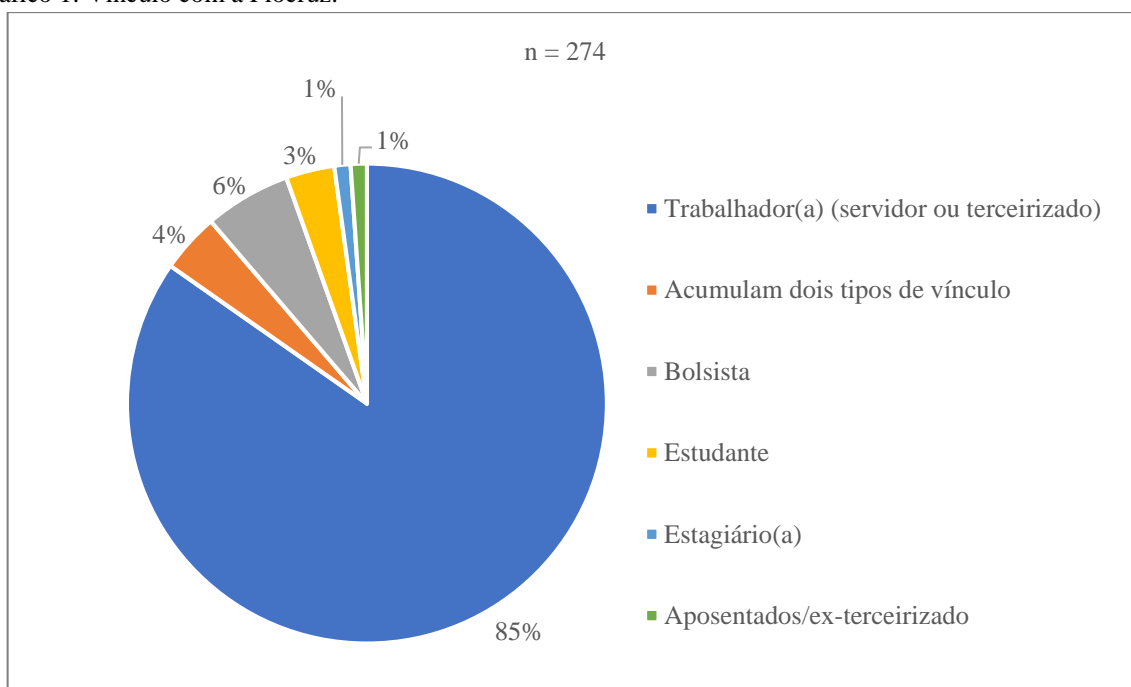
N é o tamanho da população

e é o erro máximo adotado

A amostra foi dimensionada para um grau de confiança de 90% e erro máximo de 5%, e gerou como resultado 270 respostas, número que foi adotado para orientar as ações de divulgação e controle da pesquisa. Considerando o período em que a pesquisa foi aplicada para este grupo e a partir de um protocolo para eliminar os respondentes repetidos, do total de 284 foram validados 274 formulários, que foram organizados e analisados utilizando a ferramenta Microsoft Excel e a partir de metodologias de análise específicas, de acordo com as perguntas aplicadas.

A respeito do perfil dos participantes, observa-se que 233 são trabalhadores da Fiocruz, sendo servidores ou terceirizados, resultando em aproximadamente 85% do total de participantes com esta função. Esta característica verificada já era esperada, já que a divulgação da pesquisa por e-mail institucional foi a estratégia mais intensa e quem possui esse tipo de endereço eletrônico são, principalmente, os trabalhadores da instituição. Os demais tipos de vínculo representam uma pequena parcela, sendo cerca de 6% bolsistas, 3% estudantes, 1% estagiários e 1% antigos trabalhadores (inclui aposentados e ex-terceirizados). Há, ainda, cerca de 4% de respondentes que acumulam dois tipos de vínculo e deste grupo 63,6% são alunos(as) e bolsistas, 27% são trabalhadores e alunos(as), e cerca de 9% são aposentados(as) e bolsistas.

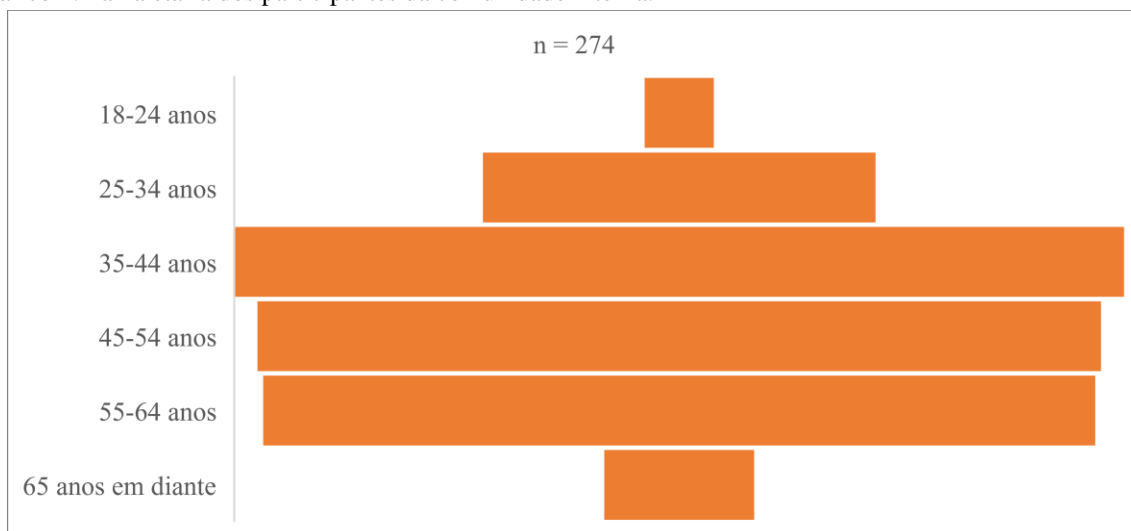
Gráfico 1: Vínculo com a Fiocruz.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Foi verificada uma concentração de idade em três faixas: entre 35 e 44 anos (28%), entre 45 e 54 (26,6%) e entre 55 e 64 anos (26%), concorrendo com parcelas bastante similares em cada faixa (gráfico 2).

Gráfico 2: Faixa etária dos participantes da comunidade interna.

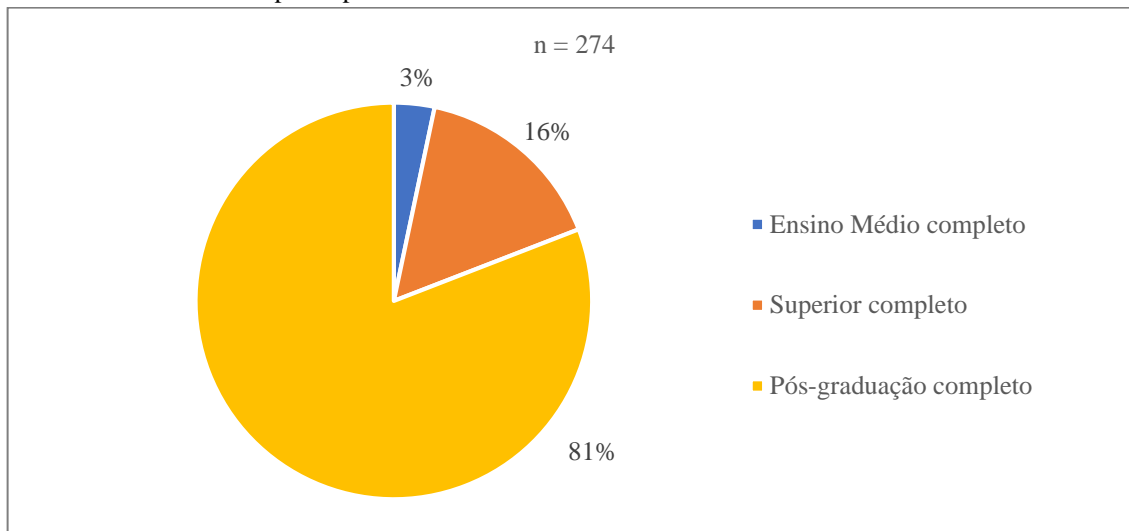


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A respeito da escolaridade dos respondentes, observa-se que grande parte possui pós-graduação completa, chegando a aproximadamente 81% do total, seguido por superior completo (15,7%) e ensino médio completo (3,3%). Aqueles com ensino fundamental completo

ou ensino profissionalizante completo corresponderam a menos de 1% e, por isso, não aparecem no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Escolaridade dos participantes da comunidade interna.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

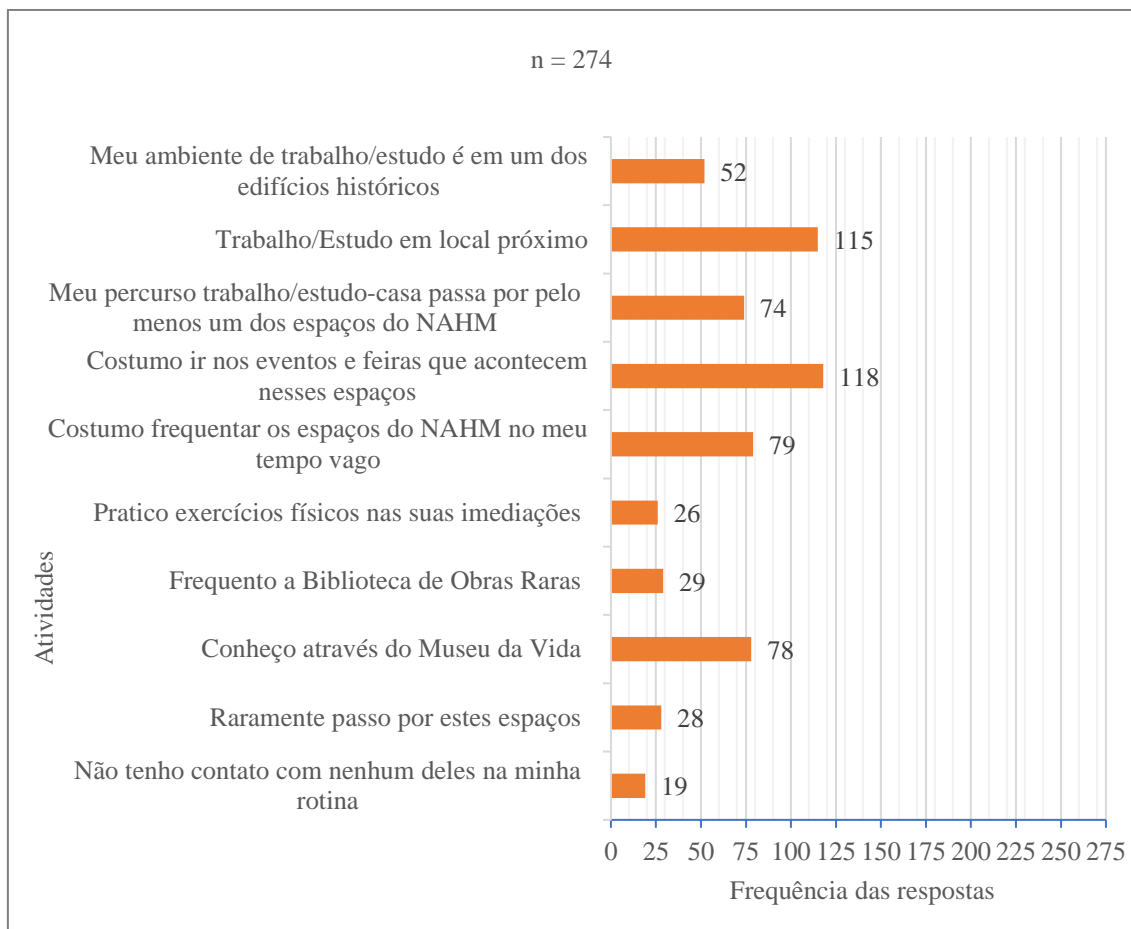
Analisando a intercessão dessas informações, observa-se que 171 respondentes são trabalhadores entre 35 e 64 anos e possuem pós-graduação completa, o que representa 62% do total de participantes. E, ainda, quase 82% deste grupo está inserido na Fiocruz campus Manguinhos (139 pessoas). De maneira geral, a maior parte dos respondentes está alocado no Rio de Janeiro campus Manguinhos (220 pessoas, corresponde a 80%). No Rio de Janeiro, mas em outro campus, está cerca de 18% (49 pessoas) e em alguma regional da Fiocruz, menos de 2% (5 pessoas). É importante pontuar que os respondentes que indicaram trabalhar ou estudar na Expansão foram considerados, aqui, como outro campus do Rio de Janeiro. Isto porque, apesar do seu vínculo direto com algumas unidades alocadas no campus Manguinhos, a Expansão expressa, hoje, uma dinâmica de trabalho própria e independente. E, ainda, acredita-se que a Avenida Brasil representa uma barreira física entre esses conjuntos, desassociando-os. Essa separação foi observada em algumas respostas desta pesquisa e está expressa no atual mapa da instituição, elaborado e divulgado pela Fiocruz e COGIC (Coordenação-Geral de Infraestrutura do Campus) (ver Anexo 1).

Quando perguntados se sabiam que a Fiocruz campus Manguinhos possui prédios de grande valor histórico e arquitetônico, todos os respondentes indicaram que sim e somente 17 responderam que nunca visitaram esses espaços, sendo que 13 destes trabalhadores ou estudantes são do próprio campus.

As perguntas seguintes do questionário foram específicas sobre o núcleo arquitetônico NAHM e tinham o objetivo de avaliar a intensidade com que cada respondente se relaciona com esse patrimônio cultural, se conhecem o seu Plano de Requalificação e a opinião de cada um sobre as suas propostas. Neste ponto, a análise pode ser realizada a partir de duas perspectivas: adotando uma visão geral sobre esse panorama e incluindo todos os respondentes; e, por outro lado, isolando e avaliando as informações daqueles que estão mais próximos geograficamente do núcleo, partindo da seguinte hipótese: “as pessoas que estão mais próximas do patrimônio são as que mais o conhecem?”.

Primeiro vamos às indicações gerais, considerando os 274 respondentes. Quando perguntados “De que maneira os espaços do NAHM se inserem no seu dia-a-dia?” os respondentes indicaram ter grande participação em eventos e feiras (43%). Houve também a indicação de muitas opções ligadas às dinâmicas de trabalho e à locomoção dos respondentes pelo campus, representadas pela opção de trabalhar ou estudar em local próximo ou nos próprios edifícios do NAHM, de passar pelo núcleo nos seus percursos diários e pela opção de frequentá-lo nos tempos vagos (ver gráfico 4).

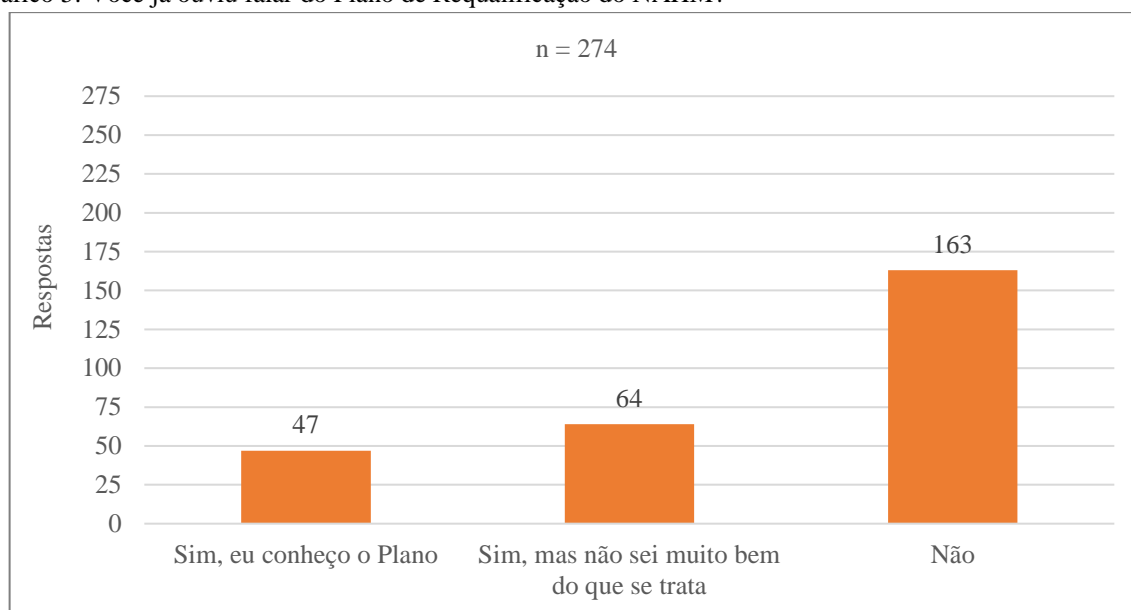
Gráfico 4: De que maneira os espaços do NAHM se inserem no seu dia-a-dia? (É possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando perguntados se já ouviram falar do Plano de Requalificação do NAHM, a maioria dos respondentes indicou que não, concentrando quase 60% do total. E em relação à profundidade com que os demais conhecem o plano, que somou 111 respondentes, aproximadamente 58% indicaram não saber muito bem do que se trata (gráfico 5). Essas taxas indicam que, mesmo com tanto tempo de implementação do plano e apesar das variadas estratégias de divulgação que estão sendo veiculadas, a comunidade Fiocruz ainda não tem conhecimento ou não sabe muito bem sobre ele.

Gráfico 5: Você já ouviu falar do Plano de Requalificação do NAHM?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Neste ponto foi possível levantar a seguinte questão: “O grupo que mais conhece o plano de requalificação do NAHM é também o que mais se relaciona com esse patrimônio no seu dia-a-dia?”. Assim, para avaliar se existe correlação entre a rotina nos espaços do núcleo e o conhecimento sobre o seu plano de requalificação, a autora escolheu adotar o cálculo do Coeficiente Q de Yule⁴⁶, partindo da sua demonstração por Gil (2008). Este cálculo faz parte de um metodologia simplificada utilizada na pesquisa social para a testagem de hipóteses e é apenas um dos vários tipos de teste de correlação que pode ser aplicado para dados não-paramétricos. Ele mede o grau de associação entre duas categorias, cada uma com duas variáveis, formando uma tabela quádrupla sobre o qual é aplicada uma fórmula matemática. Essa fórmula tem como resultado o coeficiente Q que varia entre -1,00 e +1,00 e representa a força com que as variáveis se relacionam (tabela em anexo).

Como os dados utilizados precisam ser dicotômicos para aplicação deste método, foi necessário dicotomizar as categorias da questão aqui formulada, seguindo a conveniência de manter pelo menos 30% dos casos em cada uma das categorias (DAVIS, 1976 apud GIL, 2008, p.165). Em relação à ciência dos participantes sobre o Plano do NAHM, estabeleceu-se duas variáveis, concentrando as respostas entre sim (59,5%) ou não ouviu falar do plano (40,5%).

Já para a categoria que avalia a rotina dos respondentes nos espaços do núcleo, foi necessário criar alguns critérios para dividi-las em dois grupos. As classificações foram

⁴⁶ Para aplicar este método, a presente autora seguiu as demonstrações e regras expostas na obra de Gil (2008, p. 162-167) e incluiu critérios próprios a partir das demandas deste trabalho, conforme elucidado em seguida.

escolhidas, então, a fim de avaliar a relação com o NAHM entre próximas, onde o contato com o patrimônio é mais frequente ou diário, e distantes, onde o respondente expressa ter pouco ou nenhum contato com o NAHM na sua rotina. Os critérios para agrupar os dados a partir dessas categorias buscaram compreender a frequência na qual as atividades apontadas são realizadas, se fazem parte de um planejamento cíclico, ou seja, que se repete de tempos em tempos, ou se são atividades realizadas pontualmente ou esporadicamente. Também foi importante analisar a diversidade de experiências que cada respondente estabelece nesses espaços, a relação do núcleo com os percursos e ambientes de trabalho, entre outros. Segue a lista de critérios para esta classificação:

- 1) Relação próxima/contato frequente ou diário = Meu ambiente de trabalho/estudo é em um dos edifícios históricos, Meu percurso trabalho/estudo-casa passa por pelo menos um dos espaços do NAHM, Costumo frequentar os espaços do NAHM no meu tempo vago, Pratico exercícios físicos nas suas imediações.
- 2) Relação distante/pouco ou nenhum contato na rotina = Conheço através do Museu da Vida; Costumo ir aos eventos e feiras que acontecem nesses espaços; Não tenho contato com nenhum deles na minha rotina; ou Raramente passo por estes espaços.
- 3) Pessoas que indicaram três ou mais atividades quaisquer são compreendidas como relação próxima/contato frequente com o NAHM.
- 4) Pessoas que trabalham/estudam em local próximo podem ser: próximas se acumularem mais atividades (pelo menos mais uma, sem ser o Museu da Vida); ou distantes se não acumularem mais nenhuma atividade (ou se só acumularem a opção de conhecer através do Museu da Vida).
- 5) Analisar caso a caso quando a resposta for Outros.
- 6) Todas as pessoas que frequentam a Biblioteca de Obras Raras trabalham próximo e costumam ir aos eventos e feiras que acontecem nos espaços do núcleo, por isso representam uma relação próxima/contato frequente.

Adotando esses critérios, chegou-se na seguinte configuração: o número de participantes que desenvolvem uma relação cotidiana ou frequente com o patrimônio NAHM é de 168, o que corresponde a aproximadamente 61% do total; enquanto os que manifestam raro ou nenhum contato somam 106 participantes, ou 39%. Ou seja, é possível observar que a comunidade interna da Fiocruz mantém um contato frequente ou cotidiano com o NAHM, participando de diferentes atividades nesses espaços. Essas informações indicam as variadas formas de apropriação deste patrimônio.

Combinando os dados resultantes dessa categorização com as respostas dos participantes sobre conhecer ou não o Plano de Requalificação do NAHM, foi possível gerar a seguinte tabela:

Tabela 1: Distribuição dos participantes nas categorias de relação com o NAHM e de conhecimento do seu Plano de Requalificação – grupo de internos da Fiocruz.

Conhece o Plano Relação com o NAHM	Sim, ouviu falar do Plano	Não ouviu falar do Plano	Total
Relação próxima	A = 83	B = 85	168
Relação distante	C = 28	D = 78	106
Total	111	163	274

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

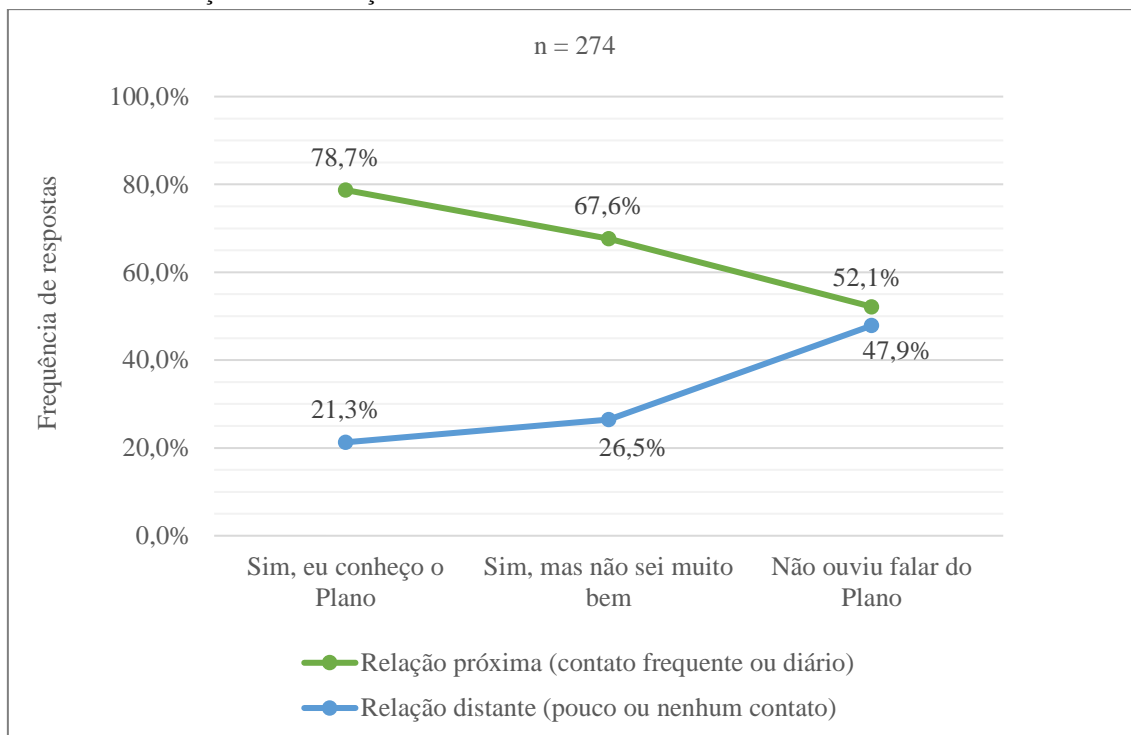
Coeficiente Q de Yule $Q = \frac{AD - BC}{AD + BC}$

Aplicando a fórmula: $Q = \frac{(83 \times 78) - (85 \times 28)}{(83 \times 78) + (85 \times 28)} = + 0,46$

Com base na tabela própria desta metodologia (Anexo 2), o resultado calculado indica que existe uma correlação positiva moderada entre esses fatores, ou seja, é possível afirmar que aqueles que fazem parte da comunidade interna da Fiocruz e que possuem contato rotineiro e mais frequente com o NAHM são os que mais ouvem falar do seu Plano de Requalificação.

Esta mesma conclusão pode ser observada no gráfico abaixo, que permite visualizar a distribuição das respostas sobre o conhecimento deste plano a partir do tipo de relação dos respondentes (ver gráfico 6). E mais, é possível aprofundar a correlação calculada e destacar que o contato frequente com o NAHM tende a promover o maior conhecimento sobre o seu plano. Isto porque dentro do grupo de respondentes que tem uma relação próxima com o NAHM, a frequência de respostas daqueles que indicaram conhecer o plano superou aqueles que não sabem muito bem sobre ele. Em relação ao grupo que tem pouco ou nenhum contato com o NAHM, observa-se uma tendência oposta.

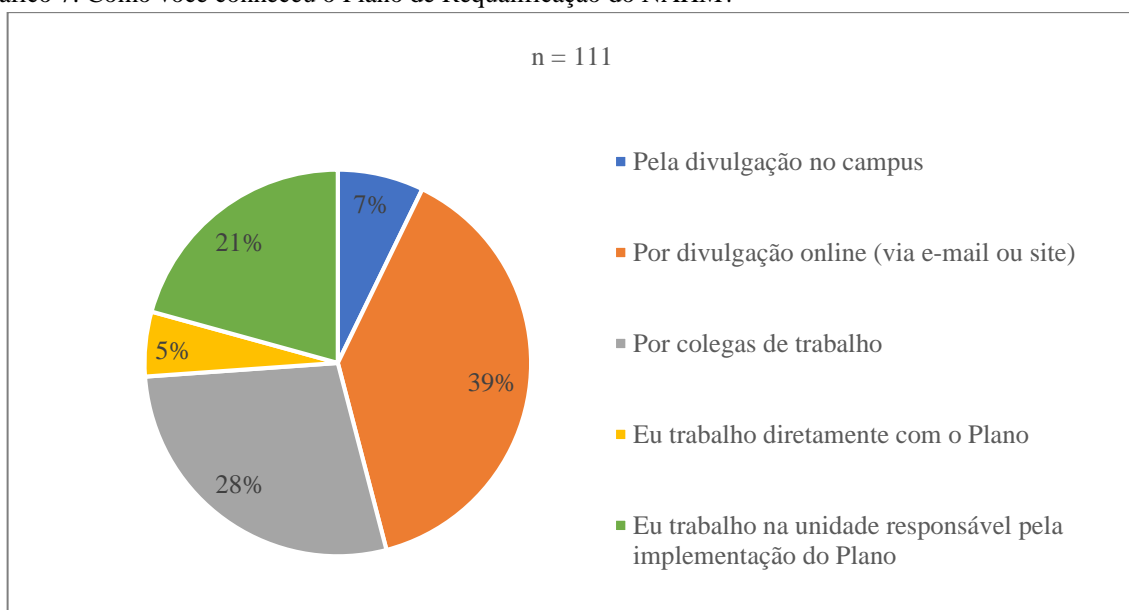
Gráfico 6: Correlação entre a relação com o NAHM e o conhecimento do seu Plano.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De maneira a compreender o grau de conhecimento sobre o plano do NAHM, o grupo que indicou ter ouvido falar do seu plano (111 participantes) seguiu para um bloco de perguntas específicas. Em relação a forma como cada um conheceu este plano, verificou-se que as estratégias de divulgação online representam a fonte de informação mais eficaz, concentrando 43 respostas (39%). Os diálogos com colegas de trabalho também se mostraram importantes nesse processo, somando 31 respostas (28%). Juntas, essas duas formas de comunicação concentram mais de 65% dos casos (gráfico 7).

Gráfico 7: Como você conheceu o Plano de Requalificação do NAHM?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ainda sobre o gráfico 7, é importante destacar a baixa representatividade da opção de divulgação no campus. Esta opção inclui, principalmente, as estratégias de comunicação nos tapumes em áreas de obra do NAHM e, por conta da sua recente utilização em meio aos impactos provocados pela pandemia nas dinâmicas de trabalho e estudo presenciais, já se esperava um número baixo de respostas.

Há um grupo que pode ser analisado brevemente de maneira desvinculada dos demais, que são os respondentes que trabalham ou estudam na COC. É interessante olhar para este grupo em específico pois podem indicar o quanto as iniciativas promovidas pela própria unidade estão sendo eficientes em comunicar o plano do NAHM para os seus trabalhadores e estudantes. Ao todo, houve a participação de 42 pessoas vinculadas à COC, dentre as quais 6 trabalham diretamente com o plano do NAHM. Considerando, então, os 36 respondentes vinculados à COC mas que não trabalham diretamente com o plano, já que notoriamente sabem sobre este plano, tem-se o seguinte gráfico:

Gráfico 8: Vinculados à COC em relação ao conhecimento sobre o Plano de Requalificação do NAHM.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Observa-se que a maioria dos respondentes que se enquadra neste recorte já ouviu falar do Plano de Requalificação do NAHM, concentrando mais de 90% dos casos. Dentre estes, 23 indicaram conhecê-lo por conta do seu vínculo com a COC, 7 conheceram através de colegas de trabalho e 5 conheceram por divulgação online. É certo que esse número de respondentes não é suficiente para representar toda a população de trabalhadores e estudantes vinculados à Casa, mas a análise do gráfico anterior revela um cenário otimista em relação a comunicação do plano dentro da unidade.

Para que fosse possível compreender os conhecimentos do grupo a respeito do objeto, optou-se por incluir uma pergunta aberta na qual os respondentes poderiam descrever brevemente o seu entendimento a respeito do plano de requalificação. O objetivo desta pergunta é avaliar se a comunicação sobre o plano está sendo clara e se as mensagens estão sendo compreendidas pelo público-alvo. Para analisar as respostas dos participantes foi adotada a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), contando com etapas de organização, codificação e categorização.

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” - BARDIN, 1977, p.42.

Este campo do questionário foi respondido por aqueles que marcaram ter ouvido falar do plano de requalificação e contou com 95 preenchimentos. Estes dados foram sistematizados

a partir de palavras-chave e agrupadas com base em três categorias: objetivos do Plano, finalidades e propostas de uso e público impactado.

Dentre o total, 80 respostas incluíram palavras que representam um objetivo, sendo as principais: preservar (26), valorizar (20), requalificar (5), conservar (4), recuperar (4) e restaurar (4). Deste grupo, 30 respostas relacionaram esses objetivos ao uso dos espaços, com o intuito de reordenar, mudar ou melhorar os usos, propor novos ou variados usos e até mesmo promover o uso sustentável.

A respeito da finalidade dessas ações, foram obtidas 42 respostas, destacando o uso das seguintes: divulgação científica (18), atividades socio/culturais (13), visitação (9), acessibilidade (6), museu (6), educação (4), demandas institucionais (3), lazer (3) e exposição (3), dentre outras menos representativas.

Ainda, 18 respondentes explicitaram o público que seria contemplado com o plano utilizando as palavras: sociedade (7), trabalhadores (7), entorno (7), cidade (6), comunidade, Fiocruz e visitantes (estes últimos com 2 incidências cada). Nota-se que a palavra território não foi adotada por nenhum dos respondentes. Este é um termo que tem sido muito empregado por diversos grupos de trabalho da COC e da Fiocruz, principalmente pela Coordenação de Cooperação Social, estando presente também nos documentos e políticas da instituição, mas que parece não estar muito difundido entre os trabalhadores de uma maneira geral.

A nuvem de palavras observada na imagem abaixo associa o tamanho da fonte de cada palavra com a frequência que foram utilizadas pelos respondentes, ou seja, aquelas que estão em tamanho maior foram as mais escritas pela comunidade interna. Esse método é uma interessante ferramenta visual e através dele podemos observar as temáticas mais sensíveis para o grupo de respondentes.

Figura 15: Nuvem de palavras sobre a compreensão do Plano de Requalificação do NAHM pela comunidade interna da Fiocruz.

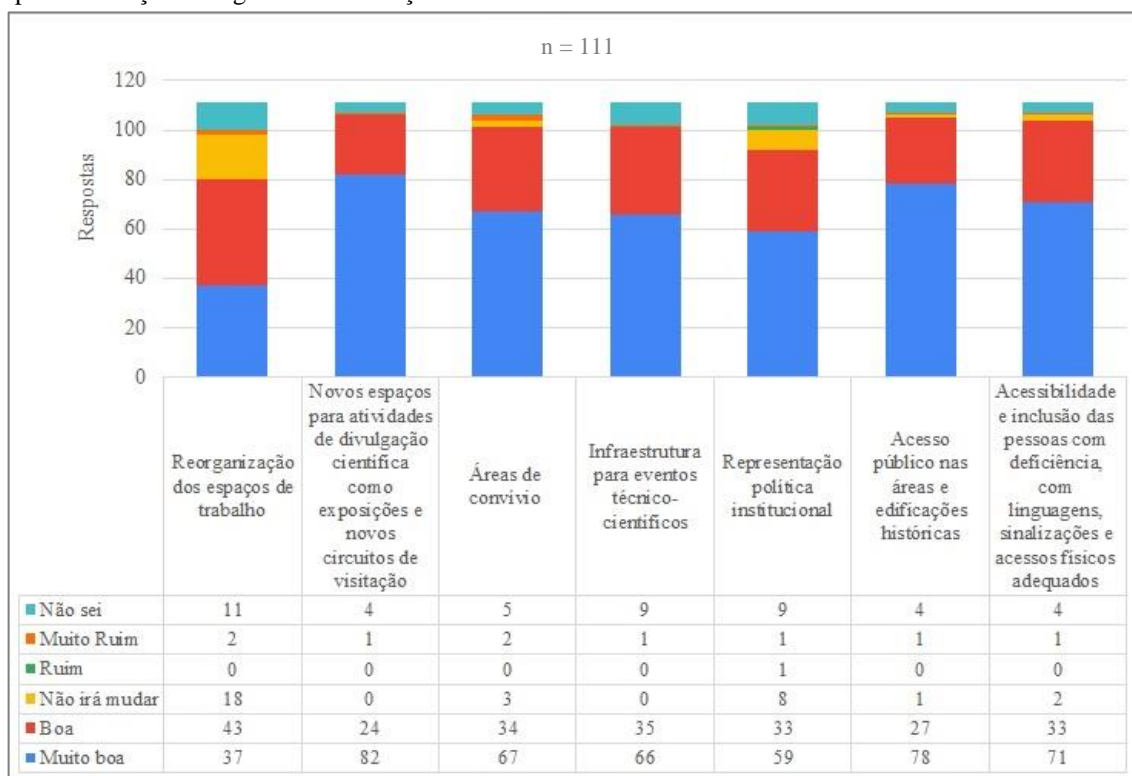


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Observa-se que as palavras com maior destaque foram *'usos'*, *'espaço'*, *'históricos'*, *'patrimônio'*, *'cultural'*, *'valorizar'* e *'Fiocruz'*, sendo as mais utilizadas para descrever o Plano de Requalificação do NAHM. Esta configuração evidencia a percepção sobre este plano em propor novos usos, principalmente culturais, reforçando a imagem do conjunto enquanto um patrimônio de grande valor histórico. O uso da palavra Fiocruz revela uma forte representação da identidade institucional deste grupo e está associado também à valorização desse espaço onde ele é o próprio (e um dos principais) usuários.

Em seguida foi perguntado a opinião dos participantes a respeito das áreas de intervenção propostas pelo Plano de Requalificação do NAHM, obtendo um total de 111 respostas. Foram abordadas sete temáticas e todas elas concentraram maior incidência de respostas em avaliações positivas, classificadas como muito boas ou boas (ver gráfico 9). As opções que concentraram as melhores avaliações foram as propostas de novos espaços para atividades de divulgação científica e de acesso público nas áreas e edificações históricas. Avalia-se, portanto, que, para aqueles que já ouviram falar sobre o plano, existem boas expectativas sobre as suas propostas, com impactos positivos na vivência pelo campus Manguinhos.

Gráfico 9: De que maneira você acredita que a requalificação do NAHM pode melhorar a sua rotina e vivência no campus em relação às seguintes intervenções?



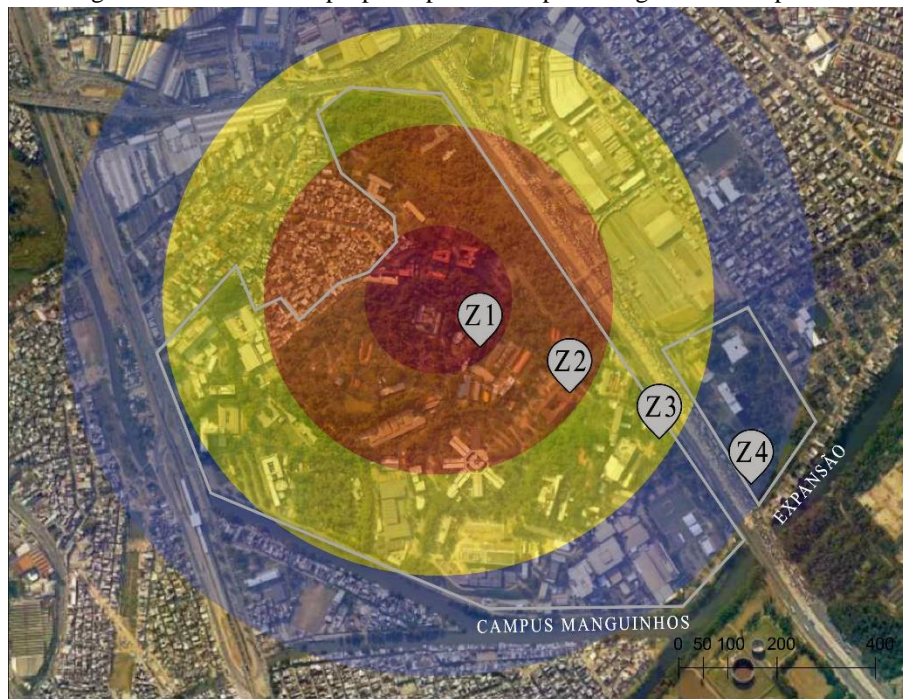
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A segunda perspectiva sobre o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos tem a ver com a proximidade geográfica dos participantes e parte da seguinte hipótese: a maneira como a comunidade interna da Fiocruz se distribui no campus Manguinhos influencia na sua apropriação em relação a esse patrimônio e no seu conhecimento sobre o seu plano? Ou seja, o que se deseja avaliar, neste ponto, é se a distância entre o local de trabalho/estudo interfere diretamente na dinâmica de uso dos espaços do NAHM e no conhecimento sobre o seu plano de requalificação. Para realizar esta análise, optou-se por reunir as respostas daqueles que estão distribuídos pelo campus Manguinhos e no campus da Expansão, identificando a localização de cada participante a partir das suas respostas sobre o seu local de trabalho/estudo e a unidade ao qual está vinculado e adotando como base o mapa institucional do campus (em anexo).

O zoneamento criado seguiu a ideia de zonas de calor e adotou os seguintes critérios: 1) foi estabelecida como Z1 (zona 1) a circunferência vermelha, na qual todo o conjunto do NAHM está concentrado; 2) a partir desta Z1, a região foi dividida em mais três zonas equidistantes, ou seja, com distanciamentos iguais entre cada uma, sendo a Z2 laranja, a Z3 amarela e a Z4, a mais distante, representada pela cor azul; 3) o edifício do Instituto Nacional

de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que acabou dividido entre duas zonas, foi incluído na Z3.

Figura 16: Zoneamento proposto para o campus Manguinhos e Expansão.

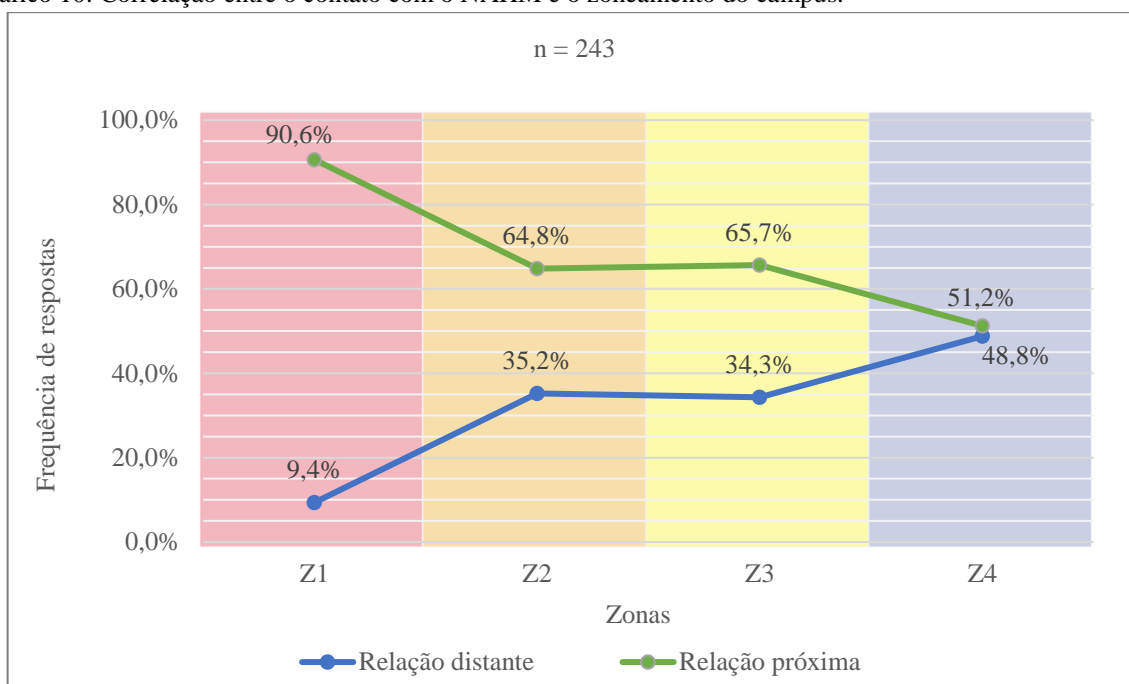


Fonte: Elaborado pela autora, 2021. Base: Google Earth.

Considerando os critérios que foram expostos, esta etapa incluiu a análise de 243 participantes distribuídos geograficamente da seguinte forma: 32 participantes estão alocados na Z1, 71 estão alocados na Z2, 99 na Z3 e 41 na Z4. Estabelecendo, mais um vez, as categorias que foram criadas para representar o grau da relação com o NAHM, classificadas em relação próxima e relação distante, e associando-as agora à posição geográfica desses participantes, foi possível verificar se aqueles que estão mais próximos deste conjunto são os que mais vivenciam e se apropriam destes espaços no seu dia-a-dia.

O cruzamento desses dados gerou como produto o gráfico abaixo (gráfico 10), no qual podemos observar uma certa correspondência entre esses dois parâmetros. Nota-se que aqueles que trabalham ou estudam na zona vermelha (Z1) são os que mais se relacionam com o Núcleo no seu dia-a-dia, expressando ter uma relação próxima em mais de 90% dos casos. Já aqueles que estão inseridos na zona laranja ou amarela (Z2 e Z3, respectivamente) apresentaram índice um pouco menor em relação à rotina nos espaços do NAHM, diminuindo para aproximadamente 65% os casos de relação próxima; enquanto os participantes que estão alocados na zona azul (Z4) são os que concentraram as menores proporções nessa categoria (cerca de 51%).

Gráfico 10: Correlação entre o contato com o NAHM e o zoneamento do campus.



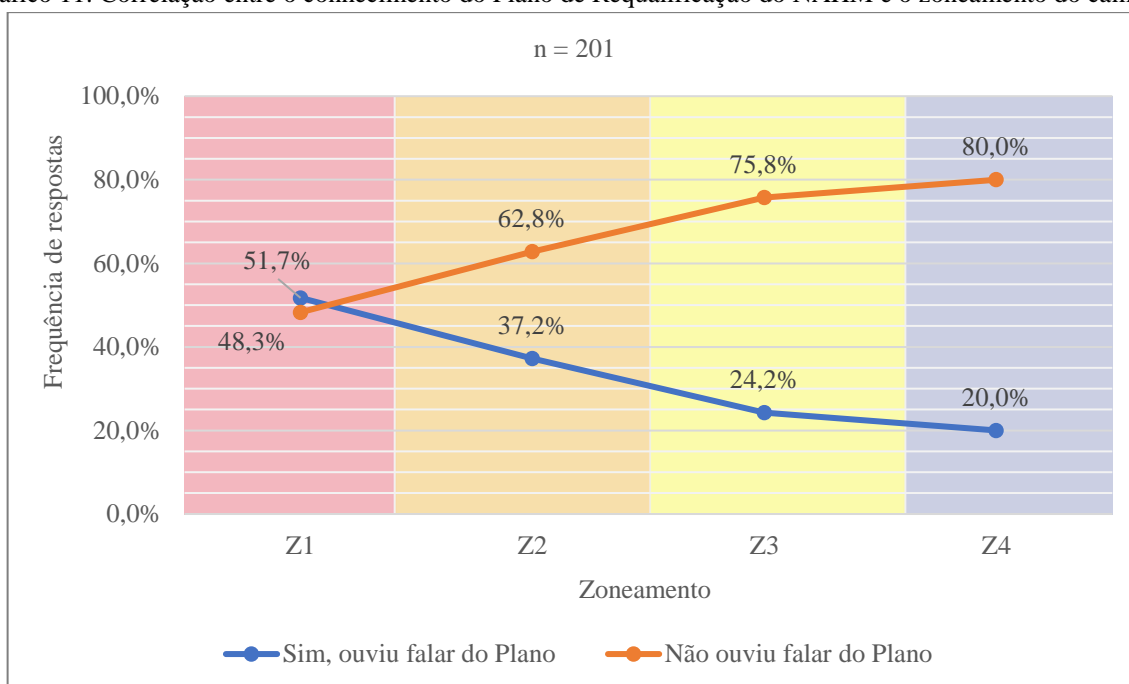
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O que se verifica, portanto, é que conforme os respondentes se distanciam geograficamente do NAHM, menos atividades e experiências eles desenvolvem com esse patrimônio. Ou seja, a partir desta correlação é possível confirmar a hipótese de que aqueles que trabalham ou estudam mais longe geograficamente do NAHM tendem a estabelecer uma relação menos frequente com estes espaços.

Ainda adotando o zoneamento proposto, podemos verificar se essa localização geográfica dos participantes influencia também no seu conhecimento sobre o Plano de Qualificação do NAHM. Para esta questão, foi necessário adotar mais um critério: foram desconsiderados os respondentes que trabalham ou estudam na Casa de Oswaldo Cruz, pois foi verificado que este grupo eleva a tendência de conhecimento sobre o plano e mascara a percepção dos demais. Isso ocorre principalmente na Z2, que inclui o Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS) e as salas de trabalho do Museu da Vida, e na Z4, no campus da Expansão, que concentram trabalhadores e estudantes vinculados à COC.

Logo, para esta parte foram considerados 201 participantes, concentrando 29 na Z1, 43 na Z2, 99 na Z3 e 30 na Z4. Adotando respostas dicotômicas, divididas entre “sim, ouviu falar do Plano” e “não ouviu falar do Plano”, o que se verifica é que a proporção daqueles que não conhecem esse plano somente é superada na Z1 (zona vermelha), e conforme aumenta o distanciamento em relação ao núcleo maior é a incidência da resposta negativa (gráfico 11).

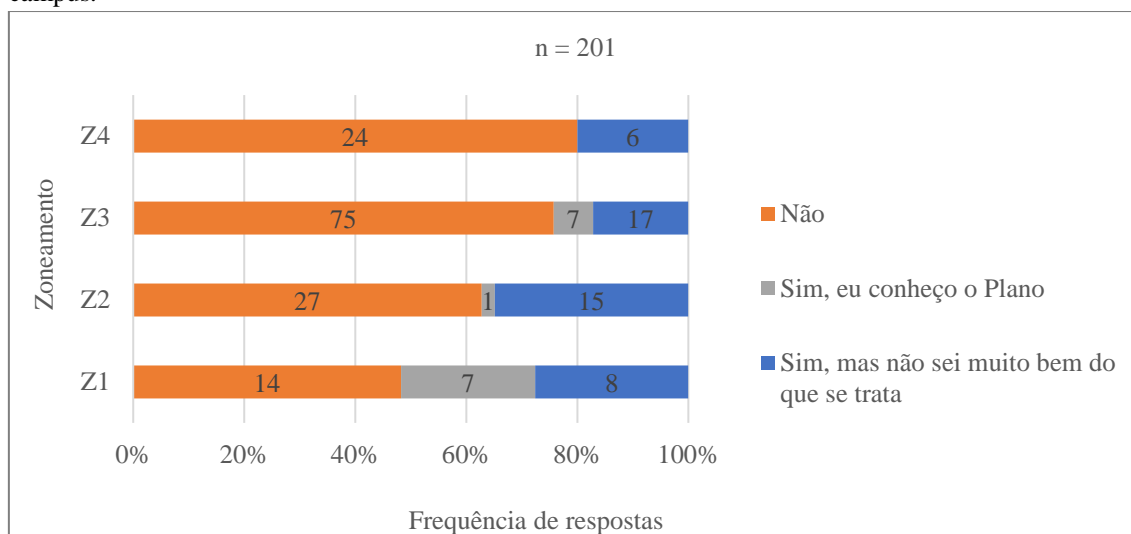
Gráfico 11: Correlação entre o conhecimento do Plano de Requalificação do NAHM e o zoneamento do campus.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando incluímos as três alternativas sobre o conhecimento do plano do NAHM nesse panorama do zoneamento, ainda desconsiderando aqueles que são vinculados à COC, obtemos o gráfico abaixo (gráfico 12). Nesta nova correlação vale dar atenção especial à proporção de respondentes que indicaram conhecer o plano e daqueles que indicaram não saber muito bem do que se trata.

Gráfico 12: Correlação entre o grau de conhecimento do Plano de Requalificação do NAHM e o zoneamento do campus.



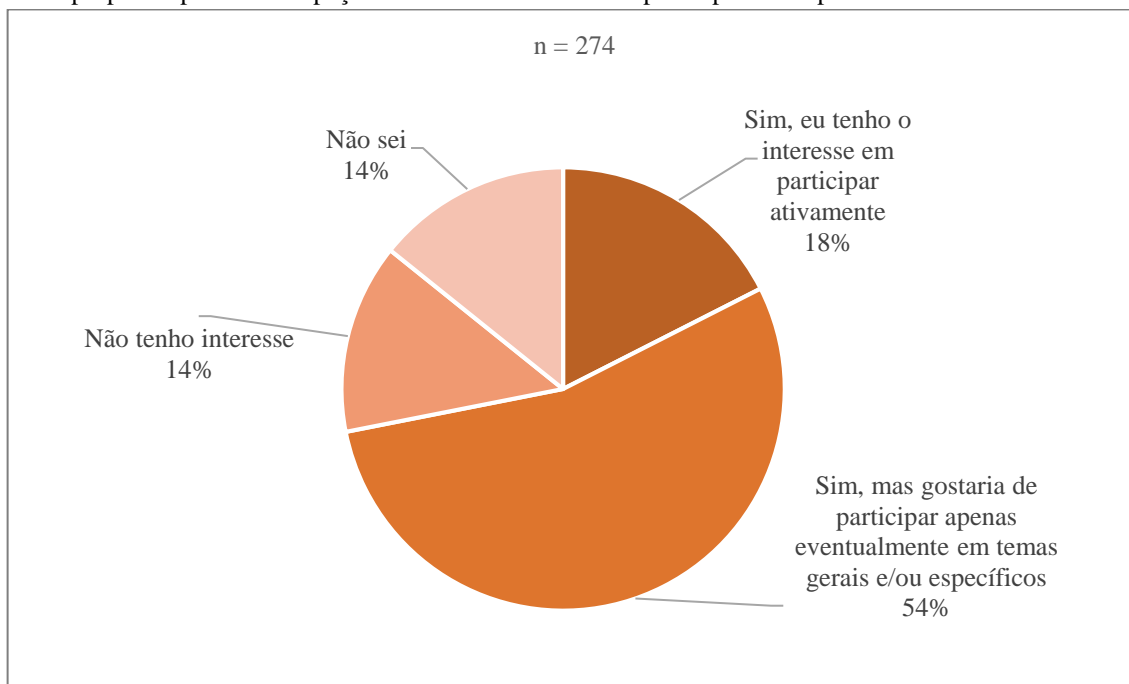
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Embora a Z1 concentre a maior proporção de participantes que conhecem o plano de requalificação do NAHM dentre as demais zonas estabelecidas, cerca de 50% destes indicou ainda não saber muito bem do que se trata (8 respondentes). Nas demais zonas, há um aumento na representação desta resposta: na Z2, quase 94% daqueles que já ouviram sobre o plano revelaram não saber muito bem sobre ele; na Z3, enquanto se elevam as respostas negativas sobre o seu conhecimento, verifica-se um leve aumento na proporção daqueles que conhecem melhor o plano (cerca de 30% das respostas positivas); e na Z4, além de representar a maior incidência de respostas negativas a respeito do conhecimento sobre o plano do NAHM, observa-se que todo os participantes que indicaram ter ouvido sobre ele não sabem muito bem do que se trata (100% das respostas positivas).

Portanto, no que concerne ao zoneamento do campus Manguinhos e Expansão, é possível afirmar que o distanciamento geográfico entre o patrimônio NAHM e o local de trabalho ou estudo da comunidade interna influencia diretamente no relacionamento de cada um com estes espaços culturais e no seu conhecimento sobre o plano de requalificação. Foi demonstrado que quanto maior é esse distanciamento, menor é a propensão de vivenciar e ter contato frequente com esses espaços e menor é a tendência de conhecer o seu plano de requalificação.

A última pergunta a respeito do Plano de Requalificação do NAHM foi direcionada para todos os respondentes e buscou compreender sobre o interesse de cada um em participar da construção das propostas dessa política. Esta questão também admite análises através de duas perspectivas. Primeiramente, considerando o total de respondentes da pesquisa (274), pode-se destacar que uma grande parcela possui o interesse em participar desse processo, com 72% em respostas positivas. Entretanto, houve uma maior manifestação para participar apenas eventualmente em temas gerais e/ou específicos (gráfico 13).

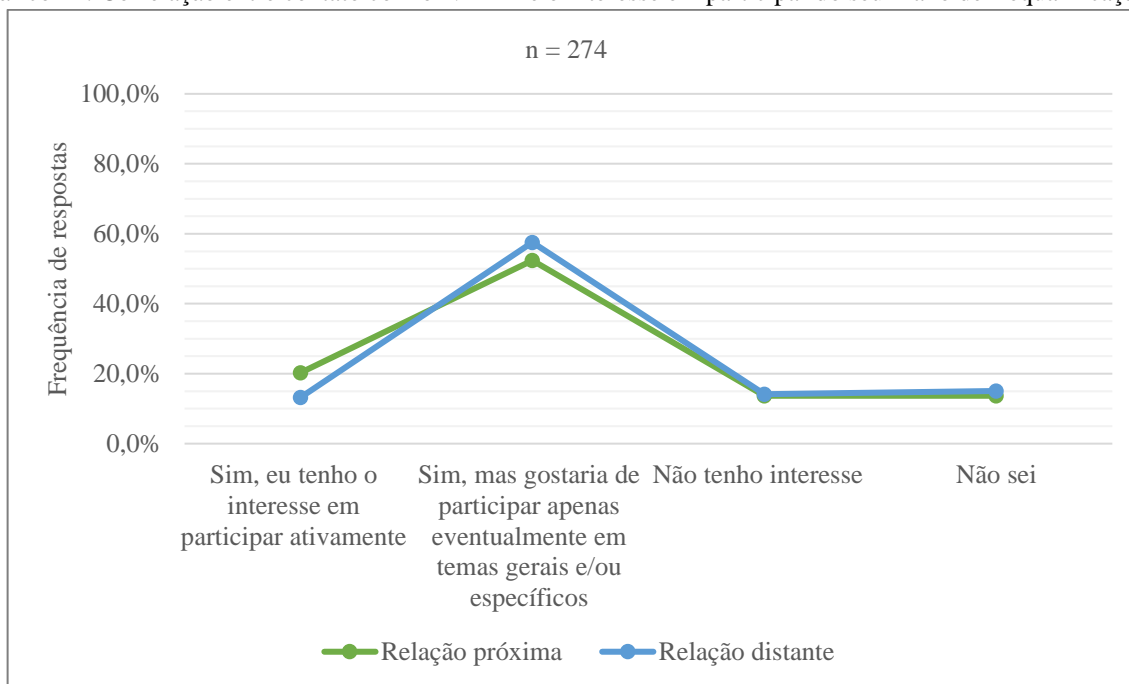
Gráfico 13: O Plano de Requalificação do NAHM prevê o envolvimento da comunidade interna na construção de novas propostas para estes espaços. Você teria interesse em participar desse processo coletivo?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Por outro lado, seria viável considerar a vivência nos espaços do NAHM como um fator que influencia o interesse em participar da construção das propostas para esse espaço? Existe uma correlação entre essas características? O gráfico a seguir foi construído a fim de testar esta hipótese.

Gráfico 14: Correlação entre contato com o NAHM e o interesse em participar do seu Plano de Requalificação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

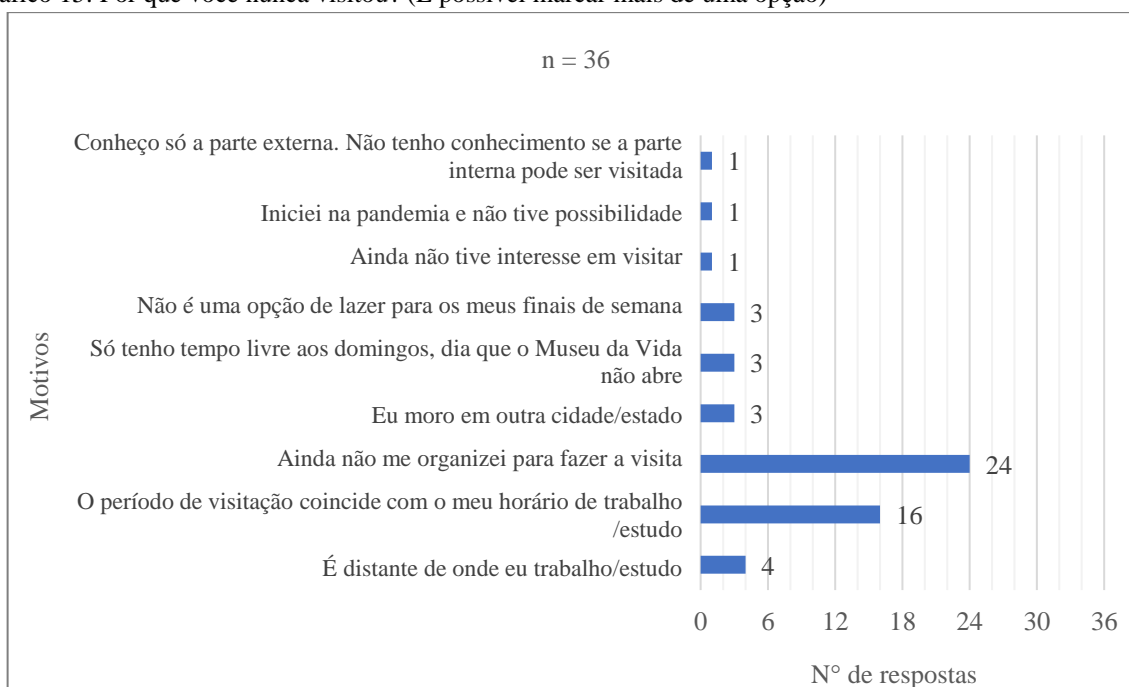
É possível identificar que para cada resposta sobre o interesse em participar das propostas do Plano de Requalificação do NAHM houve uma representação similar entre os respondentes que expressam tanto uma relação próxima ou distante com este patrimônio. A frequência daqueles que possuem o interesse em participar ativamente desse processo, assim como daqueles que gostariam de participar eventualmente ou até não participar, concorrem de maneira semelhante independente do seu relacionamento com o NAHM. Sendo assim, não é viável estabelecer uma correlação entre esses dois fatores. De maneira análoga, também não é possível estabelecer uma relação direta entre o zoneamento dos campi Manguinhos e Expansão e o interesse em participar das propostas do plano.

Cabe avaliar que independente da sua relação com o patrimônio do NAHM e da sua proximidade geográfica, a comunidade interna da Fiocruz tem sim interesse em participar do processo de construção de novas propostas para o NAHM, concentrando mais de 70% das respostas.

O bloco seguinte de perguntas abordou sobre o Museu da Vida e as experiências de visita de cada participante. Do total, 235 respondentes disseram já ter visitado o Museu da Vida (86%), enquanto 36 ainda não visitaram, apesar de conhecerem o museu (13%), e apenas 3 não o conhecem (1%). Essa configuração indica que, ainda que muitos integrantes da Fiocruz não estabeleçam uma relação diária ou frequente com o NAHM, conforme foi analisado anteriormente, a maioria deles já conheceu alguns de seus espaços através do Museu da Vida.

No que concerne aos participantes que conhecem, mas nunca visitaram o Museu, quando perguntados “por que você nunca visitou?”, os principais motivos apontados foram a falta de organização para realizar a visita (66,6% dos respondentes) e coincidência do período de visita com o horário de trabalho ou estudo (44,4% dos respondentes) – ver gráfico abaixo.

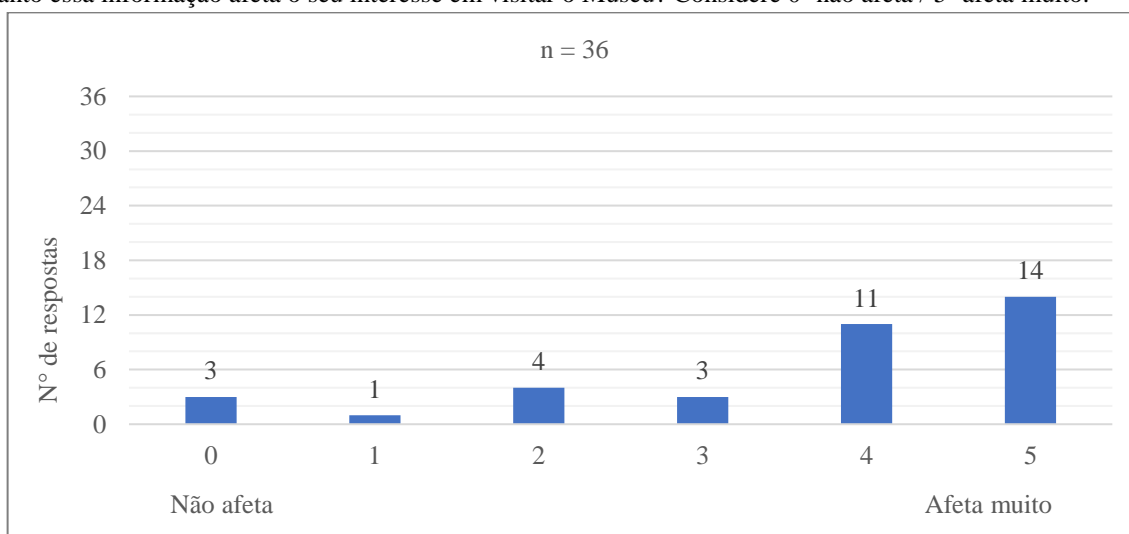
Gráfico 15: Por que você nunca visitou? (É possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para esse grupo que ainda não visitou o Museu da Vida, observa-se que a inclusão dos espaços históricos do NAHM no circuito de visitação afeta grande parte dos participantes (gráfico 16). Considerando uma avaliação de 0 a 5 em relação ao interesse em visitar o museu sabendo desta informação, observou-se uma concentração maior no valor máximo, com 14 respostas, com uma média calculada de 3,67, uma mediana de 4,00 e desvio padrão de 1,57.

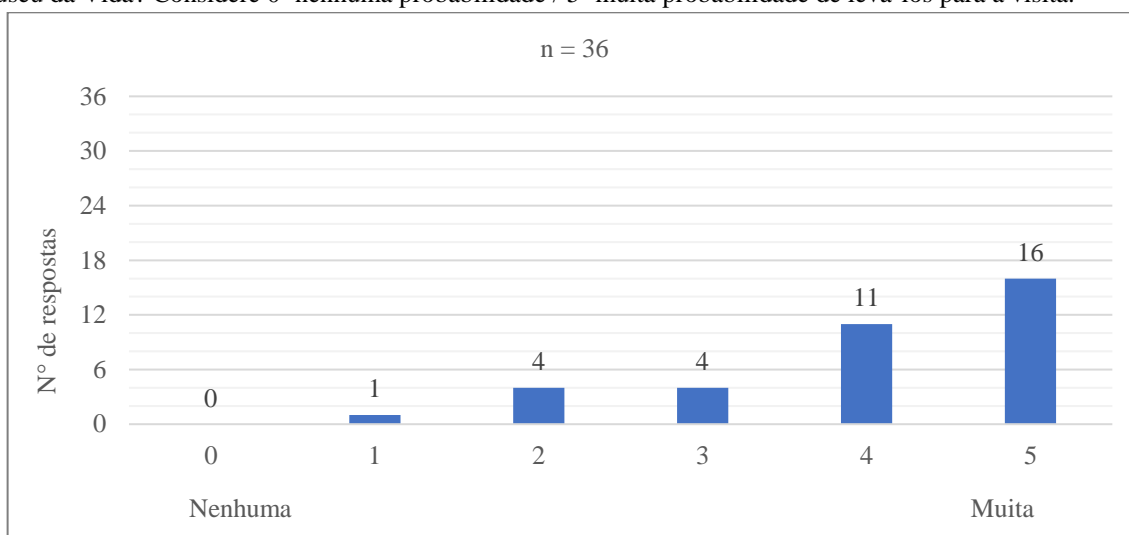
Gráfico 16: Os espaços históricos do Núcleo Arquitetônico NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. O quanto essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando perguntados sobre a probabilidade de levar familiares e/ou amigos para a visita, nota-se que também houve uma concentração do valor máximo, indicando alta probabilidade (gráfico 17). Para este caso, a média calculada foi de 4,03, mediana de 4,00 e um desvio padrão de 1,13.

Gráfico 17: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar os prédios históricos e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade / 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.

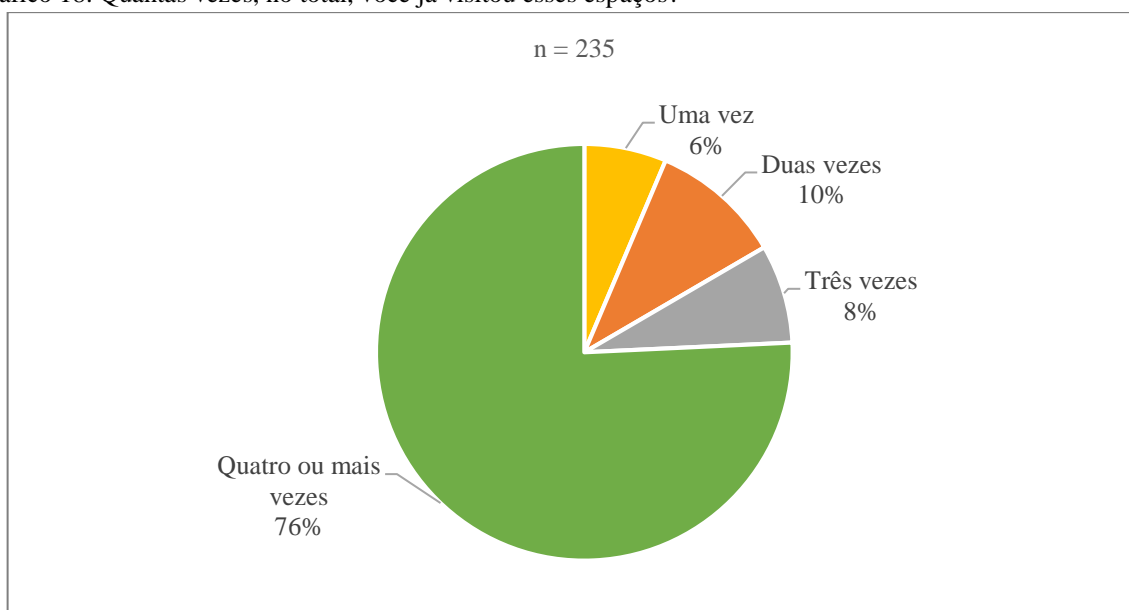


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Aqueles que não conhecem o Museu da Vida foram conduzidos a outras perguntas com o intuito de avaliar o seu interesse em visitá-lo (1% dos participantes). De maneira breve, esses participantes têm muito interesse em saber mais informações sobre o museu, assim como em visitá-lo. A integração dos espaços históricos do NAHM ao circuito do Museu da Vida afeta muito o interesse em visitar o museu e há uma alta probabilidade desses participantes levarem os seus amigos e/ou familiares para a visita.

Dentre os que já visitaram o Museu, apenas 6% indicaram que só visitaram uma vez e 76% indicaram que já o fizeram quatro ou mais vezes. Ou seja, a grande parcela daqueles que possuem vínculo com a Fiocruz costumam visitar e revisitar o Museu da Vida (gráfico 18). Sobre essas visitas, verificou-se que a maioria dos respondentes indicou que tiveram acompanhantes, concentrando 177 respostas (76%), enquanto apenas 40 realizaram a visita sozinhos (17%). Outras 17 pessoas (aproximadamente 7%) não souberam responder.

Gráfico 18: Quantas vezes, no total, você já visitou esses espaços?



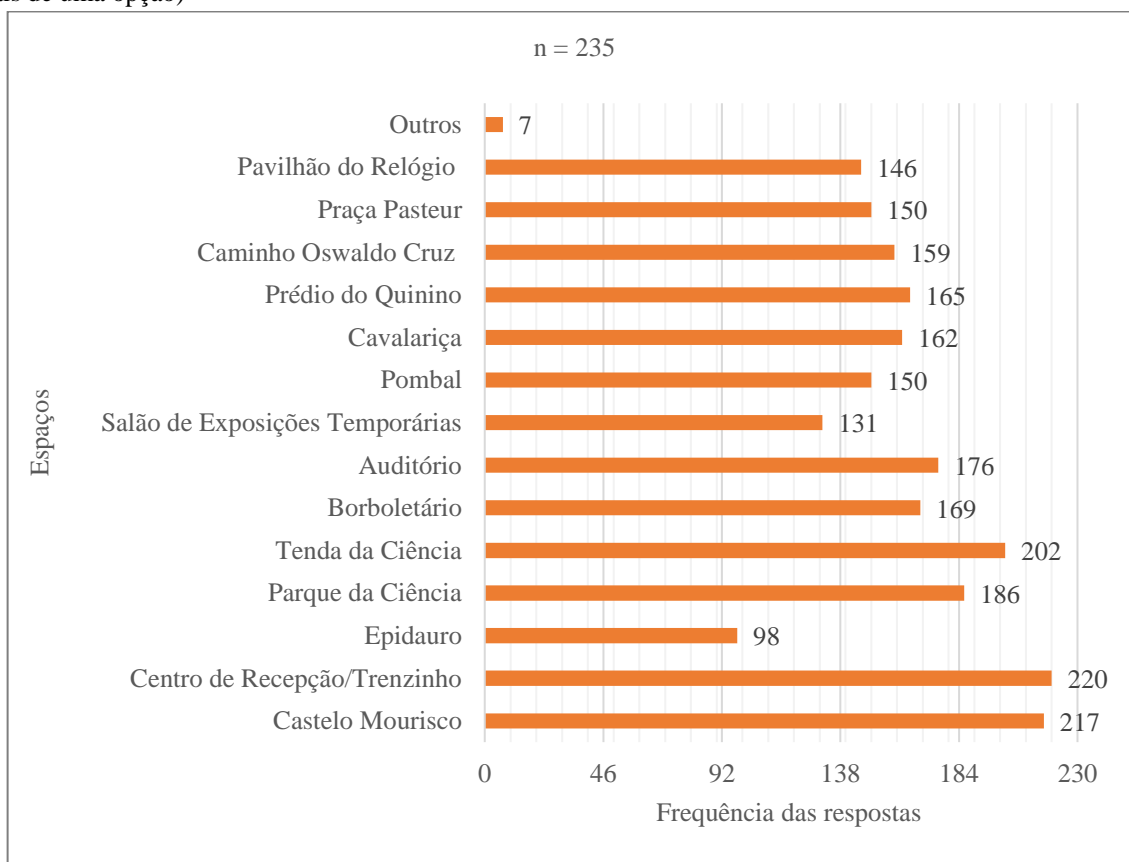
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os espaços do Museu que mais foram visitados pelos participantes da pesquisa foram: Centro de recepção/trenzinho (93,64%), Castelo Mourisco (92,37%) e Tenda da Ciência (86,02%). Estas respostas podem ser compreendidas a partir da configuração do próprio campus Manguinhos, no qual o trenzinho é o principal ponto de chegada e onde os visitantes são recebidos pela equipe do Museu da Vida. O Castelo Mourisco, que é o grande monumento do campus, com forte visibilidade e representação da identidade institucional, também é representado com elevado índice de visitação. Já a Tenda da Ciência é o local onde acontecem os espetáculos teatrais e, por isso, também acabam concentrando grande número de visitação.

É importante observar que o Prédio do Quinino e o Pavilhão do Relógio, apesar de não estarem integrados ao circuito de visitação do Museu da Vida atualmente, por representarem um valor arquitetônico e por fazerem parte da ambiência da Praça Pasteur, marcando presença nos arredores do Castelo Mourisco, acabam tendo boa representação nas experiências de visitação daqueles que possuem algum vínculo com a Fiocruz.

Por outro lado, os espaços que receberam menos votos, ou seja, os menos visitados do museu foram: a Sala de exposições temporárias (55,93%), que, conforme o seu próprio nome sugere, é um espaço que recebe diferentes exposições a partir de uma agenda, o e Epidauro (41,53%), que concentra atividades voltadas, principalmente, para as visitas escolares.

Gráfico 19: Quais espaços você conheceu durante a(s) sua(s) visita(s) ao Museu da Vida? (É possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ainda sobre as experiências de visitação, o questionário contou com duas perguntas para saber dos pontos que os participantes mais gostaram e os que menos gostaram. Como estas foram perguntas que previam um desconforto a respeito da exposição da opinião de cada um, elas não foram obrigatórias.

No que concerne às características que os participantes apontaram gostar mais (216 respostas), vale destacar a abordagem sobre os aspectos físicos e materiais, concentrando 40 respostas sobre a arquitetura, 9 sobre preservação e 6 sobre a conservação dos espaços. O local mais indicado foi o Castelo Mourisco, com 61 respostas, enquanto somente 11 pessoas citaram os demais espaços que fazem parte do circuito do Museu da Vida. Ademais, 14 pessoas usaram a palavra beleza para adjetivar os espaços e edifícios que fazem parte da visitação, 8 destacaram os espaços verdes e jardins e 4 observaram a paisagem como um ponto positivo.

Houve, ainda, grande reconhecimento dos aspectos históricos da visitação, somando 82 respostas sobre este quesito. As palavras tranquilidade, paz, memória, identidade e pertencimento, que indicam uma relação afetiva com esses espaços, apareceram em 8 respostas,

enquanto outras 7 falaram em aprendizado ou conhecimento como um dos aspectos positivos da visita. Sobre a equipe do Museu da Vida, 17 pessoas apontaram gostar da mediação e/ou receptividade.

Daqueles que responderam sobre os aspectos que menos gostaram de toda a experiência de visitação (92 no total), 24 participantes se manifestaram sobre algum espaço em específico, incluindo maiores citações a respeito do Pombal (14) e do Quinino (5). Outros 35 participantes se manifestaram sobre a infraestrutura do campus, apontando para a dificuldade de locomoção (10), principalmente para a falta de acessibilidade, para a degradação de alguns espaços (11), a falta de sinalização (4) e a falta de algumas atividades ao mesmo tempo em que alguns espaços estão subutilizados (10).

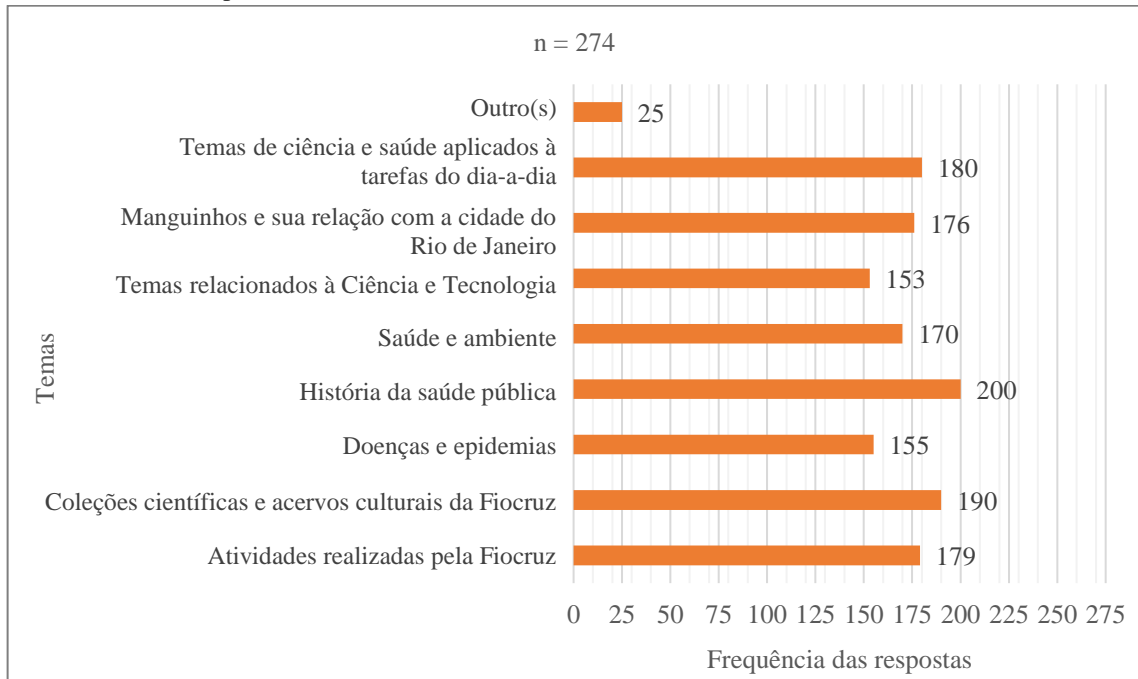
A respeito das experiências nos espaços expositivos, 32 pessoas opinaram. Destas, houve 12 respostas a respeito do tempo da visitação, 8 indicaram a falta de materiais explicativos sobre os ambientes e edifícios do circuito e outras 5 apontaram falhas em aspectos específicos das mediações, dentre outras indicações menos representativas.

Ainda sobre o Museu da Vida e especificamente sobre as exposições, todos os participantes foram perguntados sobre os temas que cada um tem interesse em ver nesses espaços, incluindo dentre as opções os mesmos temas que foram sugeridos no levantamento feito pela COC durante a elaboração do Plano de Requalificação do NAHM. Com base no relatório do Museu da Vida para analisar essas respostas, optou-se por adotar os seguintes eixos e temas de exposição:

- Institucional - Atividades realizadas pela Fiocruz, Coleções científicas e acervos culturais da Fiocruz;
- Ciências - Temas relacionados à Ciência e Tecnologia e Temas de ciência e saúde aplicados às tarefas do dia-a-dia;
- Saúde - Doenças e epidemias, História da saúde pública e Saúde e ambiente;
- Território - Manguinhos e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro;
- Outros.

Em relação aos eixos propostos, observa-se que aquele com maior média de votos foi o eixo sobre o território, com uma média de 176 indicações, enquanto o eixo institucional concentrou uma média de 120,5 indicações. O eixo da saúde foi o que menos recebeu votos, concentrando uma média de 77,67 indicações. Observando a expressividade de cada tema de maneira geral, nota-se que todos despertaram interesse e concorreram com frequência de respostas bastante próximas (gráfico 20).

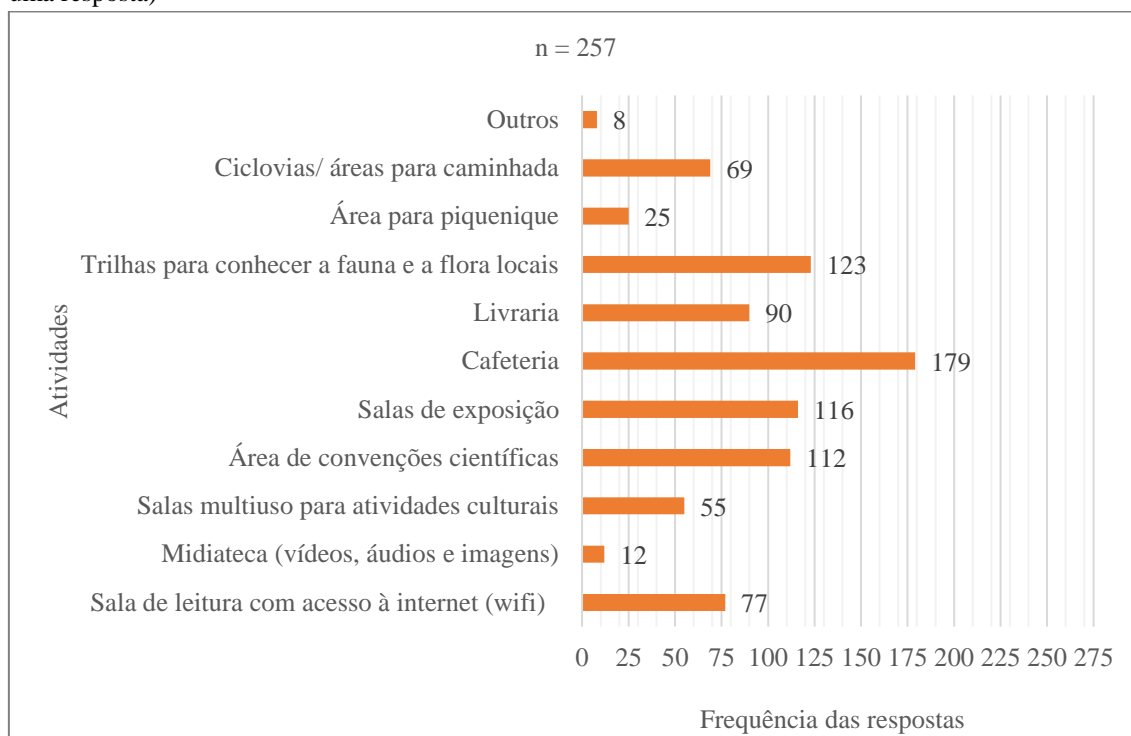
Gráfico 20: Que temas de exposição você teria interesse em ver nos espaços culturais de Manguinhos (É possível marcar mais de uma resposta)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As perguntas finais do questionário tinham como objetivo compreender como a comunidade interna interage com o campus Manguinhos como um todo e incluiu um campo aberto para o acolhimento de sugestões de melhorias. Quando perguntados sobre quais atividades costumam usufruir, as mais votadas foram a cafeteria, com 71% de incidência, e as trilhas, com cerca de 50% (gráfico a seguir). Ambas opções representam atividades que podem ser conciliadas com a rotina de trabalho ou estudo e acredita-se que, por isso, concentraram as maiores proporções. Por outro lado, aquelas com menores incidências foram a midiateca (4,76%) e a área para piquenique (9,92%) que, de fato, exigem um maior tempo de uso e experiência, e poucas vezes estão atreladas a alguma dinâmica de trabalho ou estudo.

Gráfico 21: Quais destas atividades você costuma utilizar no campus Manguinhos? (É possível marcar mais de uma resposta)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em relação às sugestões para atividades e melhorias, houve a participação de 168 pessoas. Para compreender este campo, optou-se por sistematizar as informações a partir de palavras-chave e agrupá-las nas seguintes temáticas:

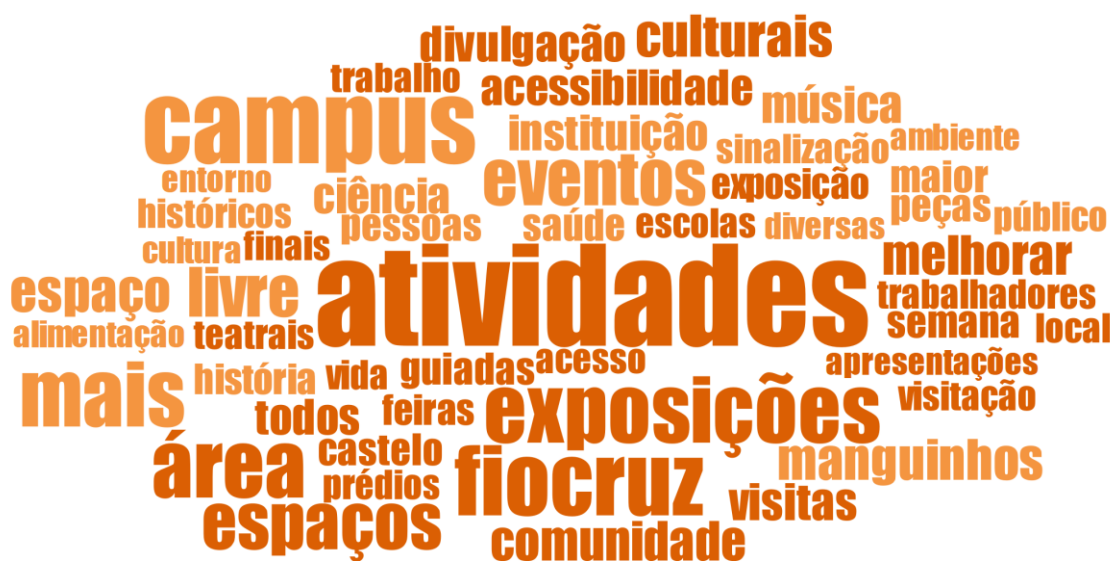
- Exposições, atividades, eventos;
- Infraestrutura – conjunto de elementos e estruturas que visam dar apoio a atividades e usos do campus. Inclui serviços de saneamento, tecnologia, mobilidade, energia, obras e reformas, entre outros;
- Ar livre – sugestões para áreas verdes, uso dos jardins etc.;
- Meio ambiente – relativo a medidas de preservação ambiental;
- Inclusão, participação – indicam medidas para promover inclusão e participação das pessoas (grupo determinado nas respostas).

Dentre o total de respostas, 43 pessoas sugeriram algo em relação à infraestrutura do campus Manguinhos, incluindo a criação de espaços, salas e áreas para usos específicos (6), serviços de telecomunicação (3), melhorias em acessibilidade (9), locomoção (7) – inclui propostas para a construção de ciclovias e o uso de bicicletas (5) e acesso de pessoas externas ao campus (2) – melhor sinalização (5), entre outros.

O número mais expressivo de respostas apareceu naquelas que utilizaram a palavra ‘atividade’ (69), apontando para uma necessidade de ampliar e diversificar a oferta atual. Dentre estas, foram incluídas variadas atividades culturais (31), envolvendo música, teatro, artes e cinema, além de atividades físicas (6) e feiras (3). Foram expressas, ainda, a promoção da inclusão e participação de trabalhadores e da comunidade Fiocruz (14), dos moradores de Manguinhos (10) e da sociedade (6) – totalizando 30 respostas que destacaram este viés social.

Ainda, 18 pessoas sugeriram eventos, 23 sugeriram temas ou melhorias para as exposições e outras 16 pessoas sugeriram melhorias para as áreas verdes, dentre infraestrutura, eventos, circuitos expositivos e atividades diversas aproveitando os jardins e os espaços ao ar livre. Houve sugestões, ainda, relacionadas a melhor divulgação das atividades culturais para os trabalhadores e para a sociedade (10), melhorias e ampliação da visita guiada (9), e aumento da oferta de horários para realizar as atividades diversas, incluindo os finais de semana (9).

Figura 17: Nuvem de palavras sobre a sugestão de melhorias – comunidade interna da Fiocruz.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Reforçando o que foi analisado através da sistematização dos dados, a nuvem representada na imagem acima nos mostra que a palavra ‘atividades’ foi a que mais sobressaiu em relação às demais e indica a presença de sugestões e melhorias concentrada nessa temática – na proposta de atividades diversas. As palavras ‘campus’ e ‘Fiocruz’ aparecem reforçando a necessidade de expandir geograficamente a realização de atividades, eventos e exposições,

concentradas, muitas vezes, nas áreas do Museu da Vida, o que colaboraria para envolver e incluir mais trabalhadores, estudantes e bolsistas de unidades mais distantes.

2.5. A Participação dos Moradores do Território

A relação entre a Fiocruz e os moradores do território certamente se modificou ao longo dos anos. Se durante o período em que a instituição se instalou no bairro vimos a origem da ocupação local resultar, dentre outros motivos, de uma demanda de moradia de seus trabalhadores, hoje, já se tratando de um território consolidado de maneira heterogênea, é a instituição que absorve parte de seus moradores a partir de políticas sociais nos campos do trabalho, cultura, educação, saúde etc.

Pensando no acervo arquitetônico institucional do NAHM, vimos que este representa uma identidade e marca o período de consolidação da Fiocruz. Para o entorno, por conta da grande absorção da mão-de-obra local pela instituição e dos programas educativos e culturais direcionados para esta população, além de se destacar visualmente na paisagem predominantemente marcada por construções precárias, a arquitetura neomourisca do Castelo é reconhecida como parte de sua identidade. Para os moradores de Manguinhos, a região é reconhecida, inclusive, como “a única favela que possui o seu próprio castelo”⁴⁷, mas fica o questionamento: Como é a relação entre o patrimônio do NAHM e essa população?

A escolha dessa população para compor o grupo externo foi feita com base na estreita relação entre a instituição e os moradores de Manguinhos e, ademais, nos estudos de público dos Cadernos do Museu da Vida, principalmente a respeito do período entre 2009 e 2015, assim como no mais recente trabalho sobre a região de influência do Museu da Vida publicado em 2020 (BEVILAQUA et al., 2020).

A última publicação desses cadernos (MANO et al., 2015) apresenta alguns dados referentes a cinco atividades diferentes oferecidas pelo museu, mas o presente estudo valeu-se daquelas relativas às exposições e ao circuito de visitação, já que ocorreram nos espaços do Castelo Mourisco e da Cavalaria, e aos eventos, já que utilizaram os espaços da Praça Pasteur e promoveram a visitação aos edifícios do núcleo NAHM. Também foi pertinente considerar somente as visitas presenciais não agendadas, chamadas também de espontâneas, que

⁴⁷ Essa frase foi dita por uma moradora durante a conferência Fiocruz de Memórias, realizada em 2019 pela Casa de Oswaldo Cruz.

acontecem aos finais de semana. As visitas agendadas, que eram realizadas entre segunda e sexta-feira, concentravam maioria em grupos escolares (85%), predominando a faixa etária infanto-juvenil (MANO et al., 2015, p.30), características que não fizeram parte do escopo desta pesquisa.

Em suma, o que se observa no aspecto geográfico desses estudos é que a Zona Norte concentrou os maiores índices relativos à procedência dos visitantes entre o período de 2009 a 2013 (ibid., p.33) e se consolida, atualmente, como a região de influência do museu (BEVILAQUA et al., 2020). Como a pesquisa deseja realizar um diagnóstico sobre os moradores das proximidades, sendo vinculada epistemologicamente ao conceito de território e de lugar, considerando as informações coletadas e a viabilidade para a sua realização, foram delimitados os seguintes bairros como recorte de interesse e de aplicação dos questionários: Manguinhos, Benfica, Maré, Bonsucesso, Higienópolis, Maria da Graça, Jacarezinho, Jacaré e Caju (total 9 bairros).

Figura 18: Mapa de delimitação da área de estudo (Fiocruz marcada com estrela vermelha).



Fonte: Adaptado pela autora, 2021. Base: Google Maps.

Todos esses bairros integram a Zona Norte do Rio de Janeiro, fazendo parte da região de influência do Museu da Vida, e se articulam entre si e entre a Fiocruz. Compreendem diferentes áreas de favelas, como o próprio Complexo de Manguinhos além do Complexo da

Maré, do Jacaré e Jacarezinho, configurando-os enquanto territórios vulnerabilizados social e ambientalmente.

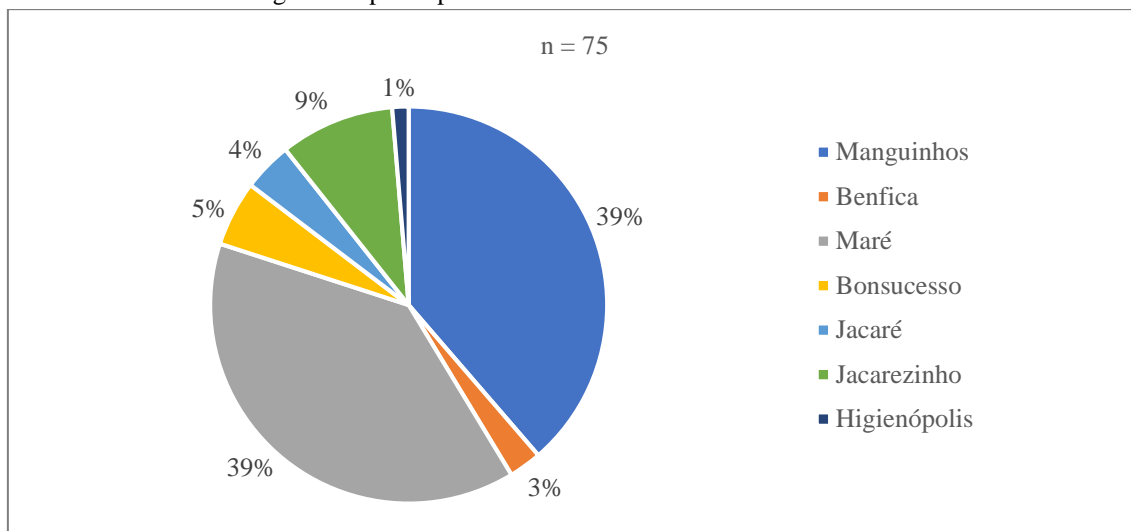
Os grupos organizados de Manguinhos e da Maré foram identificados primeiramente, com ajuda do GT do NAHM, do DPH e de outros trabalhadores da instituição que já possuem diálogo com os moradores desses territórios. Além destes, outros grupos das demais localidades também foram identificados, principalmente a partir da interlocução com os próprios atores do território e a partir das redes sociais, o que possibilitou a organização de uma lista de contatos e a adoção de diferentes estratégias de divulgação.

O contato com os grupos organizados do território foi importante para esclarecer a pesquisa e para promover a maior divulgação do link do questionário. Este contato inicial, individual ou coletivo, e o envio do link ocorreu por meio de mensagens pela web, utilizando e-mail ou por aplicativos de comunicação como o WhatsApp, Facebook e Instagram para ampliação do seu alcance. Para facilitar o entendimento da pesquisa e da importância da participação de cada um, foi elaborado um site e um perfil no Instagram que continham os devidos esclarecimentos, incluindo vídeos e imagens explicativos (Apêndice 4).

Esta etapa de divulgação e disponibilização do questionário para os moradores do território iniciou em dezembro de 2020 e foi concluída em maio de 2021, somando um total de 75 respostas válidas. Este número alcançado não representa estatisticamente a população do recorte da pesquisa, o que significa que não poderemos generalizar os resultados obtidos. Ainda assim, esses resultados representam um importante esforço na tentativa de compreender essa população e de incentivar reflexões acerca do problema levantado no presente trabalho.

No que concerne ao perfil dos participantes, observa-se que estes são, principalmente, moradores dos bairros de Manguinhos e Maré, alcançando 29 respondentes em cada (39%). Os bairros de Benfica, Bonsucesso, Jacaré, Jacarezinho e Higienópolis concentraram poucos respondentes e os bairros de Caju e Maria da Graça não obtiveram participantes (gráfico 22).

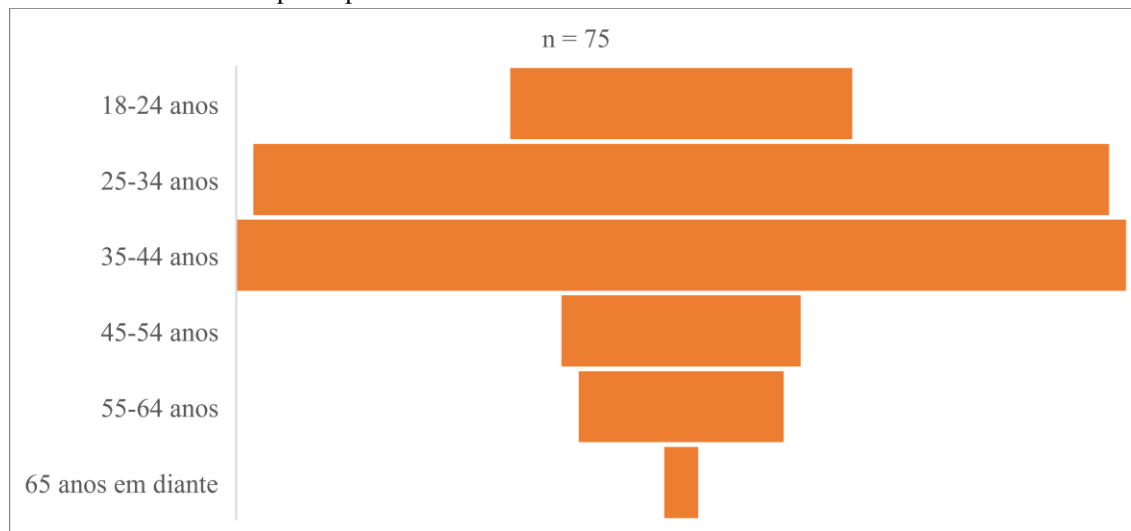
Gráfico 22: Bairro de origem dos participantes moradores do território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

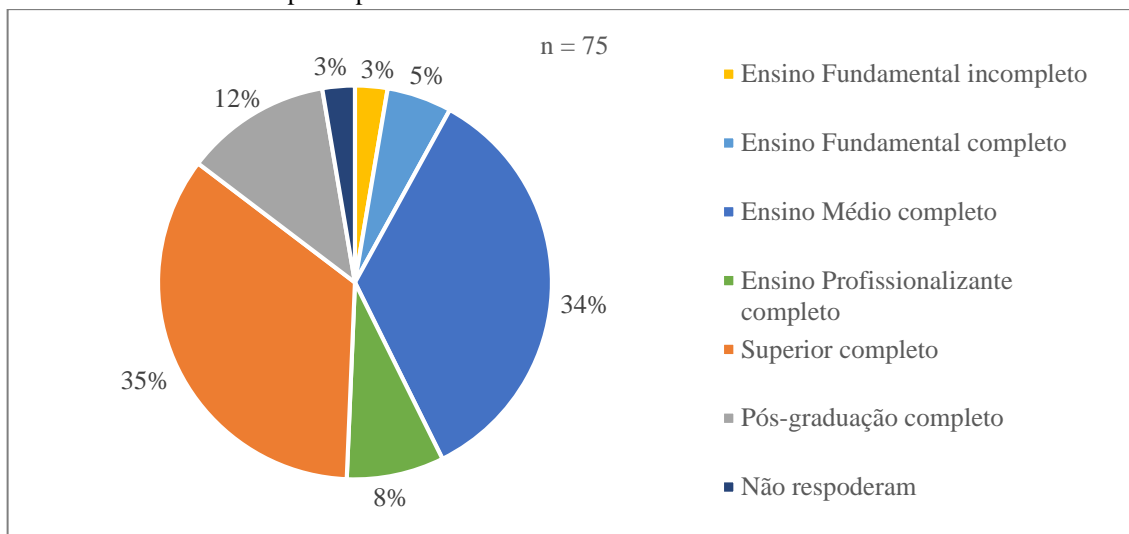
A faixa etária predominante deste grupo está entre 25 e 44 anos, somando 68% (gráfico 23), e, em relação à escolaridade, quase 50% dos participantes indicaram que possuem alguma graduação ou pós-graduação (gráfico 24). E, ainda, aproximadamente 37% dos participantes moradores do território acumulam essas duas características. Esse perfil observado na pesquisa pode estar relacionado ao uso de plataformas online tanto para divulgação quanto para aplicação do questionário, atingindo pessoas mais jovens e de escolaridade mais elevada.

Gráfico 23: Faixa etária dos participantes moradores do território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

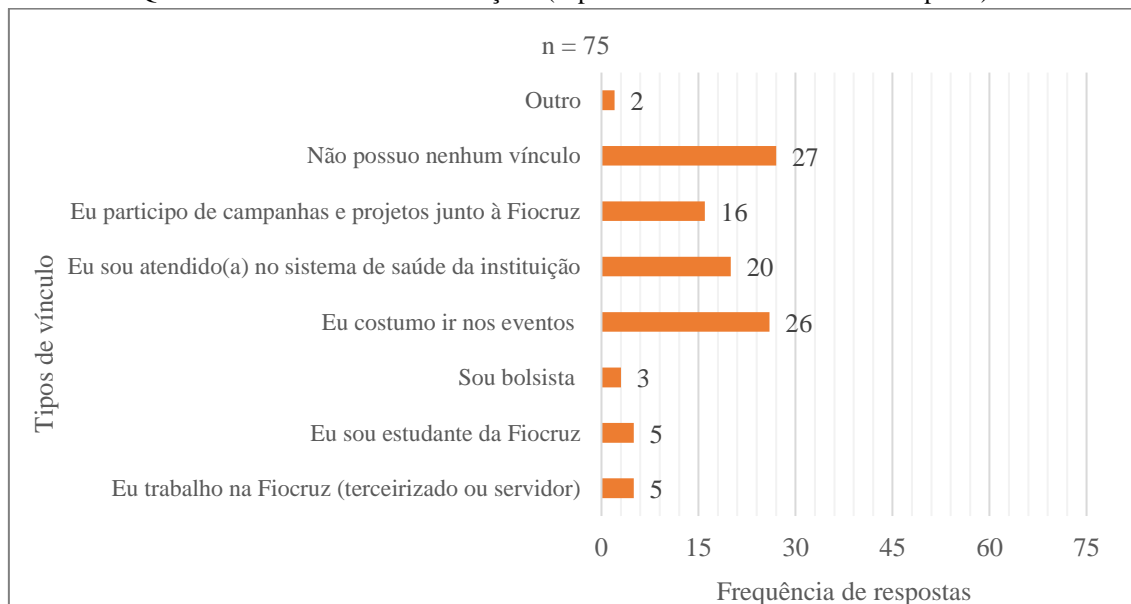
Gráfico 24: Escolaridade dos participantes moradores do território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A respeito da relação dos participantes com a Fiocruz, observa-se que 27 deles apontaram não possuir nenhum vínculo com a instituição, enquanto os demais alegaram acessar os seus espaços de alguma forma: participando de eventos (26), sendo atendido pelo sistema de saúde (20), participando de campanhas e projetos (16), como trabalhador ou estudante (5 respostas cada item), como bolsista (3) e outros (2).

Gráfico 25: Qual o seu vínculo com a instituição? (É possível marcar mais de uma resposta)

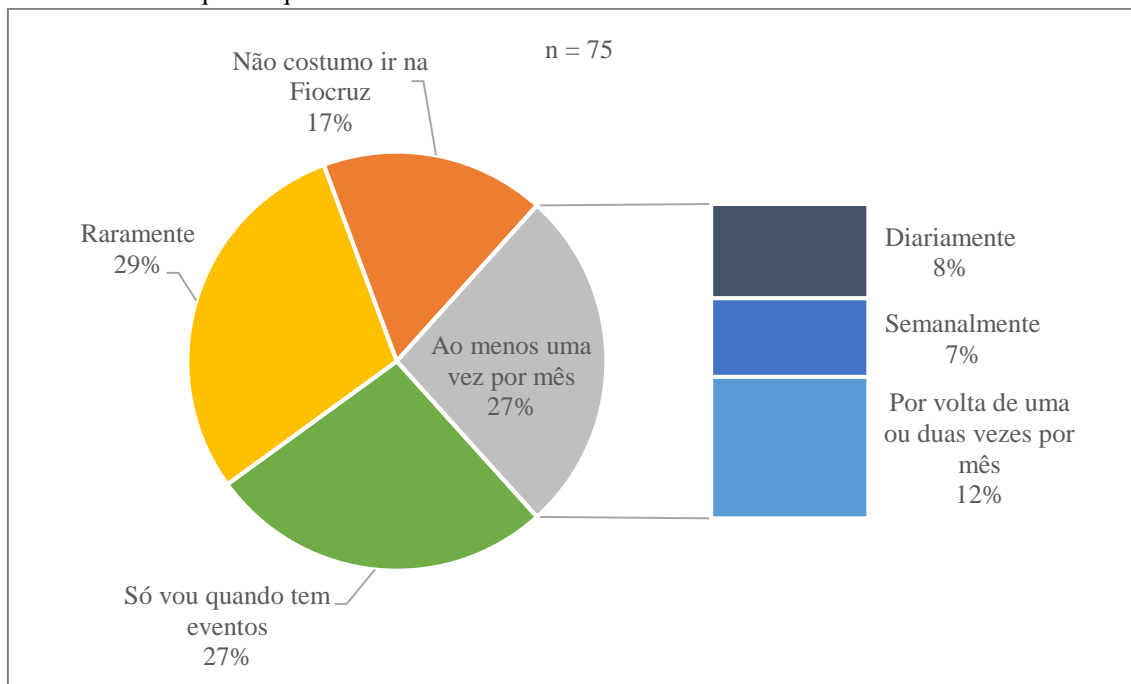


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A frequência com que eles indicaram acessar a instituição é bastante variável, conforme pode ser observado no gráfico a seguir. Mas é possível destacar três grandes grupos: os

participantes que vão ao menos uma vez por mês, os que vão somente quando tem eventos e os que vão raramente, concorrendo com percentuais similares em cada um (um pouco menos de 30%). Ainda, cerca de 17% indicou que não costumam ir à instituição (gráfico 26).

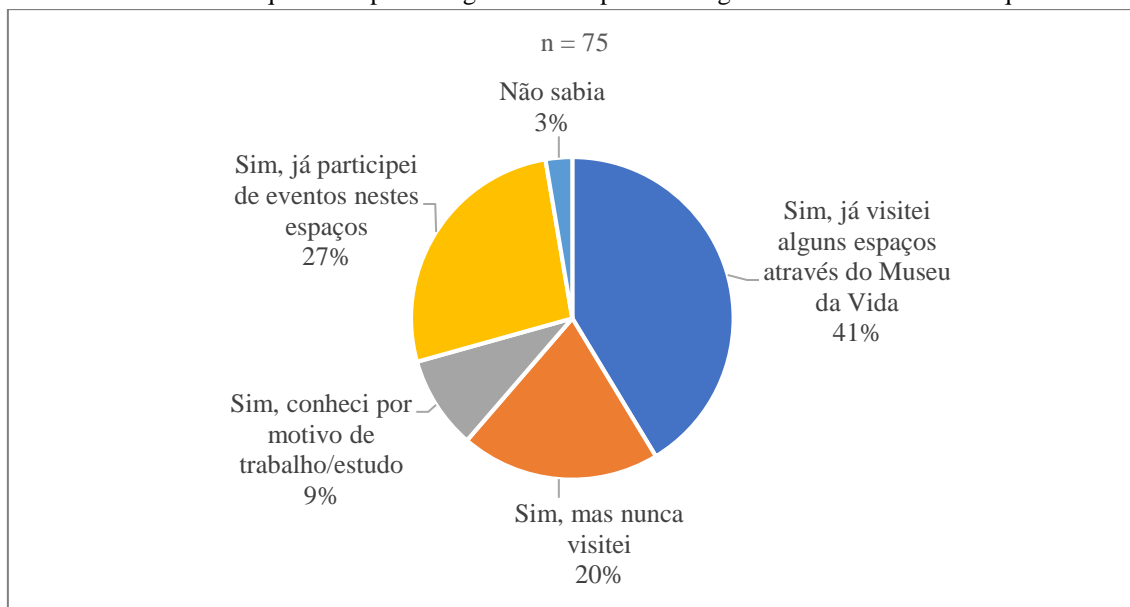
Gráfico 26: Com qual frequência você vai à Fiocruz?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Quando perguntados se sabiam que a Fiocruz campus Manguinhos possui prédios de grande valor histórico e arquitetônico, quase a totalidade dos participantes respondeu que sim (97%). Para este grupo, a visitação através do Museu da Vida e a participação em eventos são os principais meios de aproximação com esses espaços, concentrando 41% e 27% das respostas respectivamente, característica que já se esperava. Por outro lado, 15 respondentes ainda não realizaram nenhuma visitação (20%) (ver gráfico abaixo).

Gráfico 27: Você sabia que o campus Manguinhos tem prédios de grande valor histórico e arquitetônico?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Parte dos respondentes também indicou já ter se envolvido em algum projeto ou curso nos espaços do NAHM (20 moradores) e em programas oferecidos pela Oficina-Escola de Manguinhos ou pelo Museu da Vida (13 moradores). Estas também são experiências inclusivas que promovem o uso e acesso ao conjunto histórico-cultural NAHM. A distribuição e interseção desses grupos podem ser observadas no gráfico a seguir.

Gráfico 28: Participação em projetos pelos moradores do território.

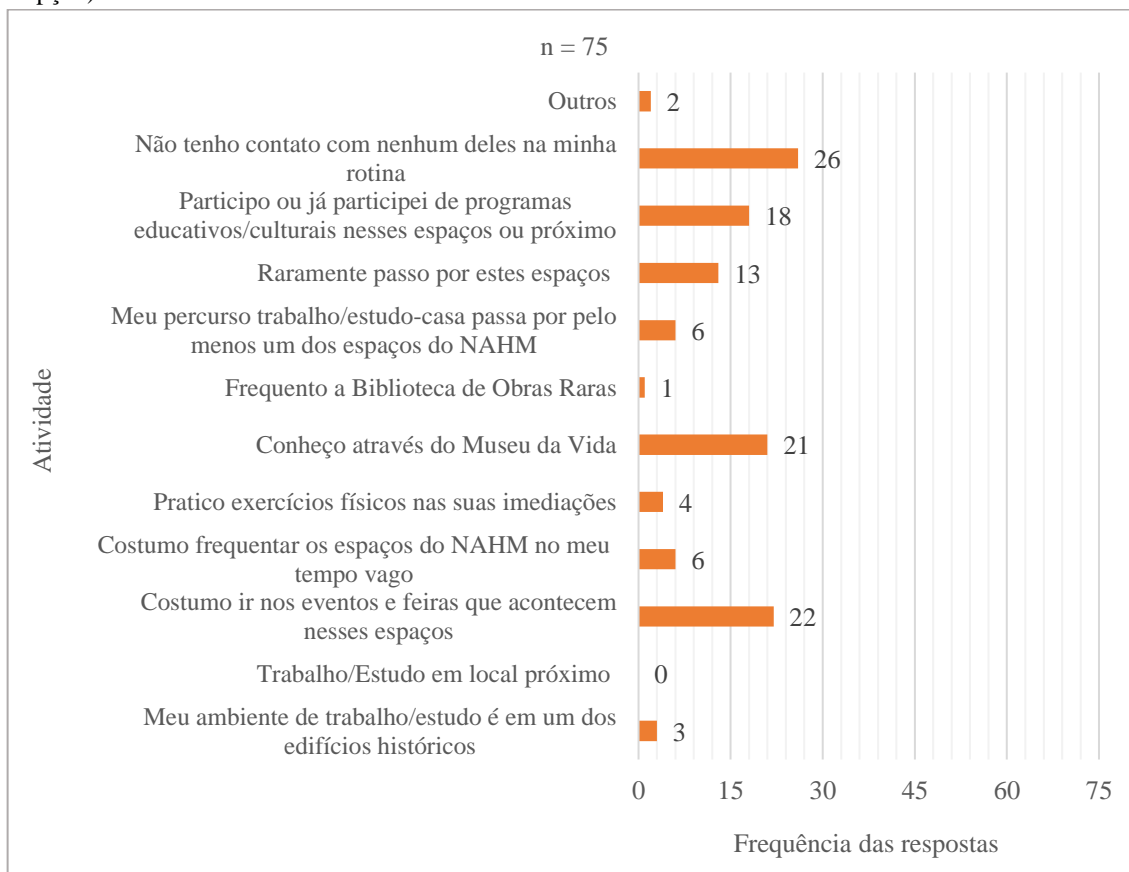


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As perguntas seguintes do questionário foram específicas sobre o núcleo arquitetônico NAHM e tinham o objetivo de avaliar a intensidade com que cada respondente se relaciona com esse patrimônio cultural, se conhecem o seu Plano de Requalificação e a opinião de cada

um sobre as suas propostas. Em pergunta específica sobre a relação cotidiana com o NAHM, a maioria dos participantes indicou não ter contato no seu dia-a-dia (26 respostas). Mais uma vez, houve grande concentração de respostas nas opções relativas ao Museu da Vida e aos eventos e feiras que acontecem nesses espaços, assim como a indicação de participação em programas ou projetos no local.

Gráfico 29: De que maneira os espaços do NAHM estão inseridos no seu dia-a-dia? (É possível marcar mais de uma opção).



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ainda investigando a relação que se expressa entre os participantes moradores do território e os espaços do NAHM, optou-se, mais uma vez, em compreender este ponto através da categorização em *relação próxima*, quando o participantes estabelece um contato frequente ou diário, e *relação distante*, quando há pouco ou nenhum contato rotineiro. Esta categorização obedeceu a alguns critérios, com algumas opções similares ao que foi realizado para o grupo da comunidade interna da Fiocruz, conforme itens a seguir:

- 1) Relação próxima/contato frequente ou diário = Meu ambiente de trabalho/estudo é em um dos edifícios históricos, Meu percurso trabalho/estudo-casa passa por pelo menos

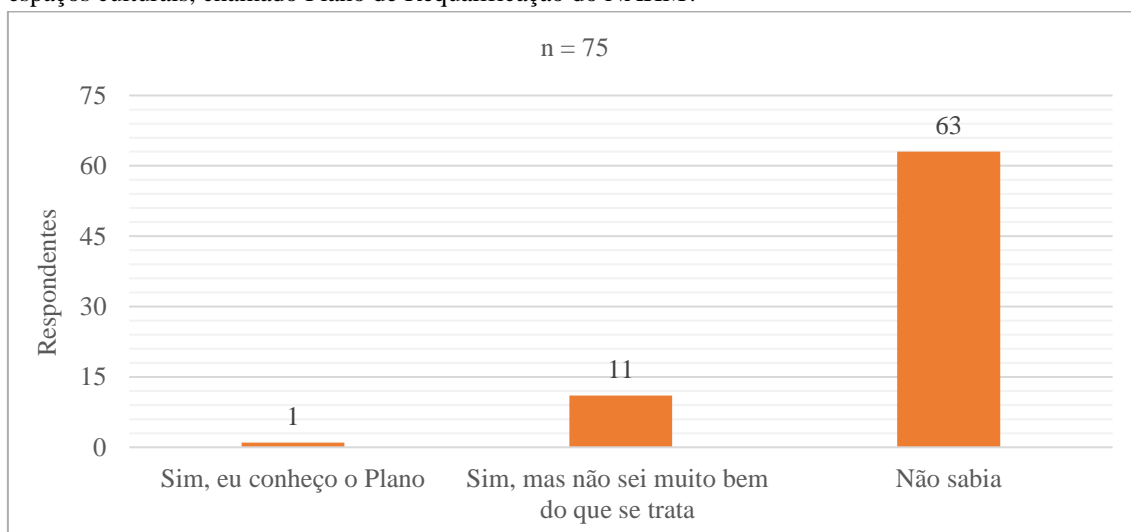
um dos espaços do NAHM, Costumo frequentar os espaços do NAHM no meu tempo vago, Pratico exercícios físicos nas suas imediações;

- 2) Relação distante/pouco ou nenhum contato na rotina = Conheço através do Museu da Vida; Costumo ir aos eventos e feiras que acontecem nesses espaços; Não tenho contato com nenhum deles na minha rotina; ou Raramente passo por estes espaços.
- 3) Pessoas que indicaram três ou mais atividades quaisquer são compreendidas como relação próxima/contato frequente com o NAHM;
- 4) Pessoas que trabalham/estudam em local próximo podem ser: próximas se acumularem mais atividades (pelo menos mais uma, sem ser o Museu da Vida); ou distantes se não acumularem mais nenhuma atividade (ou se só acumularem a opção de conhecer através do Museu da Vida);
- 5) Analisar caso a caso quando a resposta for Outros;
- 6) Participo ou já participei de programas educativos/culturais nesses espaços ou próximo: quando associado a pelo menos mais uma opção indica relação próxima; se não acumular mais nenhuma atividade representa relação distante;
- 7) A única pessoa que frequenta a Biblioteca de Obras Raras faz tantas outras atividades, logo tem relação próxima.

Aqueles que se enquadram nas condições da opção 1 são aqueles que manifestam um contato diário ou com certa frequência, em repetidos momentos, somando 19 respondentes. Aqueles que acumulam diferentes atividades também são compreendidos como próximos por representarem uma apropriação diversificada (concentração de 16 respondentes). De maneira geral, esta categorização gerou como resultado: 52 respondentes que representam uma relação distante com o NAHM e 23 que representam uma relação próxima. Ou seja, é possível observar que a maior parte do grupo de moradores externos que participou da pesquisa não mantém um contato frequente ou cotidiano com o NAHM, participando apenas de atividades esporádicas.

Quando perguntados se sabiam que a Fiocruz está realizando um projeto para melhorar e ampliar o acesso público aos seus espaços culturais, chamado Plano de Requalificação do NAHM, aproximadamente 83% dos respondentes indicaram que não. A concentração da resposta negativa pode ser compreendida pela escassez de estratégias de divulgação do plano, até o momento, voltadas para este grupo.

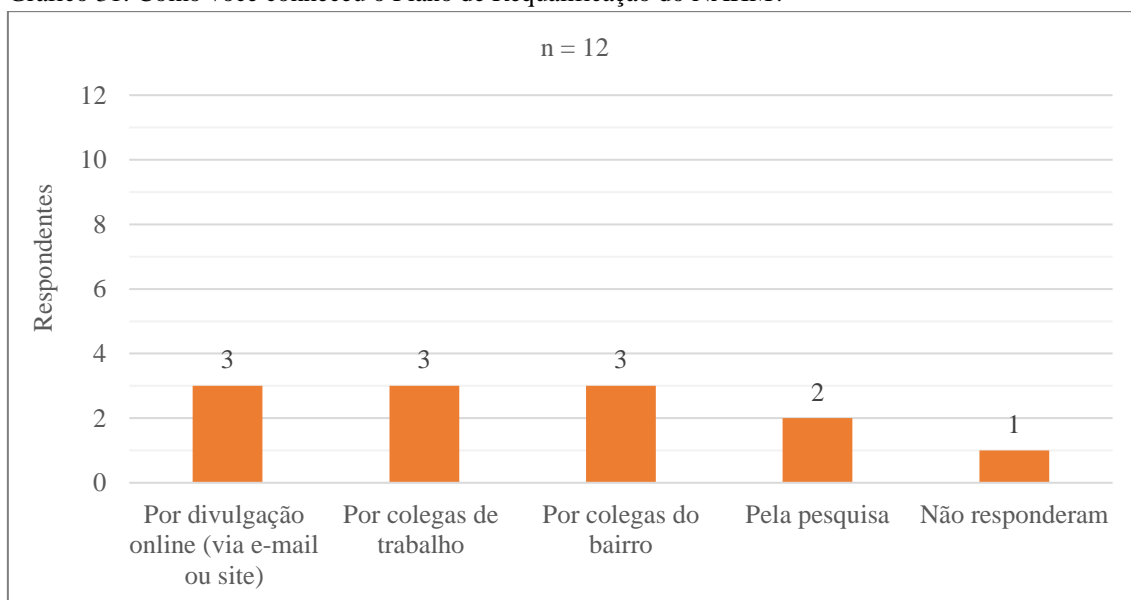
Gráfico 30: Você sabia que a Fiocruz está realizando um projeto para melhorar e ampliar o acesso público aos seus espaços culturais, chamado Plano de Requalificação do NAHM?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Dentre os que sabem que o Plano do NAHM está sendo implementado, nota-se que houve uma distribuição semelhante entre aqueles que indicaram ter conhecido por divulgação online, por colegas de trabalho e por colegas do bairro (ver gráfico 31). Cabe destacar a representação da presente pesquisa na comunicação deste plano, somando 2 indicações.

Gráfico 31: Como você conheceu o Plano de Requalificação do NAHM?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

No que concerne à opinião deste grupo sobre as sete áreas propostas no documento de referência, — que correspondem a reorganização dos espaços de trabalho, a novos espaços para atividades de divulgação científica, a áreas de convívio, melhoria da infraestrutura para eventos

técnico-científicos, representação política da instituição, ampliação do acesso público nas áreas e edificações históricas e a ampliação da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência — os respondentes, de maneira geral, indicaram possuir expectativas boas e muito boas.

Para que fosse possível compreender os conhecimentos do grupo a respeito do objeto, assim como foi adotado para os respondentes da comunidade interna da Fiocruz, optou-se por incluir uma pergunta aberta na qual os respondentes poderiam descrever brevemente o seu entendimento a respeito do plano de requalificação. Este campo do questionário foi respondido por aqueles que marcaram ter ouvido falar do plano e contou com 11 preenchimentos (um dos respondentes não preencheu este campo). Estes dados foram analisados, codificados e agrupados, de acordo com a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo.

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) compreende os participantes da pesquisa enquanto falantes individuais que representam uma coletividade e pode ser adotada para analisar questões qualitativas com pouca incidência de respostas. Segundo Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre (2006; 2014), um indivíduo é capaz de expressar as opiniões compartilhadas pela coletividade na qual ele está inserido, onde as suas relações sociais com o meio e com demais sujeitos influenciam na sua história e formação cultural e, portanto, no seu discurso.

Para a aplicação deste método, é necessário analisar cada resposta a partir de expressões-chave, considerando a compreensão das ideias centrais e a proporção com que essas respostas aparecem. Segue o resultado desta análise:

Pergunta: O que você sabe e entende sobre o Plano? Por favor, descreva brevemente.

Sujeito 1: Estou um pouco atrasada por conta da pandemia, não me aprofundei nas informações.

Sujeito 2: Não entendo sobre o plano.

Sujeito 3: Não entendi direito ainda.

Sujeito 4: Entendo que uma pesquisa, e seu intuito é ampliar a participação/ visitação nos espaços culturais da Fiocruz.

Sujeito 5: Muito importante.

Sujeito 6: Todos as edificações e espaços tem projetos para modernização e readequação dos espaços para o público.

Sujeito 7: Pelo que entendi, é revitalização e adaptação dos espaços para visitação do público do entorno. Provendo acessibilidade, atividades e exposições voltadas para público das comunidades.

Sujeito 8: Entendo que a proposta do Plano é de possibilitar uma ressignificação para o conjunto histórico do campus.

Sujeito 9: Tomei conhecimento nesse exato momento respondendo a pesquisa.

Sujeito 10: Não muita coisa.

Sujeito 11: Que servirá para ampliar a inclusão social e cultural.

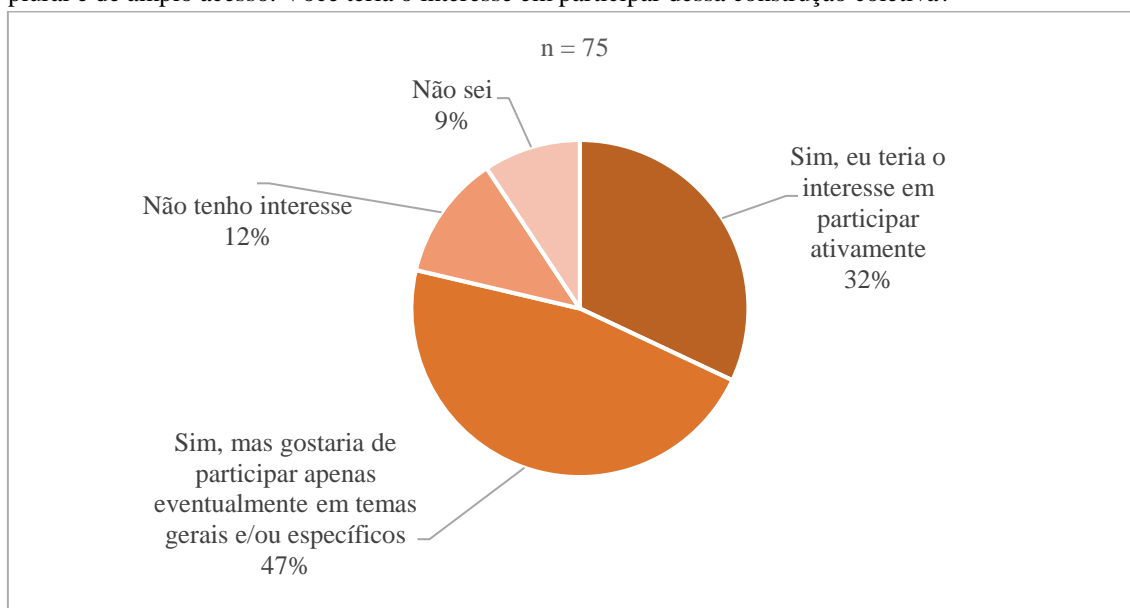
Frase que sintetiza o Discurso do Sujeito Coletivo:

Ainda não entendi direito. Entendo que a proposta busca ressignificar, revitalizar e readequar os espaços para ampliar a visitação do público e a inclusão social e cultural.

A frase formada pela adoção desta metodologia representa, apesar de ser construída em primeira pessoa do singular, uma pessoa coletiva e, neste caso, o grupo de moradores que ouviu falar do Plano de Requalificação do NAHM. Observa-se que este grupo indicou compreender o objetivo do plano de ampliar a participação do público nesses espaços e de promover a inclusão social e cultural, mas ainda não possuem clareza de como ou quais são as medidas realizadas para alcançá-lo.

A pergunta seguinte buscou avaliar se o grupo de moradores do território possui interesse em participar do processo de construção coletiva das propostas deste plano e foi direcionada a todos os participantes. O gráfico a seguir nos mostra a distribuição das respostas. É possível perceber que grande parte dos respondentes manifestaram interesse positivo (quase 80%), com maior concentração para a participação eventual ou específica (47%). Vale destacar que este grupo de externos à Fiocruz expressou em maior proporção o interesse em participar ativamente dessa construção coletiva do plano em relação ao grupo de respondentes da comunidade interna (rever gráfico 13, p.89).

Gráfico 32: O Plano de Requalificação do NAHM prevê a participação das pessoas para construir um ambiente plural e de amplo acesso. Você teria o interesse em participar dessa construção coletiva?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

É possível dizer que os moradores do território que mais se relacionam com o NAHM são também os que mais ouvem falar sobre o seu plano de requalificação? A respeito desta hipótese, não foi possível realizar a testagem de correlação entre as suas variáveis, pois a quantidade de participantes que indicaram não conhecer o plano é bastante elevada e não atende ao critério de distribuição apontado por Gil (2008, p.165).

Cabe questionar, entretanto, se aqueles que estabelecem uma relação mais próxima com o NAHM são os que mais se interessam em participar ativamente da sua construção coletiva. A aproximação dos moradores do território com o NAHM na sua rotina influencia no seu interesse em participar ativamente da construção de propostas para esses espaços?

Para esta testagem foram adotadas as categorias de relação próxima e relação distante, conforme descrição em texto anterior, e foi necessário criar duas categorias em relação ao interesse em participar do plano de requalificação do NAHM, separando-as em ‘Gostaria de participar ativamente’ e ‘Não gostaria de participar ativamente do plano’. A partir desta dicotomização e da verificação do requisito de representação mínima, foi possível continuar a análise da hipótese. O produto desse processo pode ser representado a partir da tabela a seguir:

Tabela 2: Distribuição dos participantes nas categorias de relação com o NAHM e de interesse em participar do seu plano – grupo de moradores do território.

Relação com o NAHM \ Participar do Plano	Gostaria de participar ativamente	Não gostaria de participar ativamente do plano	Total
Relação próxima	A= 9	B= 14	23
Relação distante	C= 15	D= 37	53
Total	24	51	75

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Aplicando-se a fórmula:

$$Q = \frac{AD - BC}{AD + BC} = \frac{(9 \times 37) - (14 \times 15)}{(9 \times 37) + (14 \times 15)}$$

$$\text{Logo } Q = \frac{333 - 210}{333 + 210} = + \mathbf{0,22}$$

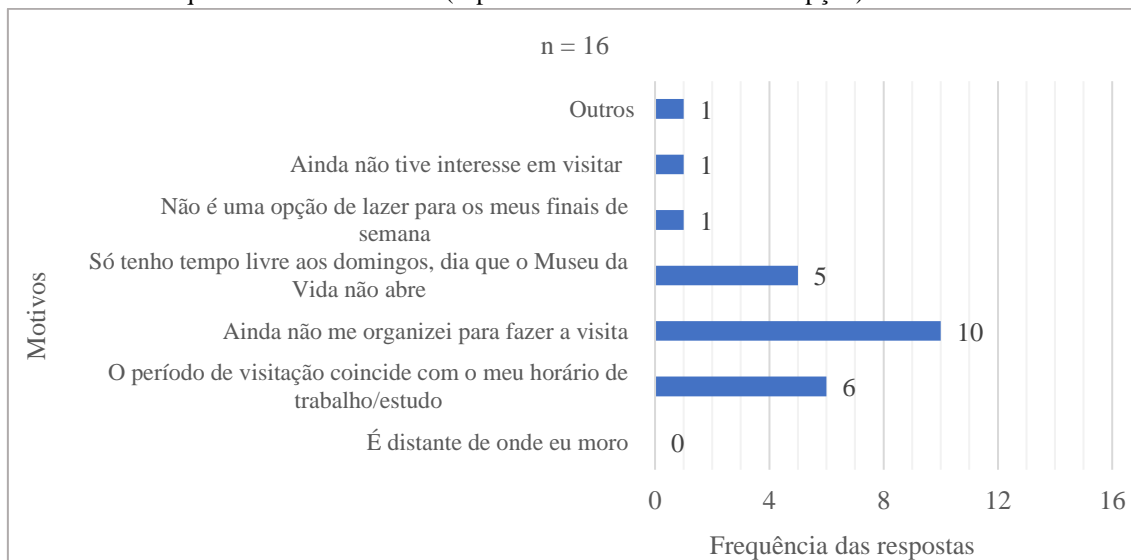
Com base na tabela própria desta metodologia (Anexo 2), esse coeficiente indica uma correlação positiva baixa. Ou seja, pode-se dizer que os participantes com contato mais frequente e relação mais próxima com o NAHM tendem a se interessar em participar ativamente do seu Plano de Requalificação. Por outro lado, esta é uma verificação que perde força quando analisamos o grupo de respondentes que expressa ter uma relação distante com o NAHM, mas ainda assim tem interesse em participar ativamente da construção das propostas do seu plano. Logo, o que se pode observar com maior veemência é que cerca de $\frac{1}{3}$ dos participantes gostaria de participar de maneira ativa desse processo.

O bloco seguinte de perguntas buscou analisar as experiências dos moradores do território em relação ao Museu da Vida. Quando perguntados se conhecem o museu, 51 respondentes disseram já ter visitado (68%), enquanto apenas 8 indicaram que não o conhecem (11%). Outros 16 participantes revelaram conhecer o museu, mas ainda não o visitaram. Essa configuração indica que, ainda que muitos moradores do território não estabeleçam uma relação diária ou frequente com o NAHM, conforme foi analisado anteriormente, a maioria deles já conheceu alguns de seus espaços através do Museu da Vida.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, a maioria daqueles que conhecem, mas não visitaram o museu, não o fizeram, pois ainda não se organizaram (62,5%). Ainda assim, a ausência deste grupo está ligada principalmente às condições de sua rotina, com apontamentos

para a coincidência do período de visitação com o horário de trabalho ou estudo (37,5%) e para a disponibilidade dos respondentes em visitar o museu somente aos domingos, dia da semana em que ele não abre (quase 32%).

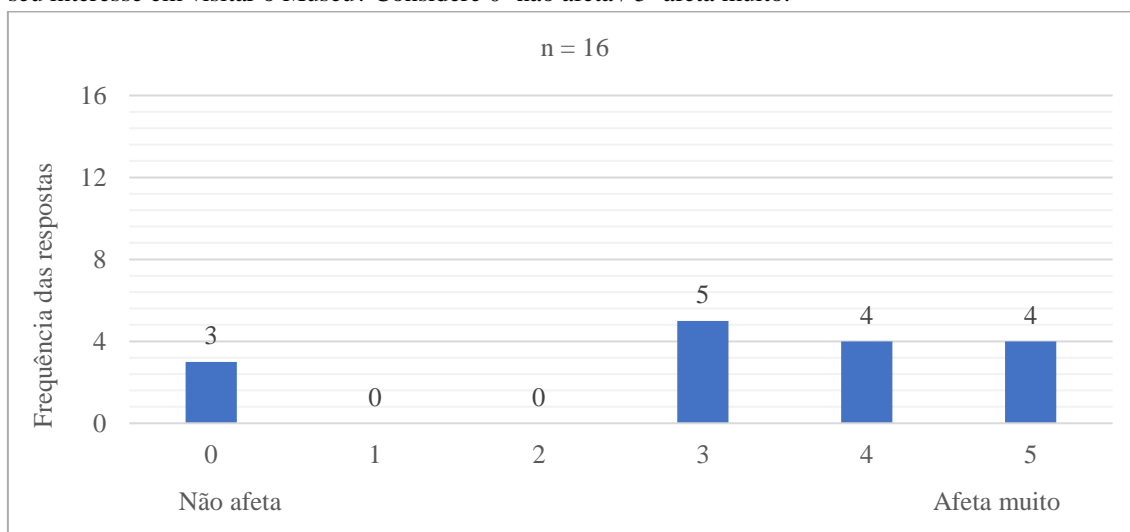
Gráfico 33: Por que você nunca visitou? (É possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

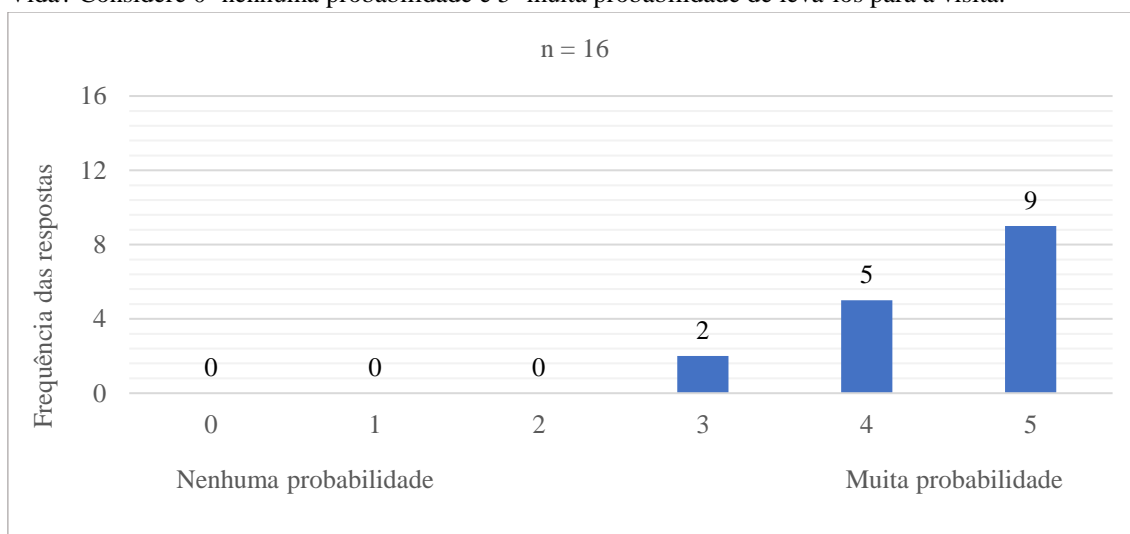
Esse grupo foi encaminhado para mais duas questões específicas, a fim de compreender o interesse e a possibilidade de cada um em visitar o Museu da Vida futuramente. Considerando uma avaliação de 0 a 5 em relação ao interesse em visitar o museu sabendo que os espaços do NAHM fazem parte do seu circuito, observou-se uma distribuição de avaliações entre 3 e 5, com uma média calculada de 3,19, mediana de 3,5 e desvio padrão de 1,70. Quando perguntados sobre a probabilidade de levar familiares e/ou amigos para a visitação, nota-se que houve uma concentração de respostas no valor máximo, indicando uma alta probabilidade de realizar as visitas acompanhados. A média calculada para este caso foi de 4,44, mediana 5,00 e desvio padrão de 0,70.

Gráfico 34: Os espaços históricos do NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. Essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Gráfico 35: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar o NAHM e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade e 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.



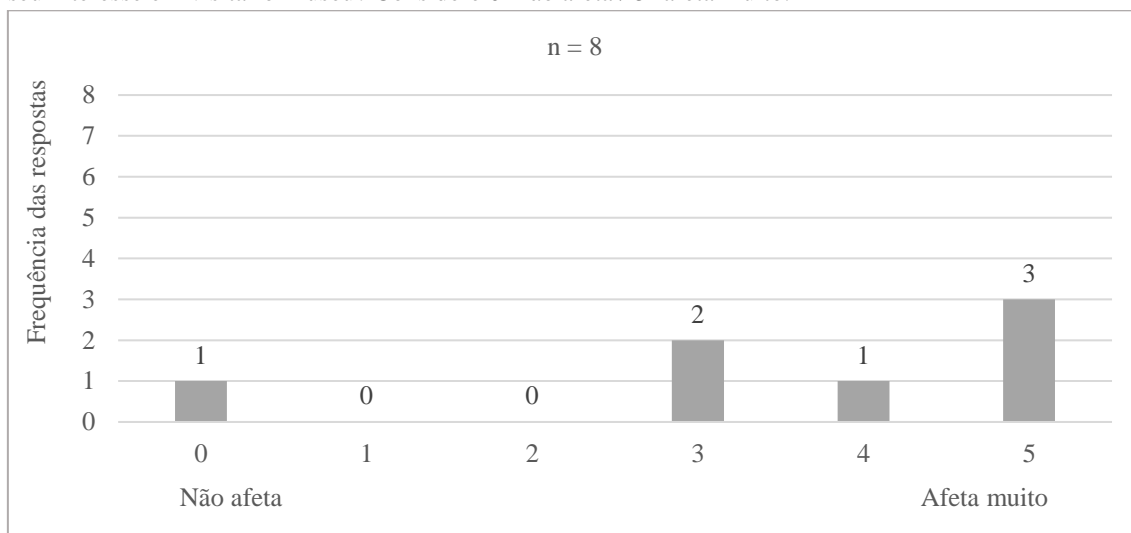
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Aqueles que não conhecem o Museu da Vida foram conduzidos a outras perguntas com o intuito de avaliar o seu interesse em visitá-lo (11% dos participantes). De maneira geral, esses participantes têm interesse tanto em saber mais informações sobre o museu quanto em visitá-lo. Considerando uma avaliação de 0 a 5 em relação ao interesse em visitar o museu sabendo que os espaços do NAHM fazem parte do seu circuito (gráfico 36), a média calculada foi de 3,57, mediana de 4,00 e desvio padrão de 1,81.

Quando perguntados sobre a probabilidade de levar familiares e/ou amigos para a visita (gráfico 37), nota-se que houve uma ampla distribuição de votos entre os graus de

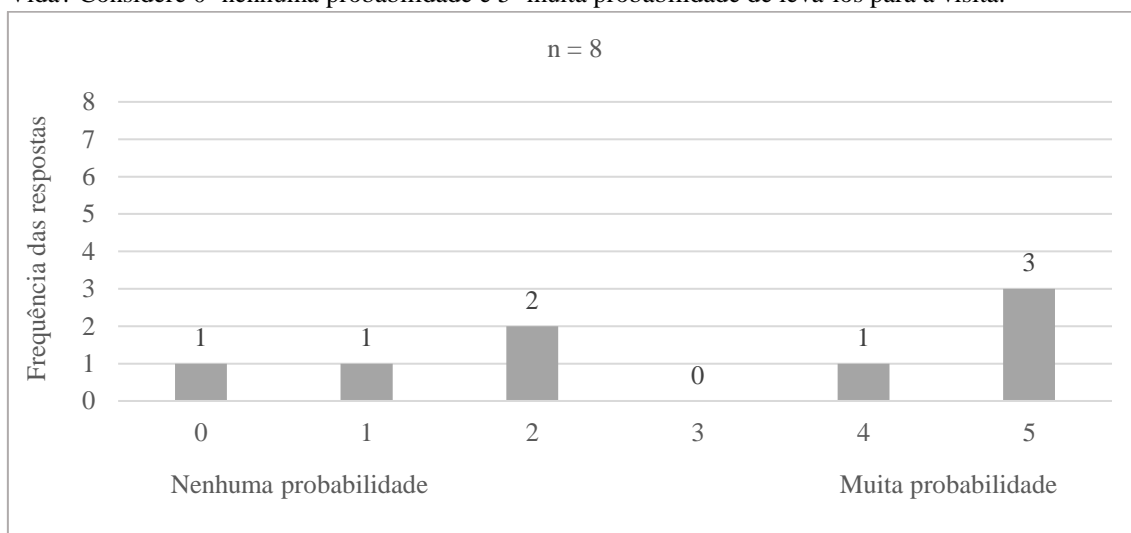
avaliação. A média calculada para este caso foi de 3,00, mesmo valor da mediana, e desvio padrão de 2,00. Comparando essas avaliações àquelas do grupo que conhece o museu, mas ainda não o visitou, é possível verificar que o conhecimento prévio sobre o Museu da Vida refletiu no maior interesse em visitá-lo e em levar amigos e familiares nesta visita.

Gráfico 36: Os espaços históricos do NAHM fazem parte do circuito do Museu da Vida. Essa informação afeta o seu interesse em visitar o Museu? Considere 0=não afeta / 5=afeta muito.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Gráfico 37: Qual a probabilidade de você levar a sua família e/ou amigos para visitar o NAHM e o Museu da Vida? Considere 0=nenhuma probabilidade e 5=muita probabilidade de levá-los para a visita.

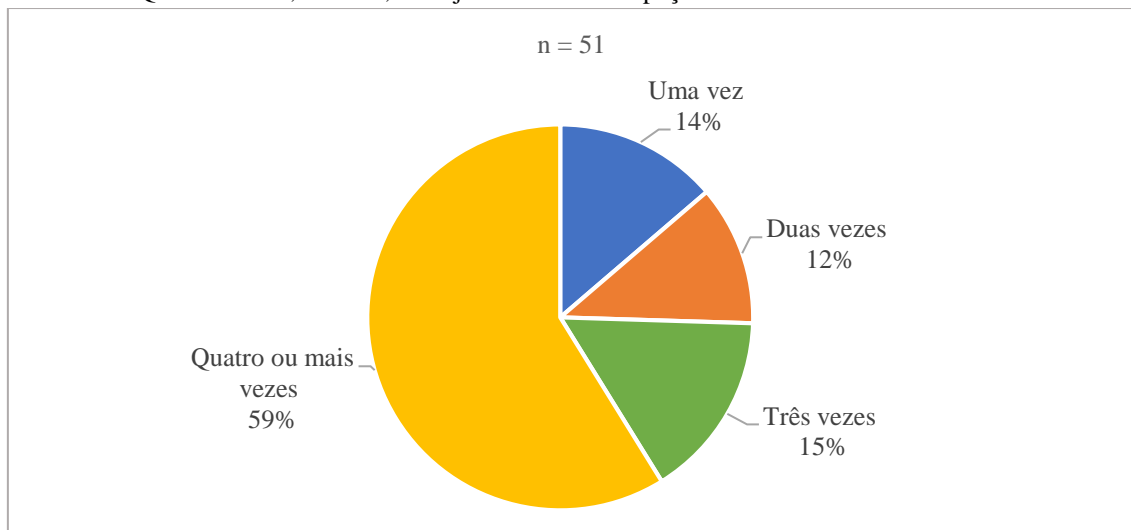


Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em relação aos moradores do território que já visitaram o Museu da Vida, apenas 14% indicaram que só visitaram uma vez, o que aponta para a revisitação da maioria dos

respondentes, assim como foi observado no público da comunidade interna da Fiocruz. Houve concentração de quase 60% de respostas para a opção de quatro ou mais vezes (gráfico 38). Sobre ter acompanhante nas visitas, 92% apontaram que sim, realizaram as visitas acompanhados.

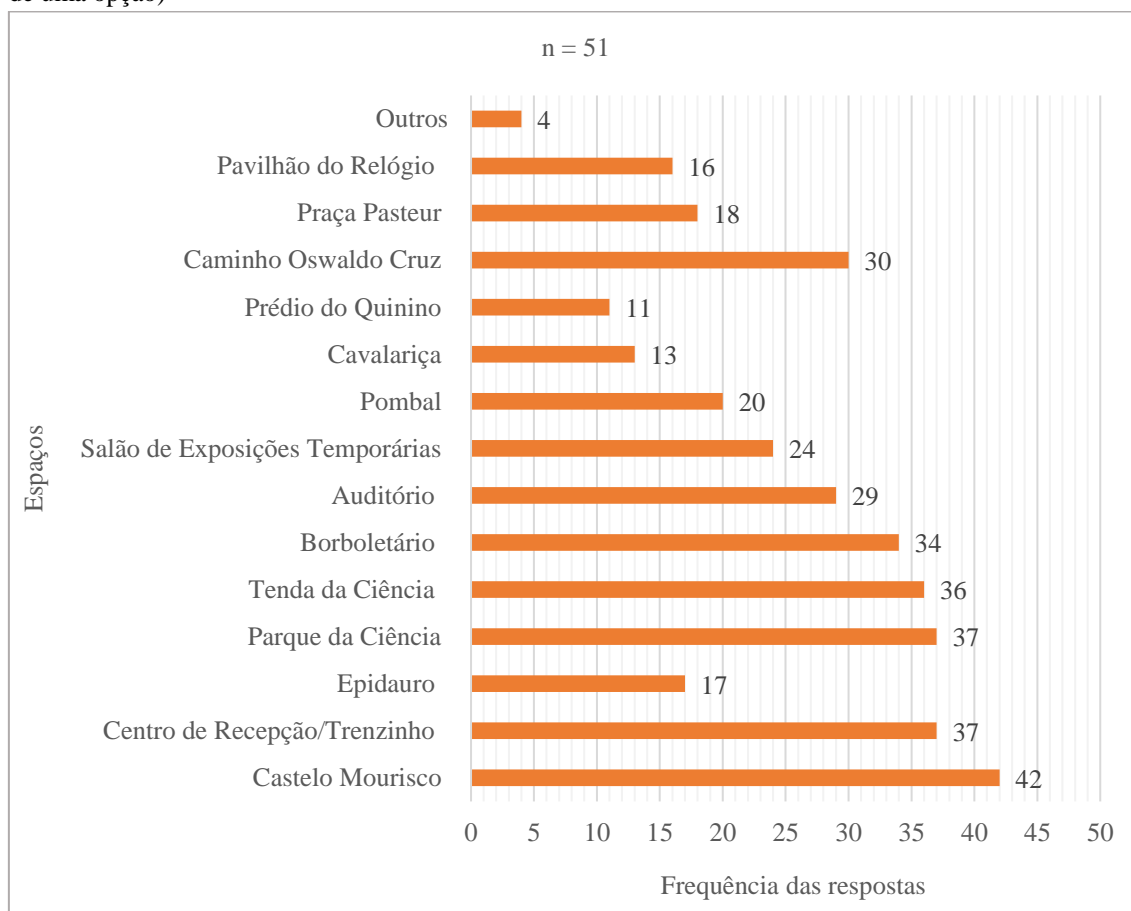
Gráfico 38: Quantas vezes, no total, você já visitou esses espaços?



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os espaços do Museu que mais foram visitados por esses participantes foram: o Castelo Mourisco (82,0%), o Centro de recepção/trenzinho e o Parque da Ciência (ambos concentrando 72,5%). Os espaços que receberam menos votos, ou seja, os menos visitados do museu foram: Prédio do Quinino (22%) e a Cavalaria (26%). Essa configuração pode ser observada no gráfico a seguir e indica, por um lado, à esperada representação do Castelo Mourisco como o espaço de maior interesse das visitas e, por outro lado, ao uso intermitente e restrito dos demais edifícios que compõem o NAHM.

Gráfico 39: Quais espaços você conheceu durante a(s) sua(s) visita(s) ao Museu da Vida? (É possível marcar mais de uma opção)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

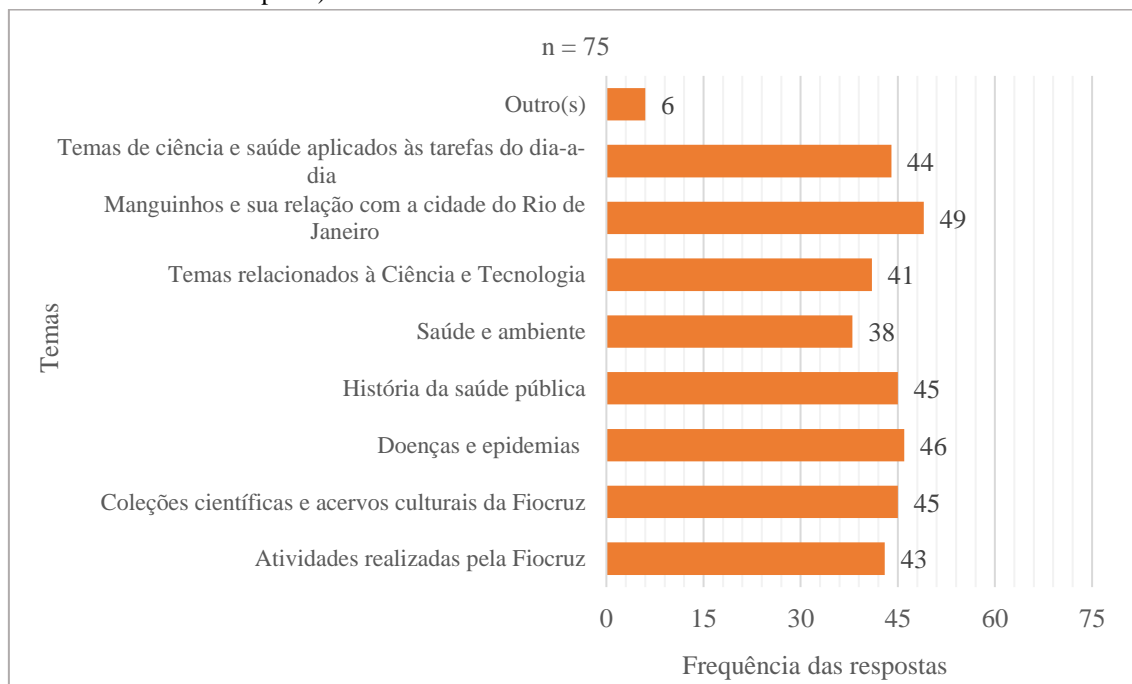
Ainda a respeito das experiências de visitação, 46 participantes responderam sobre os aspectos que mais gostaram. Destas, 15 pessoas indicaram um espaço em específico do circuito (33%), com 11 indicações ao Castelo Mourisco. Houve, ainda, o uso de palavras que representam aspectos físicos ou materiais (concentrando 17 respostas ou 37%), que corresponderam à beleza, organização, manutenção, infraestrutura e à natureza observadas nos espaços visitados. Uma terceira categoria pôde ser identificada e inclui aqueles que descreveram os aspectos imateriais que se fizeram presentes nessas experiências (somando 16 respostas), destacando o uso das palavras história (ou histórica), aprendizado e conhecimento.

No geral, houve poucas respostas com apontamentos de aspectos que os participantes menos gostaram nas suas experiências de visitação. Somente 10 pessoas escreveram algumas indicações que se resumiram a dificuldades no acesso, falta de acessibilidade, pouco tempo para visitação e problemas pontuais mais específicos.

A respeito dos temas de maior interesse para as exposições, adotando os mesmos eixos e temas que foram considerados para o grupo da comunidade interna, observa-se que o eixo

com maior média de votos também foi sobre o território, com uma média de 49 indicações, seguido do eixo institucional, com média de 44 votos. Os eixos da saúde e das ciências concentraram uma média similar, com aproximadamente 43 indicações cada. Observando a expressividade de cada tema de maneira geral, nota-se que todos despertaram interesse e concorreram com frequência de respostas bastante próximas (gráfico abaixo).

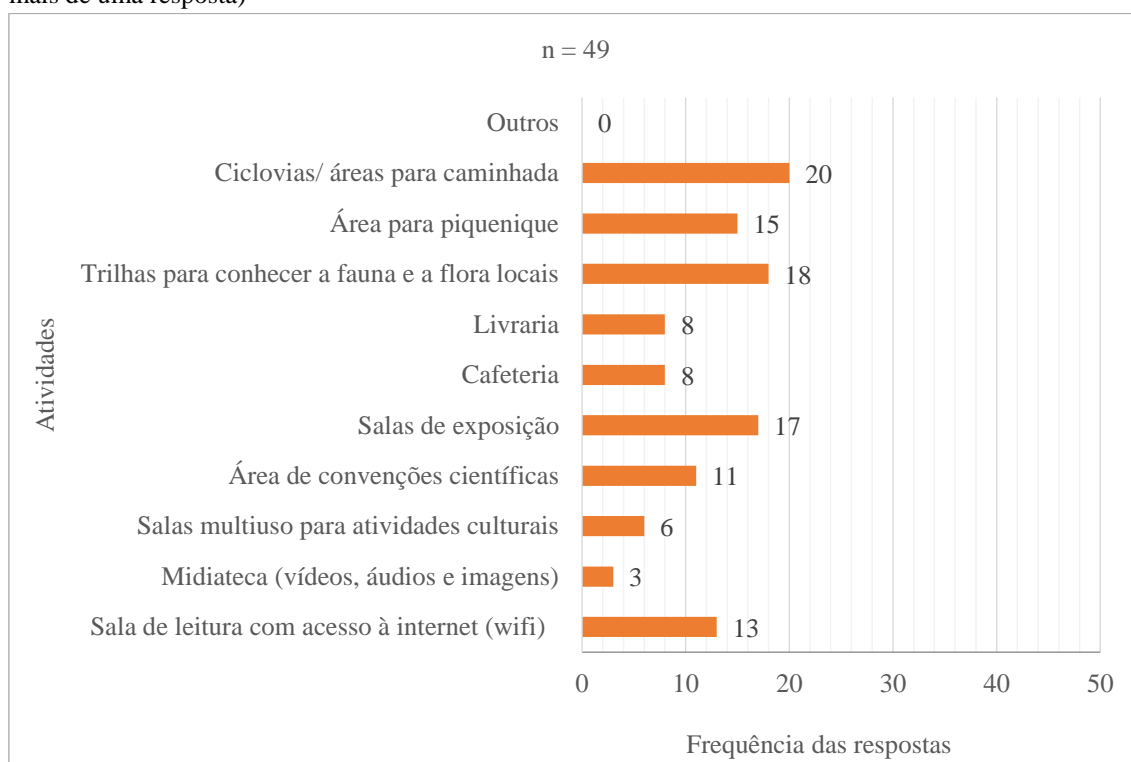
Gráfico 40: Que temas de exposição você teria interesse em ver nos espaços culturais de Manguinhos? (É possível marcar mais de uma resposta)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As últimas perguntas do questionário direcionado para os moradores do território foram as mesmas aplicadas para a comunidade interna da Fiocruz e buscaram identificar as experiências dos participantes no campus Manguinhos como um todo. Em relação às atividades mais votadas e que representam as mais utilizadas por estes respondentes são aquelas vinculadas a passeios livres e aos percursos pelo campus, com maior incidência de votos nas opções de ciclovias/áreas para caminhadas e trilhas para conhecer a fauna e flora locais (conforme gráfico a seguir). O espaço da midiateca foi a opção que concentrou o menor número de votos. O que é importante destacar nesta questão é a participação dos respondentes em atividades diversas na Fiocruz que vão além da atuação do Museu da Vida, concentrando 49 respostas (65% do total de participantes da pesquisa). Ou seja, há um leque de atividades que vão além das experiências de visita ao Museu que também se fazem importantes para o grupo de moradores do território que participaram da pesquisa.

Gráfico 41: Quais destas atividades você costuma utilizar na Fiocruz campus Mangueiras? (É possível marcar mais de uma resposta)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O campo seguinte, com preenchimento aberto para acolher sugestões diversas de atividades e melhorias para o campus Mangueiras, concentrou 42 respostas. Mais uma vez foi necessário entender essas respostas a partir da metodologia de conteúdo, organizando-as, codificando-as e categorizando-as. Assim, estas foram separadas nas seguintes categorias:

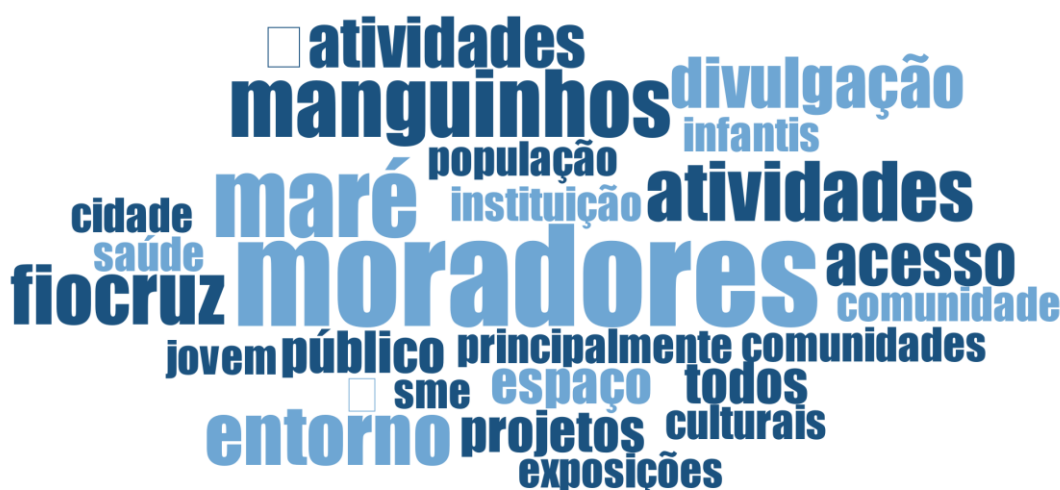
- Exposições, atividades, eventos;
- Infraestrutura – conjunto de elementos e estruturas que visam dar apoio a atividades e usos do campus. Inclui serviços de transporte, tecnologia, entre outros;
- Acesso, acessibilidade - sugestões para melhorar o acesso ao e pelo campus;
- Divulgação - sugestões para melhorar a comunicação;
- Inclusão, participação, integração – indicam medidas para promover inclusão e participação das pessoas (grupo determinado nas respostas).

O número mais expressivo de respostas apareceu naquelas que, de diferentes formas, expressaram a necessidade de ampliar a sua interlocução com o território, com incidência de 17 respostas com este intuito. Foram expressas a promoção da inclusão, da participação e da integração dos moradores do território e da sociedade com o campus da Fiocruz, sugerindo aproximação com o próprio bairro de Mangueiras (4 respostas), comunidades e moradores do

entorno (5 respostas), com a Maré (6 respostas), entre outros com número de respostas menos representativos. Ainda com o intuito de aproximação da população, houve sugestões relacionadas a melhor divulgação das atividades e eventos que já são oferecidos pela instituição, concentrando 7 respostas.

Os participantes também utilizaram a palavra ‘atividades’ apontando para uma necessidade de ampliar e diversificar a oferta atual (13 respostas). Dentre estas, foram incluídas atividades socioculturais, atividades físicas, cursos e outras mais específicas. Houve incidência de respostas com indicações de eventos (4) e, por fim, indicações de melhorias no acesso ao campus, incluindo sugestões de infraestrutura (3).

Figura 19: Nuvem de palavras sobre a sugestão de melhorias – moradores do território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

CAPÍTULO 3: PENSANDO UMA REQUALIFICAÇÃO PARTICIPATIVA

O debate sobre a participação da sociedade civil tem se aprofundado cada vez mais, permeando os variados estudos que tratam da construção das cidades e dos espaços coletivos que a compõem, e diferentes experiências têm demonstrado os benefícios e os desafios que estão neste caminho. A reivindicação por espaços de fala e escuta se somam, hoje, a uma série de instrumentos estratégicos e, com este intuito, diferentes conceitos tem se estruturado para dar base e consolidar o papel das pessoas e da coletividade nesses processos.

Tratando da abordagem sobre o patrimônio cultural do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, o seu suporte epistemológico está apoiado na sustentabilidade, na conservação integrada, na nova museologia e em uma série de conceitos que o reforçam enquanto riqueza social cuja manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva (ZANCHETTI, 2004, p.2). A fim de amplificar a discussão no âmbito deste sítio histórico, este capítulo buscará, então, se alimentar de literaturas e experiências de requalificação sustentável para que, ao final, seja possível refletir sobre os principais resultados encontrados na etapa do diagnóstico.

3.1. O Que Algumas Experiências Nos Apontam

A respeito da Conservação Integrada e do Desenvolvimento Sustentável, Sílvia Zancheti (2004) destaca a importância em manter o equilíbrio entre a herança do passado e as transformações do presente, de maneira que as gerações futuras tenham liberdade de uso, memória e identidade sobre aquele território. Para ele, as estruturas urbanas do futuro devem conter registros do passado, do presente e de estruturas do passado que foram transformadas no presente. Essas estruturas mistas são representadas essencialmente em sua matéria, em seus aspectos físico-espaciais, que serão fixadores das informações e das memórias que se deseja transferir para as gerações futuras, que, por sua vez, atribuirão valores próprios a eles (ibid., p.07).

A requalificação é um processo bastante explorado nas práticas urbanas e em gestões que visam uma transformação da cidade. Orientada por políticas públicas urbanas, essa estratégia prevê um conjunto de ações para adaptação e reconfiguração dos espaços citadinos e se conforma como campo de disputa entre medidas de comercialização da cidade (*city marketing*) e de valorização da identidade local. A integralização do patrimônio nesse contexto,

avança na sua compreensão enquanto ferramenta de integração e coesão social, permitindo (e devendo) incluir os diversos sujeitos e agentes da cidade no processo de tomada de decisões.

À despeito das escalas de cada objeto, a requalificação urbana transcorre a partir da articulação e integração de propostas de intervenções sob uma gama de aspectos, como a mobilidade, acessibilidade, funcionalidade, espaço público, infraestrutura, patrimônio, habitação e meio ambiente.

O caso de Leiria, em Portugal, revela alguns pontos interessantes que contribuem para a reflexão deste ponto. O Programa Polis, criado em 2000, se tratou de uma política de requalificação da cidade e contou com um conjunto de iniciativas para melhorar as condições do ambiente e reorganizar o espaço urbano, incluindo projetos paisagísticos, habitacionais, ambientais e de infraestrutura. De acordo com Ana Marina Ribeiro Silva e Paulo Carvalho (2012), esta política se configurou como uma estratégia para valorizar o importante rio da região (rio Lis) e logrou em reaproximar os habitantes da cidade à essa área que se encontrava degradada.

A sua implementação revelou uma série de resultados positivos, principalmente nas vertentes de lazer, convivência, de revalorização da paisagem urbana local e de resgate da identidade e da relação afetiva entre os moradores e a região entorno do rio Lis. A realização de uma pesquisa exploratória pelos autores indicou que a criação e a requalificação dos espaços no escopo do programa dotou o ambiente de acessibilidade, segurança e infraestrutura capaz de reaproximar as pessoas e gerar um novo dinamismo de vida.

O projeto do Mercado del Born, em Barcelona, igualmente pode ser mirado para esta análise. Os textos de Balibrea (2003) e de Hernández Cordero (2017), trazem o contexto da cidade a partir da sua configuração pós-industrial, onde, até então, os imigrantes não eram representados nos espaços da cidade, cenário que se modificou a partir da implementação de um projeto de requalificação.

No local desse edifício, foram encontrados vestígios arqueológicos que representam a história da política e da formação urbana da região, o que provocou diferentes opiniões em favor e contra as propostas de intervenção que se desenhavam pelo poder público naquele momento. Houve a mobilização e pressão de grupos que defendiam a permanência deste sítio histórico para fins de valorização da identidade local e de outros que se orientavam por propostas de mercantilização da cidade, cujo principal ator social seria o turista. Em suma, a requalificação do Mercado del Born se revelou como campo de disputa de interesses e discussão ampliada entre diversos profissionais, políticos e moradores, no qual o patrimônio cultural se

fez “testemunho de como a relação do passado com o presente está sempre marcada por políticas do presente” (BALIBREA, 2003, p.44).

A conservação do edifício do Mercado del Born evidencia as múltiplas leituras e interpretações que se podem gerar em torno de um lugar, as quais podem entrar em conflito como foi o caso do presente estudo. Desta maneira, se faz evidente que a cidade é um permanente campo de disputa entre os diversos atores sociais, onde a memória, a política e o território desempenham um papel central.⁴⁸ – HERNÁNDEZ CORDERO, 2017, p.179. Tradução da autora.

O exemplo de Leiria revela a importância da diversificação das atividades como fator que aprofunda as experiências e as relações entre os sujeitos e o lugar. Na experiência do Mercado del Born, por sua vez, a importância da construção coletiva da cidade pode ser observada a partir de uma disputa de valores e significados atribuídos por diferentes grupos que reivindicaram sua participação no processo de requalificação deste sítio arqueológico.

Pensar na preservação do patrimônio cultural é, principalmente, considerar a sua transmissão, difusão e apropriação por parte dos diversos grupos sociais que constituem a nossa sociedade. Contudo, essas práticas só são possíveis a partir do conhecimento de determinado bem cultural e a sua atribuição de sentidos e valores por cada indivíduo ou grupo. São esses sentimentos que serão capazes de gerar um senso de responsabilidade para que cada um possa cuidar e apoderar-se do patrimônio, garantindo a sua sustentabilidade e sua transmissão para as gerações futuras.

Assim como é fundamental incentivar e investir em uma educação ambiental em projetos de requalificação urbana, quando tratamos de projetos patrimoniais também se faz necessário uma educação voltada para este tema. O ato de educar se mostra como uma iniciativa necessária para promover o conhecimento dos bens culturais e o respeito à diversidade cultural. Mais do que isto, a educação “é o processo de transmissão e de continuidade de uma cultura” (ANDRADE, 1981, p. 237 apud LONDRES, 2012, p. 19).

O campo da educação patrimonial é indissociável ao que entendemos sobre Educação e, por isso, grande parte da literatura sobre este tema tem como base o pensamento de Paulo Freire, defendendo a educação como parte de um projeto de transformação social, de emancipação dos moldes opressores e de libertação humana. Para Londres (2012), o processo

⁴⁸ Texto original: “La conservación del edificio del Mercado del Born evidencia las múltiples lecturas e interpretaciones que se pueden generar en un torno a un lugar, las cuales pueden entrar en conflicto como fue el caso que se estudia. De esta manera, se hace evidente que la ciudad es un permanente campo de disputas entre diversos actores sociales en el que la memoria, la política y el territorio desempeñan un papel central.”

de educação patrimonial deve despertar curiosidade, desejo e prazer de conhecer e de conviver com os bens culturais, de maneira que essa relação contribua para melhorar a qualidade de vida e o exercício dos direitos culturais de cada cidadão. Em via complementar, a partir deste processo é que se constitui a necessidade de preservação do bem cultural e o seu compromisso partindo de cada sujeito.

A Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural. - PEREGRINO, 2012, p.05.

Pensar no Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos revela um rol de abordagens possíveis, considerando o seu aspecto enquanto lugar, enquanto patrimônio cultural e museu. A potência e a abrangência desse objeto polivalente permeia todas essas temáticas e, neste sentido, os programas que se desenharam para compor o seu plano de requalificação tem logrado em promover a interlocução entre cada uma delas e enriquecer a discussão sobre o núcleo.

Neste contexto, a participação social se configura como uma vertente potente para alcançar a gestão sustentável desse patrimônio cultural, fortalecer o exercício dos direitos humanos e culturais e promover o bem-estar social dos agentes do território. As ferramentas para a sua prática se acumulam no âmbito da cidade, em moldes de regimes democráticos, na dimensão do patrimônio, no qual sobressaem as iniciativas de educação patrimonial e os processos de preservação participativos, e no concernente à nova museologia, onde o museu representa um espaço de apreciação crítica, educação permanente, como um centro cultural acessível e capaz de promover o desenvolvimento social.

3.2. Reflexões Sobre a Participação Social no Plano do NAHM

A inserção do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos como parte da história da Fiocruz o insere em um conjunto de vantagens político-econômicas. A instituição conta com um arcabouço de políticas de gestão urbana e patrimonial e acumula um rol de experiências bem-sucedidas que viabilizaram a elaboração do plano de requalificação deste núcleo histórico sob uma perspectiva democrática e sustentável.

O Plano de Requalificação do NAHM (FIOCRUZ/COC, 2014), fruto do desenvolvimento das diversas políticas de preservação elaboradas pela COC e Fiocruz, conforme observado ao longo deste trabalho, absorveu, dentre os seus princípios norteadores, alguns ideais que abarcam a esfera social e buscam uma relação com a sociedade e, principalmente, com a população do território. Podemos destacar: “a melhoria da qualidade de trabalho e de vida dos trabalhadores e usuários do NAHM; a promoção da vitalidade socioeconômica (para a instituição e região de entorno); a intensificação da relação com a cidade, principalmente com o entorno do campus” (ibid., p.08).

Estes princípios são coerentes ao conceito de conservação integrada, adotado expressamente pelo Plano, e se referem à ideia de que o processo de preservação do patrimônio deve ter participação social e engajamento em todas as etapas, a fim de integrar o patrimônio no contexto social e promover a proteção desse bem também por parte da população (Declaração de Amsterdã, 1975). Daí a importância de intensificar, no caso da Fiocruz, a relação entre os espaços do NAHM e o território, o que justifica a proposta do plano em aumentar as áreas expositivas e de acesso público.

De maneira geral, os resultados da pesquisa online aplicada aos públicos do território nos encaminha para alguns pontos que convergem e outros que se contrapõem no que diz respeito aos processos de trabalho que tem sido executados até o momento pela COC. Ou seja, as iniciativas promovidas pela unidade para aproximar esses grupos do NAHM e comunicar o seu plano de requalificação têm gerado percepções que correspondem às suas expectativas e outros que as contrariam.

Observou-se que os respondentes externos estabelecem diferentes vínculos com a Fiocruz, no qual os eventos, as campanhas e projetos e o sistema de saúde da instituição conformam os principais meios de aproximação para este grupo. Essas diferentes atividades oferecidas colaboram para a circulação de pessoas pelo campus e não à toa, ainda que cerca de 1/3 do grupo tenha indicado que não possui nenhum vínculo com a instituição, é quase unânime o conhecimento sobre a presença de edifícios históricos no campus Manguinhos. Outros fatores também influenciam no seu reconhecimento, relacionados a imagem do Castelo Mourisco na paisagem da região e ao seu símbolo enquanto identidade institucional, mas esses não foram analisados neste trabalho.

Além de reconhecer a presença do patrimônio cultural da Fiocruz, quase 70% desse grupo indicou já ter visitado alguns espaços através do Museu da Vida, o que evidencia o seu papel como principal mediador entre esses espaços patrimonializados e a sociedade, o que está

em conformidade com a identidade que vem sendo articulada pela COC. Para o público externo, os espaços do NAHM são compreendidos, essencialmente, como espaços do museu e a sua valorização e sua integração como patrimônio cultural à vida social está vinculada a esta característica.

O Museu da Vida, enquanto ator social e enquanto lugar de produção, reprodução e divulgação de ciência, cultura e tecnologia, é, hoje, um dos principais articuladores das relações entre o patrimônio do NAHM e os moradores do território da Fiocruz, e as suas experiências de ações territorializadas e de comunicação com o público colaboram para que este viés social seja enraizado nos projetos do plano de requalificação.

Por outro lado, quando observamos os resultados da comunidade interna de trabalhadores e estudantes da Fiocruz, são identificados outros tipos de atividades e rotinas nos espaços do NAHM. Para este grupo, o museu deixa de ser o principal meio que induz o seu contato com o núcleo, dando lugar à locomoção e às dinâmicas de trabalho pelo campus, mas ele ainda se configura como importante ferramenta que promove o reconhecimento e valorização, principalmente, de seus aspectos históricos e arquitetônicos.

Resgatando o documento de referência do Plano de Requalificação do NAHM (COC, 2014), é explícita uma segmentação do público de interesse entre interno e externo, prevendo estratégias de comunicação específicas para cada um deles. Esta segmentação é crucial mesmo entre aqueles que estão inseridos no mesmo território, como é o caso dos grupos contemplados na presente pesquisa, já que são grupos cuja identidade, linguagem, costumes, rotinas etc. diferem entre si. Ainda que esta segmentação tenha possibilitado o desenho de estratégias mais eficientes para cada grupo, a pesquisa se deparou com um cenário diferente daquele imaginado e apontado nas entrevistas com os gestores e integrantes dos programas que constituem o plano do NAHM.

Para o grupo externo, a comunicação do plano é bastante escassa e, não à toa, os moradores do território que participaram da pesquisa apontaram, em grande maioria, que não o conhecem (83%). A maior incidência de respostas negativas para esta questão também foi observada dentre os resultados da comunidade interna da Fiocruz (60%), o que, por sua vez, surpreendeu a pesquisa, já que há um conjunto de estratégias de comunicação voltadas para este grupo.

Na tentativa de compreender este cenário, algumas hipóteses foram testadas e podem ser consolidadas através de dois fatores de influência: 1) as relações construídas no cotidiano entre os trabalhadores e estudantes da instituição e o patrimônio NAHM afetam diretamente no

seu conhecimento sobre o plano de requalificação; 2) o posicionamento geográfico deste grupo, ou seja, o distanciamento entre o seu local de trabalho/estudo e o NAHM incide diretamente tanto nessa relação rotineira com os espaços do núcleo quanto no conhecimento do seu plano.

A relação próxima e rotineira com o patrimônio do NAHM favorece o conhecimento sobre o seu plano e pode indicar uma maior receptividade e interesse por informações a seu respeito. De maneira análoga, quando não há o envolvimento em atividades e vivências frequentes nesse espaço, o interesse desse sujeito diminui. Essa relação igualmente se manifesta quando olhamos para a localização geográfica dos trabalhadores e estudantes da Fiocruz, cujos resultados indicam que os sujeitos mais distantes não vivenciam o NAHM e não conhecem o seu plano de requalificação.

Portanto, acredita-se que uma comunicação eficiente do plano de requalificação para a comunidade interna da Fiocruz deve atender especialmente para estes fatores, sendo capaz de intermediar essa relação afetiva e colaborar para um contato frequente com este patrimônio, ainda que de longe. O desafio dessa comunicação é alcançar esses sujeitos mais distantes fisicamente e afetivamente do núcleo.

À despeito do seu pouco conhecimento sobre o plano de requalificação, em ambos os casos os grupos manifestaram um grande interesse em participar da construção de propostas e projetos para o NAHM e se somam no tocante à importância da participação social ao longo do processo de desenvolvimento do plano, e não somente em momentos posteriores. O Plano de Requalificação foi lançado em 2014 e teve a chance de planejar etapas participativas para os projetos da Cavalaria e do Pombal, por exemplo, que são os primeiros projetos em fase de conclusão. Isso aconteceu com a aplicação de questionários, através de palestras e consultorias com especialistas e com a difusão desse processo dentro da própria unidade, mas não se consolidou através de ferramentas mais dinâmicas e amplas de participação em relação à sociedade ou à grupos de interesse do território.

Atualmente, a estrutura dos programas do NAHM, formados a partir de grupos heterogêneos voltados para cada temática dos projetos, colabora para que haja uma discussão ampliada sobre diretrizes e orientações para o plano de requalificação e representa um passo importante no que tange à um processo participativo com envolvimento dos diferentes departamentos e profissionais tanto da Casa de Oswaldo Cruz quanto de outras unidades da Fiocruz. O envolvimento deste grupo tem se consolidado, principalmente, nos programas relativos à arquitetura e urbanismo e de exposições considerando desde etapas de concepção,

projeto e até de conclusão das propostas, fortalecendo essa relação em longo prazo e incluindo uma grande preocupação com a valorização do trabalho em pesquisa da instituição⁴⁹.

Por outro lado, as formas de participação dos moradores do território e do público geral, somente estão delineadas, até o momento, a partir de propostas expositivas já definidas. Neste caminho, as experiências do Museu da Vida têm subsidiado a vontade de aproximar alguns grupos do território e têm orientado a construção de metodologias que pretendem ser mais participativas ao longo do processo de implementação do plano do NAHM, mas que ainda são tímidas. Ainda é possível avançar nos instrumentos que efetivarão o engajamento social em etapas do próprio processo de concepção dos projetos e que poderão ser fundamentais para promover uma relação sustentável entre esse ator social e o território. Neste ponto vale questionar: até onde o NAHM pode absorver o princípio de participação social que delineou em seu plano de requalificação? Existem limites para a construção coletiva de um patrimônio e de um museu que traduz a identidade de uma instituição pública em ciência e saúde, mas que ao mesmo tempo evoca a sua representação enquanto espaço polivalente e potencializador do desenvolvimento sustentável para a população de seu território?

O atual quadro político-econômico do país afeta de diferentes maneiras a implementação do Plano de Requalificação do NAHM, assim como o alarmante cenário pandêmico em que nos encontramos, o que preocupa alguns gestores no que concerne, especialmente, ao planejamento das próximas estratégias. Entretanto, a maleabilidade com que este plano está sendo conduzido permite que haja discussões e adaptações ao longo de sua implementação. Por isso, o momento atual pode ser crucial para estabelecer pontos de cooperação nas propostas dos espaços cujos projetos ainda não estão finalizados.

A pandemia da Covid-19 também afetou as novas rotinas e dinâmicas de trabalho e, sobre este ponto, Maria Cristina (entrevista, 2021) observou que o teletrabalho pode representar uma nova e menor demanda por espaços físicos no campus, o que beneficiaria as propostas do DPH para ampliação das áreas culturais e de uso público: “Espero, sinceramente, que a gente passe aí para um regime meio híbrido de ocupação dos espaços de trabalho, de modo que a gente não precise mais ter essa ocupação tão densa”.

Neste tempo, o uso de ferramentas tecnológicas se tornaram ainda mais exploradas em vias de facilitar a comunicação e diminuir o distanciamento entre o público e a Fiocruz. E não

⁴⁹ Alessandro Batista, ao explicar uma das exposições que está sendo desenvolvida no âmbito do Plano de Requalificação do NAHM, expôs que “[...] a gente tentou dar muito uma cara da Fiocruz, da pesquisa da Fiocruz, do trabalho da Fiocruz nessa exposição.” (entrevista, 2021).

só a instituição, mas a própria COC tem alavancado experiências em redes sociais e plataformas online, incluindo a promoção de reuniões, debates e seminários para tratar de diferentes assuntos. É possível observar a importância desse meio a partir das respostas da pesquisa, onde parcelas similares de respondentes conheceram o plano do NAHM por divulgação online: 28% dos participantes da comunidade interna que já tinham ouvido falar do plano; e 25% dos moradores do território que já tinham ouvido falar do plano.

As redes sociais são, hoje, o principal meio de comunicação entre o Museu da Vida e o seu público, o que potencializa as suas ações de divulgação e popularização da ciência. Contudo, verificou-se que essas ferramentas, apesar de serem bem utilizadas pelo museu, abordam de maneira superficial os conteúdos relativos ao NAHM. Acredita-se que cabe, portanto, desenhar estratégias não só para compartilhar mais informações sobre o núcleo e o seu plano de requalificação, mas para incentivar o seu amplo debate com os diferentes grupos da sociedade.

Por outro lado, uma fração desses respondentes que já tinham ouvido falar do plano do NAHM apontaram que foi por meio de colegas de trabalho ou do bairro, o que também se revelou como um dado importante. Dentre os respondentes do grupo de internos da Fiocruz, esse número representou 28% dos participantes que já tinham ouvido falar do plano. Já em relação aos moradores do território, 54% também indicaram que foi através de colegas. Esta questão pode validar a comunicação boca-a-boca como um meio eficiente de comunicação, demonstrando que comunicar e engajar as pessoas no plano e na sua discussão colabora para a sua divulgação.

É necessário criar espaços de diálogo constante, troca de experiências e de significação do patrimônio NAHM e de seu plano a partir dos olhares dos integrantes do território. Segundo Milton Santos (2017, p.316), a construção e a (re)produção dos sistemas sociais ocorre por meio de um processo incessante de interação. Ora, o patrimônio cultural está engendrado a esses sistemas e portanto se beneficia com os processos de interação com a sociedade. Nesse caminho, oficinas, debates e ações de educação patrimonial, orientados para este objetivo específico, podem ser moldados unindo, inclusive, as experiências do Museu da Vida com a atuação do Serviço de Educação Patrimonial e da Oficina-Escola de Manguinhos, o que possibilitaria uma participação consistente desses grupos e um processo de requalificação efetivamente coletivo.

De acordo com o diagnóstico da pesquisa e com os esclarecimentos fornecidos pelos gestores e integrantes dos grupos de trabalho do NAHM, é possível indicar algumas potencialidades e pontos fracos que, até agora, tem se mostrado na visão da autora:

Tabela 3: Potencialidades e fraquezas do Plano de Requalificação do NAHM no que tange à iniciativas de participação social.

Público-alvo	Ponto Forte	Ponto Fraco
Comunidade Interna Fiocruz	Boa interlocução do plano entre os profissionais da unidade. Participação de diferentes profissionais da Fiocruz nos processos de discussão dos programas e em parcerias para implementar as intervenções e projetos que fazem parte do escopo do plano, principalmente nas áreas de arquitetura e urbanismo e de exposições.	Falhas na divulgação do plano do NAHM – estratégias atuais não tem alcançado esse público com eficiência, principalmente aqueles que não estabelecem um contato frequente com o NAHM ou que estão alocados em ambientes distantes geograficamente do núcleo.
Moradores do território	O Museu da Vida planeja algumas ferramentas para promover a representatividade desse público nas exposições, com a elaboração conjunta de material dentro de temáticas e enfoques pré-estabelecidos pelo Programa de Exposições.	Ainda não há espaços ou ferramentas de interlocução para promover a construção coletiva das propostas do plano. Caberia, ainda, algum planejamento para incluir os profissionais e estudantes do campo da cultura e do patrimônio pertencentes ao território a fim de difundir e ampliar o debate sobre o NAHM. A divulgação do Plano também é inconsistente para este grupo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O NAHM para o Museu da Vida integra os seus espaços de visitação e é alvo de projetos expositivos e de experiências museais, enquanto o NAHM, para o DPH, é valorizado a partir de seus elementos arquitetônicos e urbanísticos e é alvo de ações de conservação integrada. Se por um lado o NAHM faz parte de ambientes de trabalho e colabora para moldar a memória e identidade institucional, por outro, é marca da inserção da Fiocruz no bairro de Manguinhos e na região da Zona Norte da cidade. E, ademais, para o público externo o NAHM não é NAHM, mas é parte indissociável do Museu da Vida.

Trazer à tona essas dimensões sobre o núcleo revela a importância de oferecer experiências diversificadas pelo campus, o que colabora para uma relação de apropriação heterogênea entre esses agentes e a Fiocruz e incide de maneira consonante para promover a sua gestão sustentável. Aproximando essa ideia aos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, podemos correlacioná-la, em certo ponto, ao Parque da Quinta da Boa Vista, situado no bairro de São Cristóvão, que reúne pessoas de diferentes lugares em um ambiente que oferece atividades de lazer, cultura, educação e fruição pela natureza. Esta é uma analogia interessante que, apesar de apresentar pontos díspares entre si, nos atenta para um desafio: como possibilitar uma representação cultural alargada e ao mesmo tempo compatibilizar esses usos com as atividades e necessidades laboratoriais e administrativas da instituição, principalmente em relação aos edifícios que congregam o uso público e o restrito?

A ideia do Campus Parque presente no documento de referência do Plano de Requalificação do NAHM (COC, 2014) é interessante e vai ao encontro, principalmente, do que os participantes mais sugeriram na presente pesquisa para a Fiocruz campus Manguinhos: mais atividades. A variedade de usos e a multiplicidade de linguagens característicos de Campus Parques valorizam a diversidade de relações e tratamentos atribuídos ao NAHM e o torna parte de um espaço mais complexo que, por sua vez, colabora para aproximar essa população das atividades que já se desenvolvem pelo campus e incentiva a criação de novas áreas.

A nova marca Museu da Vida Fiocruz pode amplificar a perspectiva do núcleo enquanto espaço polivalente e fazer ressonar a sua configuração como Campus Parque. Contudo, se faz necessário, mais uma vez, criar mecanismos de escuta a fim de absorver as ideias dos grupos do território, ensejando o usufruto e apropriação desses espaços de maneira rotineira e habitual e alavancando o seu papel como opção de lazer aos finais de semana.

Ou seja, até o momento, o Plano de Requalificação do NAHM foi capaz de identificar em seu documento de referência e consolidar através da nova marca a ideia de diversificar as

atividades culturais no campus. Entretanto, as ferramenta de engajamento e de colaboração para construir essas propostas coletivamente ainda são escassas e limitadas, o que aponta para o risco de não atender às expectativas coletivas, para o impacto direto nas relações desses grupos com os seus espaços, na construção desse lugar afetivo e na sustentabilidade do próprio processo e de seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), enquanto espaço polivalente, permeia as diferentes perspectivas no que tange à construção de cidades inclusivas e democráticas. Olhar para este objeto é um exercício de pesquisa amplo que permite mesclar os conhecimentos deste campo com as temáticas do patrimônio, cultura, museu e lugar, e onde o conceito de participação social se abraça a partir de cada dimensão.

O contexto em que está inserido salienta, ainda, a grande disparidade que se manifesta no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. A Fiocruz campus Manguinhos faz parte de um território vulnerabilizado social e ambientalmente, marcado por áreas de favelas, mas que destoa dessa vizinhança, ainda que compartilhe a história e a trajetória de ocupação do bairro no qual faz parte, sendo, inclusive, atrelada à origem da Comunidade do Amorim. Esta característica coloca em xeque a sua missão de promover saúde e qualidade de vida para a população brasileira e de reduzir as desigualdades sociais⁵⁰, e acaba por impulsionar a construção de ações sociais que integram os agentes desse território.

A sua atuação na área da saúde, na qual a instituição é referência mundial, abrange uma conceituação ampla que inclui a conjuntura em que o indivíduo vive como fator de influência nas suas condições de vida. Por isso, o esforço deste trabalho em pensar a perspectiva do patrimônio a partir do conceito da sustentabilidade também se soma à sua ressonância no campo da saúde.

Na dimensão do patrimônio, a Fiocruz consolidou uma cultura para salvaguarda de seu vasto acervo, atualmente unificada por uma política de preservação institucional que abrange as diferentes tipologias (FIOCRUZ, 2018) e que orienta estratégias e demandas específicas, elaboradas pela unidade técnico-científica que detém a sua responsabilidade.

Dentre os conceitos que orientam a salvaguarda do acervo arquitetônico da Casa de Oswaldo Cruz (COC, 2013), no qual o NAHM é integrante, observa-se a adoção de documentos internacionais que consideram o reconhecimento do entorno como área de significação cultural, entendendo-o enquanto conjunto, e a importância da participação da sociedade no processo de

⁵⁰ Missão institucional: “Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais. (Aprovada no VI Congresso Interno)”. Fonte: FIOCRUZ, 2021. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/perfil-institucional>>. Acesso 13 junho 2021.

preservação patrimonial. Estes instrumentos corroboram para o desenvolvimento de iniciativas potencialmente sustentáveis, como é o caso do Plano de Requalificação do NAHM.

Dentro das práticas de requalificação, o NAHM representa uma experiência ímpar. Distante de planos que se orientam pela mercantilização dos espaços citadinos, assim como daqueles que visam a recuperação e restauração de bens degradados, a requalificação do NAHM busca a valorização deste patrimônio a partir da ampliação das atividades socioculturais oferecidas à população.

Assim como é evidenciado por Novacovsky (2017), a apropriação do bem pela sociedade é um dos objetivos fundamentais do patrimônio e a sua participação no processo de tomada de decisões na implementação de programas e projetos ajuda a promover essa relação. O presente trabalho se propôs, então, a forjar um material capaz de fomentar os debates a respeito da participação social como pilar para a sustentabilidade deste plano, tanto sob a dimensão da apropriação e valorização quanto da construção coletiva de suas propostas, considerando a sua relação com os diferentes sujeitos que fazem parte do território.

Os grupos que compõem esse território podem ser compreendidos a partir de diferentes perspectivas, mutáveis a depender do objeto principal no qual se origina a análise. Observou-se que enquanto a Fiocruz tem forte relação com os moradores de Manguinhos e Maré, o Museu da Vida tem sua influência espraiada pela Zona Norte do Rio de Janeiro. Os grupos de interesse que foram delineados neste trabalho permeiam essas duas perspectivas e posiciona o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos em uma região de vizinhança. Assim, de maneira a viabilizar a realização de uma etapa de pesquisa social, foram delimitados como público-alvo os moradores de sete bairros fronteiriços e a própria população da instituição.

A pesquisa social realizada seguiu, principalmente, o arcabouço metodológico desenvolvido na obra de Gil (2008) e incluiu etapas de entrevistas e aplicação de questionários online, seguindo as recomendações de ética em pesquisa. Esse conjunto de informações produziu um diagnóstico que revela algumas experiências, percepções e opiniões que os grupos manifestam em relação aos espaços do NAHM, do Museu da Vida e da Fiocruz.

A experimentação de técnicas de tratamento e análises de dados possibilitou testar algumas hipóteses levantadas ao longo do trabalho e compreender o conjunto de informações obtido na pesquisa. O teste de correlação desenvolvido na obra de Gil (2008) foi utilizado para testar a combinação de dados de questões objetivas. Já o método da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefevre; Lefevre, 2006; 2014) foram

utilizados para extrair e interpretar as respostas das questões discursivas relativas às opiniões e sugestões de cada grupo.

A elaboração desta etapa de pesquisa colaborou, ainda, para compreender o cenário da participação social no Plano de Requalificação do NAHM a partir das diferentes iniciativas e estratégias de trabalho promovidas pela COC, até o momento, e da recepção e percepção de cada grupo.

Em suma, os resultados do grupo interno e do grupo de moradores do território apontam para diferenças no uso das atividades do campus e no contato com o patrimônio do NAHM, mas convergem nos pontos que tratam das experiências de visita ao Museu da Vida e de sugestões para variadas atividades socioculturais pelo campus. A discussão das propostas do plano tem envolvido os departamentos da COC e diferentes unidades da Fiocruz, mas ainda não tem sido suficiente para promover o seu amplo conhecimento e debate para além da própria unidade. As análises sobre o plano do NAHM demonstraram que a maior fração dos respondentes de ambos os grupos não têm ciência desse plano. Apesar disso, ao serem questionadas pela pesquisa, os dois grupos demonstraram ter interesse em colaborar e participar da sua construção coletiva.

Ainda que a participação dos grupos tenha se manifestado de maneira inconsistente até o momento, é observado o esforço com que a COC tem conduzido iniciativas em pontos estratégicos do plano de NAHM. Os resultados desta pesquisa apontam para uma possível e desejável integralização de instrumentos de participação social em ambas perspectivas. Em especial, o Programa de Sustentabilidade representa um potencial para alavancar esta pauta dentro do escopo do plano em vias de efetivar a colaboração dos agentes do território nos processos de trabalho e boas expectativas tem se desenhado em relação a esse programa. Assim como o Programa de Exposições, que já tem articulado estratégias pontuais de colaboração e debate meios para aprofundá-los dentro dos próximos projetos.

Este trabalho busca reafirmar a importância da coletividade, legitimando o papel das instituições públicas, em especial a Fiocruz, no resgate das diversas vozes capazes de construir uma cidade mais democrática e inclusiva e, principalmente, um patrimônio cultural *de e para* todos. Acredita-se que o diagnóstico produzido pode contribuir para a construção de passos e medidas importantes no caminho de consolidar o envolvimento desses grupos do território no Plano de Requalificação do NAHM. A promoção da interlocução entre os diversos grupos sociais na gestão do seu patrimônio cultural além de contribuir para o exercício dos direitos humanos e culturais, é um passo imprescindível para a conservação integrada e para a

sustentabilidade do próprio patrimônio, afinal, são esses sujeitos que se relacionam, atribuem valores, se apropriam, cuidam e transmitem esse bem para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, 1999, pp. 79-90.

ATZENI, Carlo; MOCCI, Silvia; CASANOVAS, Xavier. Mediterranean traditional architecture and tools for the recovery. *Tema: Technology, Engineering, Materials and Architecture*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 111-123, nov. 2017. ISSN 2421-4574. Disponível em: <<http://artecweb.org/ojs2/index.php/TeMA/article/view/137>>. Acesso em abril 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70 Persona, 1977. 233p.

BALIBREA, Mari Paz. Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 67, 2003, pp. 31-54.

BATISTA, Vanessa Oliveira. O problema da efetivação dos direitos culturais. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas Culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. pp. 303-309

BATISTA, Vanessa Oliveira; MACEDO, Carmen Lúcia. O Patrimônio Cultural na Legislação Brasileira. *Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC*, ed. 1, 2008, pp. 237-260.

BEVILAQUA, Diego et al. Museu da Vida e seus públicos: reflexões sobre a zona de influência e o papel social de um museu de ciência. *Em Questão*. Porto Alegre, 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, 2007, pp. 77-93.

1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana. *Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*. 21 a 27 de outubro, Lisboa, 1995.

CASANOVAS, Xavier; REHABIMED (Orgs.). *RehabiMed method: traditional Mediterranean architecture; rehabilitation, town and territory; rehabilitation, buildings*. Barcelona: [s.n.], 2008.

_____. *RehabiMed. Una apuesta por la rehabilitación en el ámbito mediterráneo*. Loggia, Arquitectura & Restauración, n. 21, p. 124-131, 2008.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. *Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro*. Instituto Pereira Passos/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017 [1925]. 288p.

CONSELHO DA EUROPA. *Declaração de Amsterdã* (1975). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em 20 maio 2019.

DAMICO, José Sergio; MANO, Sonia Maria F.; KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. *O público escolar do Museu da Vida: origem geográfica das escolas visitantes (1999-2008)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2009. (Cadernos Museu da Vida; 2) 48p.

EUGÊNIO, Felipe; SANTOS, José Leonídio Madureira de Sousa; HENRIQUES, Luiza Gomes. *A cooperação social na Fiocruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. 47 p. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44757>>. Acesso em abril 2021.

FALEIROS, Fabiana et al. Uso de Questionário Online e Divulgação Virtual como Estratégia de Coleta de Dados em Estudos Científicos. *Texto Contexto - enferm. [online]*, vol.25, n.4, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso>. Acesso em agosto 2020.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Tempo*, v. 17, n. 34, 2013, pp. 117-133.

_____. *História de Pessoas e Lugares: memórias da comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 232p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-Iphan, 2005. 296p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz/Fundação Oswaldo Cruz*. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018. 72p.

_____. VI Congresso Interno da Fiocruz: A Fiocruz como instituição estratégica de Estado para a saúde. Relatório Final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

_____. VII Congresso Interno. Conhecimento e inovação para a saúde, o desenvolvimento e a cidadania: O Estatuto da Fiocruz. Relatório Final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 47p.

_____. VIII Congresso Interno da Fiocruz: A Fiocruz e o futuro do SUS e da democracia. Relatório Final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em <<https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/Documento%20de%20Refer%C3%Aancia%20do%20VIII%20Congresso%20Interno%20-%20Aprovado%20pelo%20CD%20-%202020.11.2017.pdf>>. Acesso em 26 nov de 2019.

_____. Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS). Termo de Referência conceitual e metodológico e proposta de governança. Rio de Janeiro: Fiocruz, Julho 2019. 42p.

_____. Boletim Estatístico de Pessoal, Fiocruz 2019. Edição Junho 2020. 62p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa De Oswaldo Cruz. Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. 27p.

_____. Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM). Documento de Referência. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2014. Disponível em <<http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/Plano-de-Requalificacao-NAHM.pdf>>. Acesso em março de 2019. 40p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Patrimônio Histórico. Estudo de metodologias para a definição dos valores e atributos do conjunto arquitetônico histórico do campus Fiocruz Manguinhos. Rio de Janeiro, Out 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Instituto Brasileiro De Administração Municipal. Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos: POAP – Documento Final. Rio de Janeiro, 2011. 106p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Museu da Vida. Plano museológico do Museu da Vida 2017-2021. Rio de Janeiro, 2017. 44p.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; DIRAC. Plano Diretor Campus Manguinhos saudável. Rio de Janeiro, Novembro 2016. 23p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2001 [1987]. 224p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003 [1877-1945]. 224p.

HERNÁNDEZ CORDERO, Adrián. La invención y disputa por el patrimonio en Barcelona: Del Mercado de Born al Born Centro Cultural. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, v. 37, n. 1, 2017, pp. 161–181.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Relatório de gestão 2005-2013 / Organizadores, Tania Araújo-Jorge ... [et al.]. – Rio de Janeiro, 2013. 240 p. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/media/RelatorioIOC_2005_2013.pdf>. Acesso em 16 março 2020.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito que fala. *Interface - comunic, saúde, educ.*, v.10, n.20, 2006, pp. 517-524.

_____. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, 2014, pp. 502-507.

LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019. 112p.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Atila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN-PR, 2012, pp. 14-21.

MANO, Sonia M. F.; DAMICO, José Sergio. *O que dizem os ausentes: Um estudo quali-quantitativo sobre visitas agendadas e não realizadas no Museu da Vida (2002 – 2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2013. (Cadernos Museu da Vida; 4) 36p.

MANO, Sonia M. F.; DAMICO, José Sergio; GOUVEIA, Castro; GUIMARÃES, Vanessa F. *O público do Museu da Vida (1999 a 2013)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz / Casa de Oswaldo Cruz / Museu da Vida, 2015. (Cadernos Museu da Vida; 5) 55p.

MESENTIER, Leonardo Marques de; OLIVEIRA, Luiz Carlos Rocha de. Processos estruturantes da noção de educação patrimonial no Brasil. *Estudos Brasileiros sobre Patrimônio*. Volume 3, 1ª ed. Ed. Poisson. Belo Horizonte, 2019, pp. 66-76.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [1954]. 221p.

NOVACOVSKY, Alejandro H. Patrimonio Cultural y Desarrollo Local. La figura del Consorcio Intermunicipal Cultural. In: NOVACOVSKY, Alejandro Héctor; BENITO (Org.). *Felicidad París. Maestría em gestión e intervención em el patrimônio arquitectónico y urbano*. Textos de Cátedra – Volume V. Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017, pp. 107-128.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, pp.247-258.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Unesco, 2002.

UNITED NATIONS. Report of the World Commission on Environment and Development, “Our Common Future”. Relatório Brundtland, 1987.

PEREGRINO, Umbelino. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania. In: TOLENTINO, Atila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN-PR, 2012, pp. 04-05.

PINHEIRO, Marcos José de A.; BEVILAQUA, Diego Vaz; SÁ, Bruno Teixeira de; ZOUAIN, Rosana S. Arquitetura e espaços museológicos: experiências a partir do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Sociomuseologia*. Num. 13, Vol. 57, 2019, pp. 69-107.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; COELHO, Carla Maria Texeira. Novas Estratégias para Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Oswaldo Cruz: Uma Abordagem

Preventiva e Interdisciplinar. In: RIBEIRO, Emanuela; SANTOS, Ana Cláudia; ARAÚJO, Bruno de (Org.). *Anais do II Seminário Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia*. Recife: Editora UFPE, 2015, pp. 276-300.

_____. *Gestión de riesgos para el patrimonio cultural de la Casa de Oswaldo Cruz / Fundación Oswaldo Cruz. La gestión de riesgos del patrimonio cultural: casos y experiencias para la conservación del patrimonio cultural de Latinoamérica*. Ed. David Cohen. Editorial Académica Española, 2017.

PINHEIRO, Vanêssa Alves. *COOTRAM - Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos - Fiocruz no desenvolvimento social e econômico de Manguinhos (1994-2005)*, Rio de Janeiro, 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

PONTE, Carlos, Fidelis. *VII Congresso Interno. Função Pública e autonomia: desafios e perspectivas institucionais*. Rio de Janeiro, out 2015.

PIVETTA, Fatima et al. Orgs. Fatima Pivetta ... [et al.]. *Leituras sobre políticas públicas: o PAC Favelas como mirante de observação*. Rio de Janeiro: ENSP – Fiocruz, 2018. 194p.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. I. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1858-1905]. 88p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 9. reimpr, 2017. (Coleção Milton Santos; 1). 392p.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Ana Marina Ribeiro; CARVALHO, Paulo. Política de cidades, requalificação urbana e patrimônio – o caso do Polis de Leiria. *Cadernos de Geografia*, n. 30–31, 2012, pp. 257-268.

TRINDADE, Claudia Peçanha da. *Não se faz omeletes sem quebrar ovos: Política Pública e Participação Social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro*. Niterói, 2012. 260f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. Política pública e o direito à cidade em Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH. Natal, RN, 2013.

TUAN, YI-FU. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favel.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. CONSERVAÇÃO INTEGRADA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO. p. 15. Trabalho apresentado no dia 10 de maio de 2000 no 4º Encontro do SIRCHAL realizado em Salvador, Bahia, Brasil. Versão preliminar do texto: ZANCHETI, S. M.. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 23, n.43-44, 2004, pp. 92-105.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LAPA, Tomás. “Conservação Integrada: Evolução Conceitual”. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes (Org.). *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, pp. 18-31.

SITES CONSULTADOS:

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/historia>>. Acesso em 31 março 2020.

_____. Disponível em < <https://portal.fiocruz.br/programas-sociais>>. Acesso em 05 abril 2020.

_____. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/gestao-participativa>>. Acesso em 05 abril 2020.

FIOCRUZ/COC. Complexo de Acervos da Fiocruz terá recursos de R\$ 5 milhões do BNDES. Matéria de 03 dez 2014. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/874#!preservo1_bruno_veiga>. Acesso em 16 fevereiro 2020.

ICICT/FIOCRUZ. Manual Organizacional ICICT 2013. 31p. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Manual%20Organizacional%20ICICT%202013%20vfinal%20publicacao.pdf>>. Acesso em 16 março 2020.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Informações sobre a cidade. Disponível em <<https://www.data.rio/>>. Acesso em março 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Sobre o PAC <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 22 março 2020.

ONU, NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em 15 junho 2020.

FONTES ORAIS:

Nome	Cargo à época da pesquisa	Data
Entrevista com Alessandro Machado Franco Batista	Historiador, servidor e chefe do Museu da Vida.	Realizada em plataforma online em maio de 2021.
Entrevista com Diego Vaz Bevilaqua	Físico, servidor ligado à Vice-diretoria de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC.	Realizada em plataforma online em abril de 2021.
Entrevista com Maria Cristina Coelho Duarte	Arquiteta e Urbanista, servidora e chefe do DPH.	Realizada em plataforma online em abril de 2021.
Entrevista com Nezi Heverton de Oliveira	Jornalista, servidor ligado à Vice-diretoria de Patrimônio Cultural e Divulgação Científica da COC.	Realizada em plataforma online em abril de 2021.

APÊNDICES

Apêndice 1: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) fornecido à comunidade interna da Fiocruz

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “*PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE MANGUINHOS (NAHM): a participação social na gestão sustentável do patrimônio cultural*”, a qual é realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), sob a responsabilidade da pesquisadora Roberta dos Santos de Almeida e sob orientação do Professor Doutor Marcos José de A. Pinheiro.

O objetivo desse projeto é contribuir para o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), política de preservação que está sendo implementada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os benefícios esperados desse estudo são a ampliação de uso e valorização do patrimônio cultural do NAHM e a melhoria da participação social na implementação do Plano.

A razão de você estar sendo convidado(a), se deve à necessidade de compreender como se dá a relação entre os trabalhadores da Fiocruz e o patrimônio do Núcleo NAHM. A sua participação consistirá em responder a um questionário que possui perguntas objetivas e de respostas curtas relativas à sua vivência e experiência na Fiocruz campus Manguinhos e no NAHM. A duração aproximada para responder ao questionário é de 7 minutos.

Os dados recolhidos serão guardados em arquivo por até 5 anos após o término da pesquisa e poderão ser utilizados para subsidiar trabalhos acadêmicos e científicos. Você poderá ter acesso aos resultados a qualquer momento, mesmo durante ou após a realização da pesquisa.

Os riscos previstos nesse estudo são mínimos e se relacionam com a possibilidade de você se sentir constrangido ou desconfortável com as perguntas. A fim de minimizá-lo, a sua participação será mantida em sigilo e não serão divulgadas quaisquer informações que possam identificá-lo(a), assegurando assim o seu anonimato e a sua privacidade.

Você não terá nenhum gasto ou ônus com a sua participação no estudo e também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz nos endereços abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz

Avenida Brasil, 4365 – contêiner 07 – Manguinhos. Rio de Janeiro - Cep 21040-360

Tel.: (21)3865-9809

E-mail: cep.epsjv@fiocruz.br

Pesquisadora Roberta dos Santos

Tel.: (21)99877-3786

E-mail: arq.robertasantos@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições da pesquisa e concordo em participar.

Apêndice 2: RCLE fornecido ao grupo de moradores do território

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “*PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE MANGUINHOS (NAHM): a participação social na gestão sustentável do patrimônio cultural*”, a qual é realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), sob a responsabilidade da pesquisadora Roberta dos Santos de Almeida e sob orientação do Professor Doutor Marcos José de A. Pinheiro.

O objetivo do projeto é contribuir para o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), política de preservação que está sendo implementada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os benefícios esperados desse estudo são a ampliação de uso e valorização do patrimônio cultural do NAHM e a melhoria da participação social na implementação desse Plano. A razão de você estar sendo convidado(a), se deve à necessidade de compreender como é a relação entre os moradores da vizinhança e o patrimônio da Fiocruz e a sua participação nos espaços culturais do Núcleo Arquitetônico NAHM. A sua participação consistirá em responder a um questionário contendo perguntas de múltipla-escolha e algumas de respostas curtas sobre a sua vivência e experiência nos espaços da Fiocruz campus Manguinhos, especialmente no NAHM.

A duração aproximada para responder ao questionário é de 7 minutos. Os dados recolhidos serão guardados em arquivo por até 5 anos após o término da pesquisa e poderão ser utilizados para subsidiar trabalhos acadêmicos e científicos. Você poderá ter acesso aos resultados a qualquer momento, mesmo durante ou após a realização da pesquisa.

Os riscos previstos nesse estudo são mínimos e se relacionam com a possibilidade de você se sentir constrangido ou desconfortável com as perguntas. A fim de minimizá-lo, a sua participação será mantida em sigilo e não serão divulgadas quaisquer informações que possam identificá-lo(a), assegurando assim o seu anonimato e a sua privacidade. Você não terá nenhum gasto ou ônus com a sua participação no estudo e também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem nenhuma penalização.

Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz nos endereços abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz

Avenida Brasil, 4365 – contêiner 07 – Manguinhos. Rio de Janeiro - Cep 21040-360

Tel.: (21)3865-9809

E-mail: cep.epsjv@fiocruz.br

Pesquisadora Roberta dos Santos

Tel.: (21)99877-3786

E-mail: arq.robertasantos@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições da pesquisa e concordo em participar.

Apêndice 3: Roteiro para realização das entrevistas

Grupos de interesse da pesquisa: Coordenação do Plano de Requalificação do NAHM; Programa de exposições; Programa de sustentabilidade; Programa de captação de recursos; Programa de cooperação técnica; Intervenções e patrimônio Nahm; e Programa de comunicação.

A) Perguntas direcionadas ao grupo de coordenação do Plano:

- 1) O Plano de Requalificação do Nahm está dividido em grupo executivo e em programas, cada um com uma demanda de projetos e atividades específicas relativas às variadas temáticas desse plano. Como é essa estrutura?
- 2) Como são divididos cada programa e quais são as suas responsabilidades?
- 3) Como cada programa se relaciona com as Áreas de Ocupação que estão destacadas no documento do Plano (2014)?
- 4) Como é a composição do grupo de coordenação do Plano? Conta com pessoas externas à instituição?

B) Perguntas comuns aos integrantes de cada programa:

- 1) Qual o objetivo do programa que você participa?
- 2) Como foi formado esse grupo?
- 3) Que pessoas estão incluídas nessa discussão (internos e externos)?
- 4) Algum grupo de moradores da região está incluído nesse programa? Qual/de qual bairro?
- 5) Você acredita que no âmbito desse programa está sendo implementado um processo participativo? Ou seja, a elaboração dos projetos e as discussões a respeito desse campo estão contando com a participação de outros trabalhadores e com a sociedade de alguma forma?
 - a. Caso positivo: quais as ferramentas e estratégias estão sendo utilizadas para fomentar essa participação social? Que grupos participam desse processo (externo: associação de moradores, grupos de cultura, moradores pontuais... interno: outros departamentos e unidades)?
 - b. Caso negativo: Por que atualmente o programa não inclui essas pessoas? Quais as dificuldades/desafios que você acredita existir para promover essa participação?

C) Perguntas específicas direcionadas ao Programa de Exposições:

- 1) De acordo com o Plano de Requalificação (2014), as áreas de atividades de educação e divulgação científica deverão ser desenvolvidas nos espaços da Cavalariça, Relógio, Quinino, Castelo, Pav. Henrique Aragão e Pombal. Essa proposta ainda prevalece?
- 2) Uma das propostas do Plano é transformar alguns edifícios e salas em novos espaços expositivos, que farão parte do circuito de visitação ao público (áreas de educação e divulgação científica). Em relação à este processo, pergunta-se:
 - a. O projeto de exposição da Cavalariça já está pronto, inclusive já possui cronograma para a sua montagem. Como foi o processo para a sua elaboração? Esse projeto incluiu trabalhadores de outros setores e unidades da instituição? Contou com alguma divulgação e inclusão de pessoas fora da Fiocruz?
 - b. Em relação ao demais projetos de exposição, tem algum em andamento? Caso positivo: como está sendo implementada a participação social nesse caso? Outros grupos de pessoas (internas ou externas) estão incluídos?

D) Perguntas específicas direcionadas ao Programa de Comunicação:

- 1) Como se dá a divulgação do Plano de Requalificação do Nahm para os trabalhadores da Fiocruz, campus Manguinhos ou outro campus?
- 2) Existe alguma divulgação externa? Para que região ou grupos?

Apêndice 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fornecido aos participantes das entrevistas

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “*PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE MANGUINHOS (NAHM): a participação social na gestão sustentável do patrimônio cultural*”, a qual é realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), sob a responsabilidade da pesquisadora Roberta dos Santos de Almeida e sob orientação do Professor Doutor Marcos José de A. Pinheiro.

O objetivo do projeto é contribuir para o Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), política de preservação que está sendo implementada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O benefício indireto esperado com esse estudo é a melhoria da participação social na implementação do Plano de Requalificação.

A razão de você estar sendo convidado(a), se deve à necessidade de compreender se a diretriz da participação social está sendo desenvolvida no âmbito do Plano e de que maneira. A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora do projeto, que prevê duração aproximada de 40 minutos.

A entrevista acontecerá em plataforma online e, posteriormente, deverá ser transcrita. Caso queira, você poderá revisar a transcrição das suas falas antes da sua incorporação aos resultados do estudo. A mesma também poderá ser gravada e integrada ao acervo da Casa de Oswaldo Cruz, caso seja autorizado.

Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo pela equipe do projeto por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16, e poderão ser utilizados para subsidiar trabalhos acadêmicos e científicos sobre este estudo. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Os riscos previstos nesse estudo são moderados e se relacionam com as limitações de confiabilidade do ambiente virtual, com a sua identificação no presente estudo e com a possibilidade de você se sentir constrangido ou desconfortável durante a coleta de informações. Saiba, entretanto, que você não está obrigado a responder a todas as perguntas e tem liberdade para interromper a sua participação no estudo a qualquer momento. Caso deseje, você poderá manter o seu anonimato nos trabalhos que resultarem da presente pesquisa.

Esta pesquisa não prevê qualquer espécie de reembolso ou gratificação. Os custos previstos para a realização da entrevista estão relacionados ao uso de ferramentas eletrônicas. Entretanto, não será necessário nenhum investimento direto, você deverá utilizar as ferramentas que já são de sua propriedade, podendo ser computador, notebook ou celular com acesso à internet. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir

se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz nos endereços abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz

Avenida Brasil, 4365 – contêiner 07 – Manguinhos. Rio de Janeiro - Cep 21040-360

Tel.: (21)3865-9809

E-mail: cep.epsjv@fiocruz.br

Pesquisadora Roberta dos Santos

Tel.: (21)99877-3786

E-mail: arq.robertasantos@gmail.com

[Local], [data]

Assinatura do participante

Autorizo a gravação da entrevista.

Autorizo a integração da gravação e do material da entrevista ao acervo da Casa de Oswaldo Cruz, caso seja de interesse da instituição.

Não autorizo a gravação da entrevista.


Autorizo a minha identificação na presente pesquisa e nos seus resultados.

Desejo manter o anonimato.

Assinatura do pesquisador responsável

Apêndice 5: Material de divulgação da pesquisa

Exemplo de mensagens enviadas por mailing da instituição:



Participe da pesquisa e colabore para valorizar o patrimônio da Fiocruz

Você já visitou o Castelo da Fiocruz? Conhece a Cavalariça? Já foi ao Quinino? Sabe para que servia o Pombal? Almoçou na Casa de Chá? Esteve no Pavilhão do Relógio? Passeou pela Praça Pasteur?

Esses locais fazem parte do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, o Nahm, que é objeto de um Plano de Requalificação, cuja finalidade é preparar os espaços e prédios históricos que compõem o Núcleo para abrigar exposições e outras iniciativas de divulgação científica e valorização do patrimônio histórico, integrando um campus-parque aberto à visitação da população.

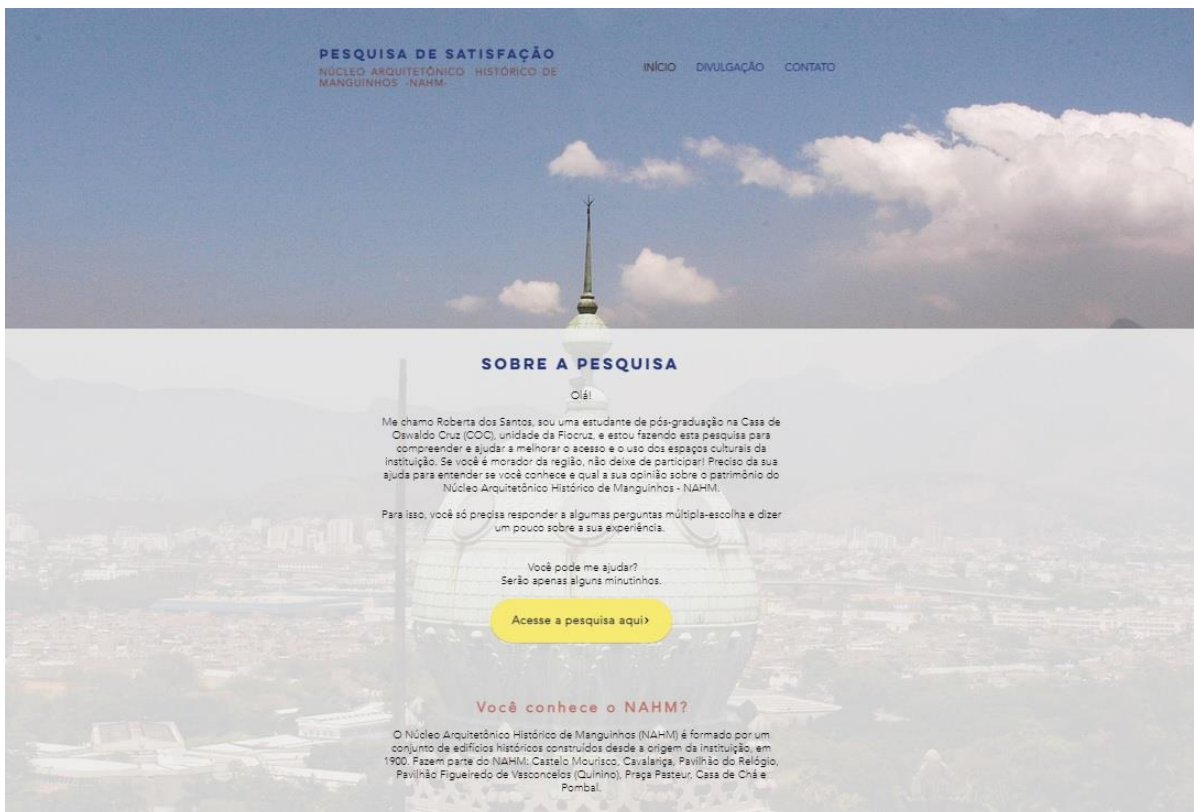
Para aperfeiçoar o Plano de Requalificação, precisamos da sua colaboração: basta responder até dia 15/12 ao questionário Pesquisa de Participação, [nesse link](#).

As questões fazem parte de um estudo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz e têm o objetivo de ampliar a participação social no projeto.

Participe!

Casa de Oswaldo Cruz | COC | Fiocruz
Envie sua sugestão ou comentários para divulgacao@fiocruz.br
Acompanhe mais notícias em www.coc.fiocruz.br
Facebook: www.facebook.com/casadeoswaldocruz
Twitter: www.twitter.com/casadeoswaldocruz
YouTube: www.youtube.com/casadeoswaldocruz
Instagram: www.instagram.com/casadeoswaldocruz

Site criado para divulgação da pesquisa:



PESQUISA DE SATISFAÇÃO
NÚCLEO ARQUITETÔNICO HISTÓRICO DE MANGUINHOS - NAHM

INÍCIO DIVULGAÇÃO CONTATO

SOBRE A PESQUISA

Olá!

Me chamo Roberta dos Santos, sou uma estudante de pós-graduação na Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade da Fiocruz, e estou fazendo esta pesquisa para compreender e ajudar a melhorar o acesso e o uso dos espaços culturais da instituição. Se você é morador da região, não deixe de participar! Preciso da sua ajuda para entender se você conhece e qual a sua opinião sobre o patrimônio do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos - NAHM.

Para isso, você só precisa responder a algumas perguntas múltipla-escolha e dizer um pouco sobre a sua experiência.

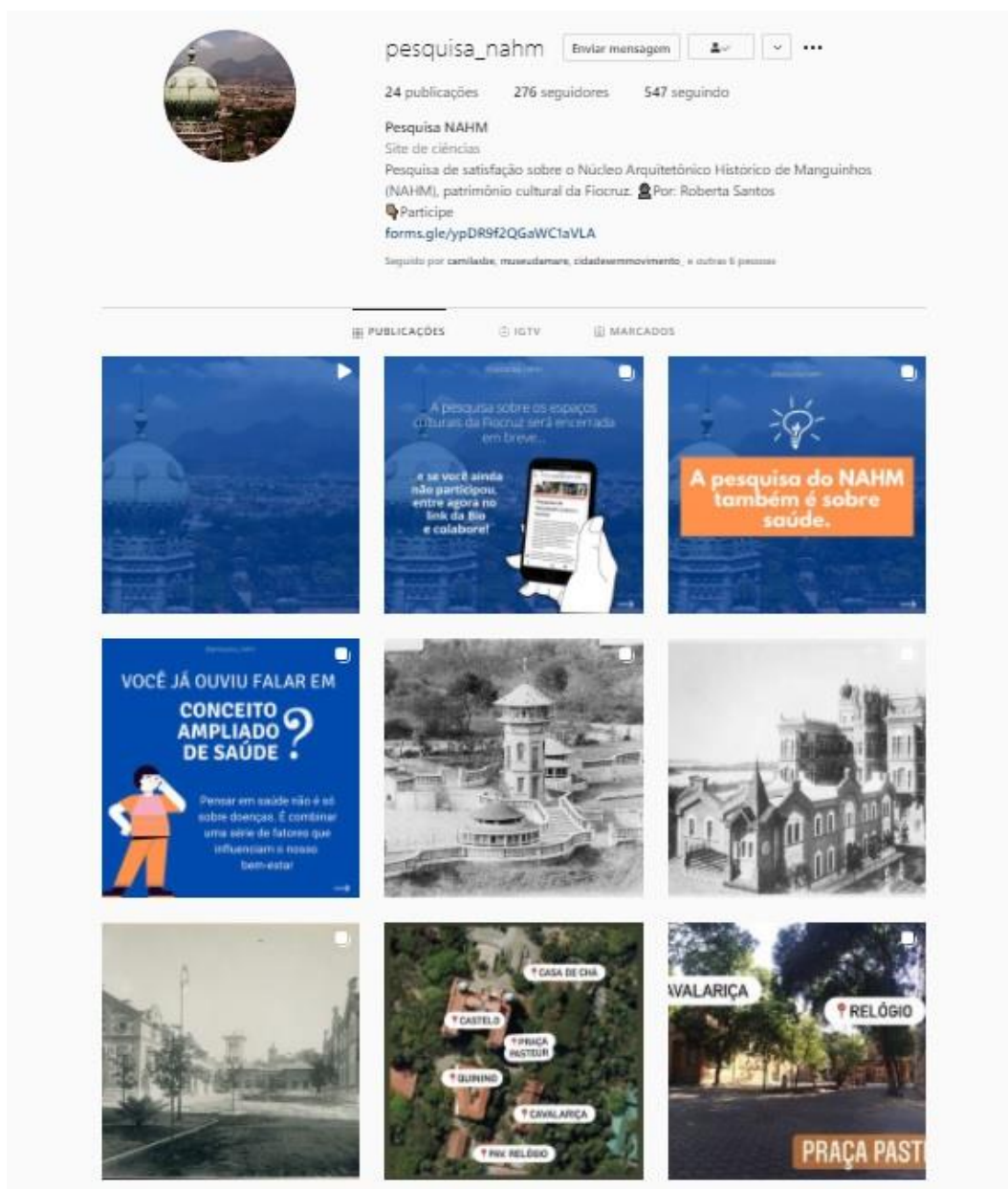
Você pode me ajudar?
Serão apenas alguns minutinhos.

[Acesse a pesquisa aqui >](#)

Você conhece o NAHM?

O Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM) é formado por um conjunto de edifícios históricos construídos desde a origem da instituição, em 1900. Fazem parte do NAHM: Castelo Mourisco, Cavalariça, Pavilhão do Relógio, Pavilhão Figueredo de Vasconcelos (Quinino), Praça Pasteur, Casa de Chá e Pombal.

Rede social criada para comunicação da pesquisa:



Anexo 2: Tabela do Coeficiente Q de Yule

Tabela 15.5 *Descrição dos valores Q.*

VALOR DE Q	DESCRIÇÃO
+ 1,00.	Correlação positiva perfeita
+ 0,70 a 0,99	Correlação positiva muito forte
+ 0,50 a 0,69	Correlação positiva substancial
+ 0,30 a 0,49	Correlação positiva moderada
+ 0,10 a 0,29	Correlação positiva baixa
+ 0,01 a 0,09	Correlação positiva ínfima
0,00.	Nenhuma correlação
- 0,01 a 0,09	Correlação negativa ínfima
- 0,10 a 0,29	Correlação negativa baixa
- 0,30 a 0,49	Correlação negativa moderada
- 0,50 a 0,69	Correlação negativa substancial
0,70 a 0,99	Correlação negativa muito forte
- 1,00.	Correlação negativa perfeita

Fonte: GIL, 2008, p.167.

